

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

ESCOLA PROFISSIONALIZANTE: SOLUÇÃO OU PROBLEMA?

Rodrigo José Oliveira Felipe
Mestrando em Educação –Área de Fundamentos
Orientador – Luiz Bezerra Neto

São Carlos
2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F315ep

Felipe, Rodrigo José Oliveira.

Escola profissionalizante: solução ou problema? / Rodrigo José Oliveira Felipe. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
165 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Ensino profissional. 2. Desemprego. 3. Qualificação profissional. 4. Barra Bonita (SP). 5. Educação. I. Título.

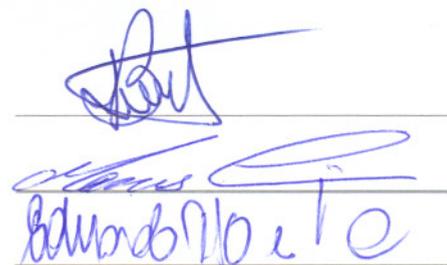
CDD: 370.76 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

Prof. Dr. Marcos Cassin

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva



Handwritten signatures in blue ink. The first signature is above a horizontal line, and the second signature is below a horizontal line. The second signature includes the text "Eduardo Pinto e Silva" written in a cursive script.

SUMÁRIO

	Pág.
<i>Introdução</i> -----	05
Cap. 1. Educação e Trabalho.	
<u><i>Uma Breve Discussão da Revolução Industrial</i></u> -----	21
<u><i>Aspectos do Trabalho e Educação no Brasil</i></u> -----	36
Cap. 2. A Profissionalização do Trabalho.	
<u><i>A Escola e o Trabalho. Influências no Século XX</i></u> -----	55
<u><i>A Crise do Trabalho no Brasil e a Perspectiva Pela Educação</i></u> -----	73
Cap. 3. O Trabalho, suas Perspectivas e a Educação Profissionalizante em Barra Bonita.	
<u><i>Barra Bonita e suas Particularidades</i></u> -----	85
<u><i>Dados Demográficos de Barra Bonita – Censo 2006</i></u> -----	88
<u><i>Escolas</i></u> -----	93
<i>Escolas de Barra Bonita</i>	
- ETEC João Rayes -----	96

**- Centro Mun. de Formação Profissional “Nilson Thomas Guzzo” –
SENAI (Barra Bonita) ----- 104**

**- CICRABB (Centro de Integração da Criança e do Adolescente de
Barra Bonita)----- 108**

- Outras Escolas Profissionalizantes de Barra Bonita----- 109

Pesquisas e Entrevistas

Alunos Atuais (ETEC, SENAI e outros) ----- 110

Ex-alunos -----111

Conclusão----- 114

Bibliografia de Referência----- 126

Fontes----- 132

Anexos-----133

RODRIGO JOSÉ OLIVEIRA FELIPE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO - ESCOLA PROFISSIONALIZANTE: SOLUÇÃO OU PROBLEMA?

RESUMO:

Abordamos nesta Dissertação de Mestrado o tema das escolas profissionalizantes e como, a partir da ótica do capital, esta tem sido utilizada por instrumento de preparo e colocação no mercado de trabalho.

A partir desse tema, estudamos as escolas da cidade de Barra Bonita e observamos que, apesar de ser vista como uma possível solução ao desemprego nesta cidade, verificou-se que não há vínculo entre qualificação profissional e emprego no que tange às escolas profissionalizantes, ou seja, demonstra-se que a ideia de “falta de emprego por falta de qualificação” não necessariamente seja verdadeira, ficando demonstrado não ser, pois na concepção capitalista não há empregos para todos e a mão de obra excedente é essencial e sendo qualificada, isso torna suas opções ainda maiores.

Numa cidade como Barra Bonita, com vocação turística, mas com grandes problemas de desemprego pela dependência de um outro setor (cana de açúcar), faz com que as escolas de profissões da cidade não sejam capazes de colocar os aprendizes no mercado de trabalho com o emprego garantido.

Analisamos e estudamos dados que nos deixaram claro a total falta de encaixe entre emprego gerado pela qualificação profissional e na cidade de Barra Bonita, objeto de nosso estudo, isso fica evidente.

PALAVRAS CHAVE: desemprego, qualificação, Barra Bonita.

INTRODUÇÃO

CAP 1. Educação e Trabalho como Fatores de Desenvolvimento.

TÓPICO 1 – Uma Breve Discussão sobre a Revolução Industrial.

TÓPICO 2 – Alguns Aspectos sobre o Trabalho e Educação no Brasil. Da Colônia ao Século XXI.

CAP 2. A Profissionalização do Trabalho, Perspectivas e Crises.

TÓPICO 1 – A Escola como Fator do Desenvolvimento do Trabalho.

TÓPICO 2 – A Crise do Trabalho no Brasil e a Perspectiva pela Educação.

CAP 3. O Trabalho, Suas Perspectivas e a Educação Profissionalizante em Barra Bonita.

TÓPICO 1 – Barra Bonita e suas Particularidades.

TÓPICO 2 – Escolas: Problemas e Propostas.

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços conseguidos durante o processo de expansão capitalista, como, por exemplo, o avanço da tecnologia, da ciência e das comunicações, ainda persistem problemas antigos desse mesmo sistema. O desemprego, a má qualidade da educação e da formação profissional, são alguns exemplos desses problemas que não se resolveram durante o processo de expansão capitalista, e em alguns casos tornaram-se mais graves.

Esses e outros problemas presentes e participantes da lógica do sistema capitalista são, então, importantes fontes de pesquisa para a compreensão do desenvolvimento do sistema capitalista, de suas desigualdades e de nossa própria realidade social.

Perante a esse contexto, duas dimensões de extrema importância no desenvolvimento desse processo ganham destaque: a educação e o trabalho. Apesar de apresentarem uma aparente distância entre si, são muito próximas e de fundamental importância para a compreensão do processo histórico.

Marx e Engels escreveram sua obra durante o século XIX. Esse foi o momento histórico da ascensão do capitalismo como sistema hegemônico, amparado pelo início da revolução industrial, que foi um marco definitivo para a solidificação desse sistema.

Os problemas percebidos e analisados por Marx e Engels nesse momento estão presentes ainda em pleno século XXI, o que mostra que apesar dos avanços tecnológicos, da ciência e da comunicação, a base central que mantém o sistema em funcionamento persiste, ou seja, a exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a desigualdade social.

Tudo o que é sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profano, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras

condições de vida e suas relações como espécie. A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. (Marx & Engels, 2001:12).

De acordo com a passagem anterior, presente no Manifesto do Partido Comunista escrito por Marx e Engels, diante do sistema capitalista o homem tem que encarar a si mesmo como espécie e lutar por sua sobrevivência. O sistema capitalista cria a necessidade de expansão do mercado por todo o mundo, e nesse contexto, diante dos próprios avanços proporcionados pelo capitalismo (Tecnologia, ciência e comunicação), que levam ao desenvolvimento de fenômenos como a globalização.

Esse movimento de expansão é justificado como uma forma de evolução da sociedade historicamente, ou seja, assim como durante o século XIX houve a busca por novos mercados, agora há a necessidade de uma expansão por todo o planeta, que é permitida exatamente pelos avanços conseguidos durante o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo. Porém, essas transformações ocorridas durante o processo histórico não atingem apenas o mercado e seu desenvolvimento, elas refletem em outras áreas como, por exemplo, a educação e o trabalho. A utilização da própria teoria do capital humano reflete esse pensamento em relação ao contexto do trabalho e conhecimento técnico.

A educação é uma das áreas onde ocorreram diversas modificações durante o processo histórico, entre elas podemos citar: a queda dos índices de analfabetismo, a expansão universitária que permitiu a possibilidade de um maior número de pessoas ingressarem nas universidades. Porém, essas mudanças servem como máscara para as falhas do sistema, pois mesmo diante desses fatos, o que encontramos na realidade é uma educação e um processo de formação decadente. “O colapso de uma parte do mundo revelou o mal-estar do resto” Eric Hobsbawn (1998:19-20), onde o autor nos põe a par de

problemas que atingem diversos setores e que afetam, direta ou indiretamente, vários outros.

A passagem anterior, do historiador Eric Hobsbawn, deixa evidente, que o sistema apresenta uma diversidade de problemas, e a educação não escapa a essa situação.

O trabalhador é, de certa forma, afetado pela constituição do sistema capitalista. A lógica do sistema capitalista trabalha diretamente com a ideia de que uma parcela da população não esteja empregada. Esse problema é desenvolvido por Marx, que cria o conceito de exército industrial de reserva, que será abordado mais à frente nesse trabalho. Nesse momento é importante compreender que diante da falta de oportunidades desenvolveu-se um mercado informal, especialmente nas regiões metropolitanas que contém os maiores índices de desemprego.

A informalidade se estabilizou na última década em um patamar elevadíssimo: para cada trabalhador com carteira assinada existe um trabalhador informal, não protegido por nenhum tipo de lei. Ou ainda: “o aumento da informalidade nas regiões metropolitanas não resulta simplesmente de uma realocação setorial da força de trabalho do setor industrial para o setor de serviços (Ramos & Ferreira, 2003:10)”.

Os mesmos autores trabalham o problema da informalidade, e dos seus desdobramentos nos grandes centros, ou seja, nestes locais existe a tendência do desenvolvimento de uma cultura da informalidade, como podemos perceber na seguinte passagem:

[...] a informalidade do setor industrial de 24% em 1992 para 33,7% em 2003 segundo números da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE. No mesmo período o setor de serviços, a informalidade manteve a estabilidade, passando de 48,9% para 47,2%. Isso, sem nos esquecermos da mencionada “cultura da informalidade” nos

grandes centros, apontada como um dos seus principais causadores (Ramos & Ferreira, 2003:10).

Como já dito anteriormente, o avanço do capitalismo trouxe consigo uma revolução tecnológica. Essa revolução tecnológica surgiu como uma esperança para os trabalhadores, já que, com o surgimento de um maquinário cada vez mais eficiente à consequência desejada seria a diminuição do trabalho braçal e físico, a melhoria das condições e a diminuição da jornada de trabalho.

Porém, os benefícios tecnológicos não foram utilizados a favor dos trabalhadores. O desenvolvimento tecnológico gerou um novo fenômeno, a substituição do trabalho do homem pela máquina. Seguindo a lógica do sistema, é favorável para os capitalistas que a máquina realize o trabalho do homem, pois assim, o processo produtivo se efetiva com maior velocidade, e não há mais a necessidade de tantos empregados.

Portanto, a evolução tecnológica, que poderia ter sido favorável ao trabalhador, foi apropriada de outra forma, e a consequência desse processo foi o aumento do desemprego.

[..] nunca como hoje, as tecnologias poderiam nos liberar do trabalho rotineiro e repetitivo que desgasta e maltrata a vida de milhares de seres humanos. Contudo, os benefícios do fantástico desenvolvimento industrial produzido pela difusão das tecnologias de base microeletrônica estão muito distantes de terem sido revertidos em uma ampliação do tempo livre, em uma socialização radical do “ócio criativo”, na diminuição ou atenuação das condições de exploração do trabalho assalariado e, tampouco, nem sequer, em uma redução da jornada de trabalho (Gentili & Alencar, 2002:12-13).

Como ressaltado na passagem anterior, a revolução tecnológica não resultou em uma ampliação do tempo livre do trabalhador, nem tampouco em uma possibilidade desse desenvolver seu potencial formativo, através do desenvolvimento de seus interesses.

Diante desse contexto, a autonomia do indivíduo sequer é gerada, e deste modo, o trabalhador acaba sujeitado a um processo de alienação do trabalho, onde não possui a capacidade de compreender sua realidade objetiva, tornando-se um sujeito alienado.

Um profissional alienado é um ser inautêntico. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios. Por isso vive uma realidade imaginária e não a sua própria realidade objetiva (Freire, 1979:35).

Diante do contexto da incerteza, no campo profissional, a busca do aperfeiçoamento ou aprendizagem profissional tem aumentado nos últimos anos, principalmente no chamado ensino profissionalizante, e tem levado pessoas a buscarem as Escolas de Ensino de Profissões, também conhecidas por Escolas Profissionalizantes ou mesmo o Ensino Técnico, como opção ao desemprego, ou seja, através do ensino técnico – profissionalizante ter mais condições de encontrar um novo emprego.

E diante desse quadro que surgiram e se aperfeiçoaram, com isso, tanto escolas como as do chamado modelo “S” como Sesi, Senai, Senac, que tem oferecido cada vez mais essas possibilidades de aprendizado. E até mesmo Centrais Sindicais como a CUT e a Força Sindical que tem oferecido oportunidades de cursos e encaminhamento ao mercado de trabalho.

As instituições de ensino profissionalizante têm como característica a especialização, ou seja, elas são responsáveis por formar profissionais em determinadas áreas e direcioná-los para o mercado de trabalho. Essas escolas estão adequadas a esse novo modelo, onde o especialista ganha maior espaço.

Além deste tipo de qualificação, atualmente, o chamado ensino à distância, busca oferecer à alunos de áreas de difícil acesso ou mesmo de regiões longínquas a possibilidade de fazer um curso profissionalizante sem sair de casa ou de sua cidade, tanto em áreas técnicas, profissionalizantes ou ensino superior.

Outro fator determinante na expansão das escolas técnicas é relacionado ao fator socioeconômico, ou seja, esse tipo de ensino se torna mais acessível, pois são cursos de custo mais baixos, sendo assim, os indivíduos que não possuem condições econômicas para pagar por sua formação em uma universidade privada e que não tiveram acesso a uma educação de qualidade, e, portanto, suas chances de ingressarem no ensino superior público são bem mais restritas, acabam optando por esse tipo de ensino, com a esperança de ingressar o mais rápido possível no mercado de trabalho.

A apregoada oportunidade oferecida de um ingresso rápido no mercado de trabalho tem sido a grande propaganda dessas instituições para conquistar alunos. Além disso, o próprio governo investe nesse tipo de ensino, neste tipo de educação, incentivando a população a procurar esses cursos.

Coloca-se a questão da desqualificação como um problema em nossa sociedade, e alguns casos a responsabilidade dele é atribuída ao trabalhador/ aluno.

No plano ideológico desloca-se à responsabilidade social para o plano individual. Já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis (Frigotto, 1998:15).

Em muitos casos, esses cursos trabalham com a ideia de requalificação, ou seja, o indivíduo ao concluir o curso se torna apto para exercer um novo emprego, ou em alguns casos, a desenvolver seu próprio negócio, caminhando para a informalidade.

Os desempregados devem buscar “requalificação” e “reconversão profissional” para se tornarem empregáveis ou criarem o auto-emprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência (Frigotto, 1998:15).

É importante deixar claro, que neste universo de desemprego e falta de perspectivas, a melhor qualificação surge como um diferencial no processo de competição inerente ao sistema capitalista. Diante da competição e da disputa quanto mais qualificado for o indivíduo maior suas chances de obter sucesso na busca por emprego, ou seja, amparados por esse fato os cursos profissionalizantes ganham maior espaço e respaldo da opinião pública.

Gaudêncio Frigotto deixa clara a ideologia da formação profissional, como fator de desenvolvimento de acúmulo de capital nos países subdesenvolvidos e como fator de competitividade e empregabilidade dos trabalhadores na visão capitalista dominante:

Com efeito, no início da crise do modo de regulação social fordista (anos 50-60) a educação formal e a qualificação profissional apareciam como formadores de capital humano...difundia-se a ideologia que o investimento no capital humano permitiria aos países subdesenvolvidos desenvolverem-se, e aos indivíduos a garantia de melhores empregos, maior produtividade e, por essa via, mobilidade e ascensão social. Hoje a educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, re-estruturação produtiva e da “empregabilidade” (Frigotto, 1998:14-15).

Ainda sobre a qualificação e a educação, existe uma tendência contemporânea contemplada por organismos internacionais como o Banco Mundial, que propõe o assistencialismo como solução para o problema dos países pobres.

A educação e a qualificação transitam, assim, da política pública para a assistência ou filantropia ou, como a situa o Banco Mundial, uma estratégia de alívio da pobreza (Leher, 1998) (Frigotto, 1998:15).

Frigotto aponta a concepção defendida pelos setores capitalistas, da formação profissional como saída para o desemprego. Essa seria a forma de atuação do processo capitalista de globalização. Assim, a formação, profissional, seria a solução para problemas como a desigualdade social.

O progresso da ciência e tecnologia deveria contribuir para o desenvolvimento do trabalho e do trabalhador, porém isso não se efetiva. Assim, fica claro que a questão do emprego é estrutural e não apenas social e vemos a crítica de Frigotto:

Esta perspectiva parte de uma visão de desenvolvimento, ciência e tecnologia despida de relações sociais e no pressuposto do pleno emprego (Frigotto, 1998:35).

Segundo o autor, a ideia de capital humano não seria uma solução para as desigualdades sociais presentes no sistema capitalista. Essa concepção trabalha com a mesma ideia que entende a qualificação como solução para o problema do desemprego.

O investimento em “capital humano” passou a constituir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais (Frigotto, 1998:37).

Nos últimos anos há o aumento de cursos destinados à formação profissional, mas com a ida dos profissionais para informalidade, ou seja, muitos estudantes de nível técnico e universitário encaminham-se para esse área do mercado, pois, com poucas possibilidades não encontram outra saída, e acabam por ingressar no mercado em uma área diferente de sua formação, especialização e qualificação.

Portanto, o quadro que existe atualmente é o da proliferação das escolas de ensino técnico onde há a junção da educação com o emprego, ou seja, a educação passa a ser direcionada para o ingresso no mercado de trabalho, como ocorre em Barra Bonita. Mas isso não quer dizer que na prática isso tem ocorrido.

Assim, pontos fundamentais da formação do sujeito são deixados em um segundo plano a reflexão e a pesquisa são colocados em um estágio secundário, a preocupação principal da educação passa a ser o mercado de trabalho. A formação intelectual e cultural, do homem, deixa de ser fundamental. Nesse momento, a ênfase da educação é redirecionada para o mercado de trabalho, a serviço do capital.

Novamente Frigotto frisa o contexto em que a globalização, a re-estruturação produtiva e a alienação do trabalho são utilizadas como formas de controle do capital:

Trata-se de entender a formação humana no contexto da re-estruturação produtiva e globalização excludente, da dramática crise estrutural do trabalho assalariado que produz esterilização de vidas numa “existência provisória sem prazo” (Frankel, 1945) e, portanto, das novas formas de alienação do trabalho. Por outro lado, de entendê-la, também, dentro dos limites ambientais e políticos do desenvolvimento industrial do tipo fordista e pós-fordista e das relações assimétricas de poder existentes hoje a nível global (Frigotto, 1998:25-26).

A manutenção do sistema capitalista pressupõe a exclusão, a desigualdade o desemprego. Esses fatores são fundamentais para a compressão de nossa realidade social. No caso brasileiro, são evidentes essas desigualdades quando comparamos as diversas regiões do país.

As regiões menos desenvolvidas, como é o caso do norte e do nordeste, são mais frágeis em seus problemas estruturais, e essa fragilidade pode ser percebida através dos índices socioeconômicos como, por exemplo, o IDH.

Ao analisar a realidade social do país, levando em conta as desigualdades presentes percebem-se como os problemas estruturais estão também relacionados ao mercado de trabalho. Esse fato, explica, por exemplo, a migração de pessoas das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas do país. Essas pessoas se deslocam em busca de oportunidades de ingressar no mercado de trabalho com a esperança de conseguir uma melhor qualidade de vida. Porém, para o ingresso no mercado de trabalho é necessário cada vez mais possui algum tipo de qualificação, e é muitas vezes nesse ponto que os migrantes esbarram.

Além disso, existe a preocupação com a qualidade das qualificações que são obtidas. A crítica mais contundente feita às escolas de ensino profissionalizante diz respeito à qualidade desse ensino, e a sua verdadeira preocupação com a formação como saída para o desemprego. A crítica é severa ao afirmar que as escolas profissionalizantes preparam o homem para o mercado, porém não contribuem para sua formação cultural.¹

Jarbas Barato contribui para o debate ao desenvolver o conceito de fazer-saber, onde não se aprende somente a técnica, mas também a prática.

Fica, porém, assentado que o fazer-saber é independente do saber por quê. E mais, este último é insuficiente quando se quer produzir. Tudo isso parece óbvio. Mas, quando examinamos discursos sobre saberes da técnica, encontramos um falar hegemônico que sugere subordinação de

¹ Entende-se formação cultural aquilo que compreende o conjunto de criações espirituais (intelectuais, artísticas e religiosas) e que traz em si a exigência de formar seres humanos que, por sua vez, são consumidores/criadores da cultura.

técnica à ciência, dando precedência a última e sinalizando que o fazer (técnica) depende do saber (ciência ou conhecimento) (Barato, 2004:48).

Outro ponto importante se refere à importância do conhecimento e a forma como ele é utilizado pelo trabalhador, a partir de sua qualificação e da ação dos instrutores:

Explicações sobre o fazer-saber, chamadas de modo inapropriado de saber-fazer e que nascem da observação do trabalho em vez de da execução, podem afetar negativamente a formação profissional. Se aceitas como o “conhecimento”, acabam servindo de base para decisões didáticas que, apesar de valorizarem verbalmente o trabalho, reduzem o fazer a execuções sem inteligência. Mas, no “chão de escola” de centros de formação profissional e escolas técnicas, instrutores formados no e pelo trabalho acabam, inconscientemente, regredindo aos velhos tempos da aprendizagem corporativa (Barato, 2004:50).

De acordo com a passagem anterior, fica evidente a necessidade do capital de uma educação que se preocupe com o saber-fazer. O problema encontrado na constituição do ensino técnico é o privilégio de um momento. O processo de conhecimento é composto por dois momentos, quando existe o privilégio de um em detrimento do outro, a educação é restrita, falha, danificada. As escolas técnicas quando privilegiam o fazer em prol do saber acabam produzindo um ensino que não deixam o aluno preparado para o mercado de trabalho. Fica evidente, portanto, a falha no processo de formação dos indivíduos submetidos a esse tipo de ensino.

Diante desse quadro é questionável a qualidade da educação profissional, enquanto possível solução para o desemprego e a falta de oportunidades e opções no mercado de trabalho e levando em consideração uma cidade de porte pequeno, com vocação ao turismo e dependente da monocultura da cana de açúcar.

Entre os pontos considerados relevantes nesse contexto estão, a “culpa” do trabalhador pelo seu desemprego em consequência da desqualificação, a responsabilidade da escola pela formação (qualificação do “saber” (teoria) sem entender e o “fazer”(prática)) e também dos governos que, na maioria das vezes dão acesso à educação e no caso da educação profissionalizante, preparam os alunos para o mercado de trabalho, porém estes, em inúmeros casos, não tem disponível a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

É importante deixar claro, que o sistema capitalista trabalha com a lógica exclusão, sendo assim, a preocupação é com a produtividade, com o lucro. O desemprego e a desigualdade social são componentes que constituem esse sistema e o mantém em funcionamento. Sendo assim é compreensível a disputa acirrada que existe no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a proliferação do ensino técnico que se preocupa em preparar os indivíduos para executar tarefas, para o fazer, e abandonam o saber.

Pretendemos, portanto, analisar a escola profissionalizante partindo dos aspectos da qualificação e requalificação, e, mais especificamente, o caso dos profissionais desempregados e aprendizes das escolas de Barra Bonita, demonstrando, conseqüentemente, a falta de opções na cidade.

É nesse ponto de partida que desenvolveremos o trabalho, voltado para demonstrar, com dados e entrevistas em diversos setores, passando de alunos e ex-alunos, até diretores, que a profissionalização ou o aprendizado de uma função, de uma atividade, ou seja, o ensino técnico e profissionalizante, não gera por si, garantia de emprego, derrubando a ideia de que existe desempregados basicamente pela não qualificação da mão-de-obra, e demonstraremos que isso é nítido numa cidade de pequeno porte como Barra Bonita.

Além disso, veremos na prática que não há realmente a união da escola pela busca de emprego através da educação, pois não existem vagas disponíveis apesar de certa qualificação profissional desenvolvida, tornando essa solução, também, inviável.

Sendo assim, analisaremos os casos de escolas no município de Barra Bonita como o SENAI e a ETEC (Escola Técnica Estadual). A partir do estudo dessas escolas, combinado com as informações pesquisadas, o material analisado e a bibliografia sugerida, será desenvolvido o conceito de Qualificação para o Desemprego, ou seja, essas escolas preparam seus alunos, mas os mesmos não conseguem uma colocação no mercado de trabalho da cidade, tendo, portanto, qualificação, mas não o emprego.

A escolha do município de Barra Bonita se deu ao fato deste ser uma Estância Turística, com boa qualidade de vida e, partindo das informações iniciais, a questão da qualificação ganha espaço na discussão acerca da situação deste município.

A opção feita para a realização desse estudo foi a analisar diretamente as Escolas Profissionalizantes em Barra Bonita e os resultados com os formados e alunos, com isso, demonstraremos que estes após a conclusão do curso e até os que ainda estão nessas escolas, dificilmente têm conseguido ingressar no mercado de trabalho em sua área de formação.

E ainda, utilizando-se de entrevistas e amostragens nas Escolas e no próprio município, é que chegaremos ao conceito de Qualificação para o Desemprego, pois para a maior parte, não haverá colocação no mercado da cidade.

Pela dinâmica do emprego pela qualificação notaremos as dificuldades dos aprendizes, da busca através do ensino de uma profissão como fonte de preparo para o

mercado de trabalho e as reais possibilidades do profissional submetido a esse sistema de conseguir empregar-se posteriormente.

Ao tratar dessas questões é de extrema importância estar consciente sobre a situação do país, especialmente, dos problemas estruturais presentes em nosso país e a relação destes com o desemprego. Guiomar Namó de Mello aborda a questão do ensino e da desigualdade social:

No Brasil, a tradução desses objetivos estratégicos em *objetivos de gestão* deveria ter, como ponto de partida, os problemas da má qualidade de ensino e o baixo desempenho dos estabelecimentos escolares públicos que têm levado a educação a reforçar as desigualdades sociais, mais do que a contribuir para compensá-las (Mello, 1998:64).

É importante estar atento ao aumento da procura por escolas de ensino técnico. Cada vez, é maior e mais frequente o número de pessoas que procuram esse tipo de ensino, independente de serem ou não formados, se possuírem ou não empregos. Pode-se perceber que o imaginário social acredita que esse tipo de ensino é uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida.

A questão que se coloca diante dessa situação é qual a efetiva possibilidade de acesso ao mercado de trabalho que este tipo de ensino proporciona, ou seja, qual a parcela desses profissionais formados no ensino técnico que realmente ingressarão no mercado de trabalho. Não se pode esquecer que a mão-de-obra qualificada é parte da composição do sistema capitalista, sendo assim, é evidente que uma parcela dessa população formada nas escolas de ensino profissionalizante, vão compor a massa de desempregados do país.

Além desses questionamentos outro ponto importante que surge se refere à questão estrutural. Existem muitos questionamentos acerca da real contribuição dos problemas

estruturais nos casos de desemprego. Há quem acredite que a questão estrutural não responde a questão por completo, e por isso, é necessário estar atento a outros fatores, como, por exemplo, a disponibilidade de profissionais qualificados em determinada região.

Para compreender melhor essas questões e também as restrições do sistema de qualificação, é necessário, portanto, demonstrar que o papel dessa escola profissionalizante nesse contexto de desemprego e busca constante por uma melhor qualificação não gera oportunidades aos aprendizes e muito menos o emprego em sua área.

É importante observar como a questão do conhecimento do “fazer-saber” é considerada, não apenas nas escolas profissionalizantes de Barra Bonita, como em diversas escolas do Brasil, isso pode ser visto nesta colocação de Barato:

A dinâmica de subjetividade/ objetividade nas relações entre conhecimento, desempenho e informação sinaliza a importância de mudanças efetivas nas estruturas cognitivas do aprendiz (Barato, 2004:175).

Ou ainda mais claramente o quanto o trabalhador é preparado para “saber” executar determinadas funções:

O desempenho no âmbito educacional deve ser avaliado como indicador de conhecimento. No primeiro caso, importa o que o trabalhador é capaz de fazer. No segundo, a meta é o que se pode afirmar que o aluno aprendeu (Barato, 2004:180).

Assim, o presente trabalho se encontra composto por três capítulos onde, o primeiro capítulo se refere à Educação e o Trabalho, desenvolvendo-se através de uma breve discussão sobre a Revolução Industrial e alguns aspectos do trabalho e educação no Brasil. Em seguida será discutida a profissionalização do trabalho e da escola, enfatizando o

processo de globalização e a crise do trabalho no Brasil. A parte final do trabalho irá se ater ao caso específico de Barra Bonita e de suas peculiaridades.

A ideia de realizar esse trabalho sobre o problema da qualificação profissional na cidade de Barra Bonita surgiu após experiência de aproximadamente cinco anos como professor e orientador de escolas profissionalizantes, onde estas questões estão postas.

Para realizar esse estudo foram feitas 123 entrevistas entre alunos e ex-alunos das escolas profissionalizantes, enfocando os aspectos que os levaram a buscar esse tipo de ensino, onde foram coletadas, inclusive, informações dos ex-alunos das escolas ETEC e SENAI.

Colocamos as questões da empregabilidade, do envolvimento das escolas na busca do emprego, como pontos importantes para os questionamentos aos alunos e as influências das mesmas para os ex-alunos, sua verdadeira face de interesse pelo formado.

A pesquisa foi realizada, portanto, através da coleta de dados estatísticos, pesquisas de campo com diretores, professores, alunos e ex-alunos qualificados pelas Escolas. A hipótese do estudo é comprovar que a qualificação profissional não significa ao aluno ou aprendiz uma garantia de emprego, principalmente em uma cidade com possibilidades restritas, como Barra Bonita.

CAP. 1 *EDUCAÇÃO E TRABALHO*

UMA BREVE DISCUSSÃO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.

O trabalho é uma categoria indispensável quando se pretender estudar o homem, e suas relações, sejam relações sociais, relações de produção, relações com o meio. Assim, é de fundamental importância entender o conceito de trabalho e seus desdobramentos históricos para compreender as questões relacionadas a ele.

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (Engels, 1999:2),

A passagem anterior deixa evidente, a importância do trabalho na constituição do homem. Engels aprofunda essa questão em seu texto de 1876, denominado a “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, onde ele trabalha a ideia do trabalho e do desenvolvimento das habilidades humanas através deste.

Antes de a primeira lasca de sílex ter sido transformada em machado pela mão do homem, deve ter sido transcorrido um período de tempo tão longo que, em comparação com ele, o período histórico por nós conhecido torna-se insignificante. Mas havia sido dado o passo decisivo: a mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração. (Engels, 1999:4).

Sem dúvida nenhuma, a natureza é fonte de recursos e nos leva, mesmo, a usá-la de diversas maneiras, seja como abrigo, alimentação ou mesmo como fornecedora da própria ferramenta de trabalho (madeira, terra, etc).

Portanto, utilizando-se, em primeiro lugar, e com absoluta necessidade, da natureza, o homem fez do trabalho seu meio de buscar a sobrevivência e com isso manter-se vivo nos primórdios da raça humana, com seus desafios e dificuldades.

Com o passar do tempo, diversas descobertas contribuíram para esse desenvolvimento: o fogo, a roda, a domesticação dos animais e a utilização racional da terra. Todas ajudaram nesse processo, onde, cada vez mais, o homem percebe a complexidade do meio onde vive e faz com que as pedras rudimentares, as cavernas, ou mesmo o alimento sejam transformados de forma a tornar menos dificultosa a sua luta pela sobrevivência.

Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. (Engels, 1999:6).

Com o processo contínuo de desenvolvimento, ainda que rudimentar, desse tipo de trabalho, o homem passa a viver cada vez menos isolado e cada vez mais em grupos, pois com isso, é possível esse processo. Esse é momento histórico de consolidação do processo social, que deu origem à sociedade tal como a entendemos hoje em dia, ou seja, homens vivendo conjuntamente com um objetivo, uma meta em comum a todos: a sobrevivência, como já mencionado anteriormente. Conseqüentemente, essa mesma sociedade começa a se desenvolver:

[...] o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade (Engels, 1999:6).

No decorrer do processo histórico o homem atravessou diversas etapas, na constituição de sua vida social. Durante o desenvolvimento histórico-social do homem, algumas etapas foram de maior significância para o processo, entre elas estão: a Idade da Pedra e do Bronze, o desenvolvimento do Império Romano e das civilizações bárbaras, a Idade Média, os Grandes Descobrimentos dos países Ibéricos (Portugal e Espanha).

Todos esses fatos mantêm relação com desenvolvimento das formas trabalho e sua penetração em nossas sociedades. Ou seja, o trabalho acompanhou o processo evolutivo humano: ferramentas, transporte, materiais.

O trabalho começa com a elaboração de instrumentos. E que representam os instrumentos mais antigos, a julgar pelos restos que nos chegaram dos homens pré-históricos, pelo gênero de vida dos povos mais antigos registrados pela história, assim como pelo dos selvagens atuais mais primitivos? São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados também como armas. (Engels, 1999:9).

É importante salientar a presença do trabalho escravo durante o desenvolvimento do processo histórico das sociedades humanas. Esse tipo de trabalho era uma forma de dominação do mais forte: antes um derrotado de guerra, outrora alguém subjugado como inferior como raça e mesmo apenas como “mercadoria”, trocada para o uso do proprietário.

Portanto, todo o processo de desenvolvimento histórico das sociedades humanas mantêm uma relação com desenvolvimento do trabalho. E em muitos momentos o homem

foi utilizado como mercadoria, demonstrando o papel que pode ser visto em determinados momentos.

Segundo Althusser, a liberdade do trabalhador é, na realidade, uma total dependência em relação aos meios de produção:

São relações de *produção* porque se os trabalhadores “livres” não fossem “colocados em relação” com os meios de produção, não haveria qualquer produção (Althusser, 2008:177).

No decorrer de diversos séculos, com o grande desenvolvimento do comércio e das cidades da Europa, algumas importantes transformações ocorrem e contribuíram no processo de formação do capitalismo. É importante deixar claro que a constituição de um sistema é fruto de um longo processo histórico e jamais pode ser explicada por apenas um fator, ela é resultado da combinação de uma série de fatores.

O surgimento da máquina a vapor e do tear são alguns desses fatores históricos que contribuíram para o início das transformações que conduziram nossa sociedade para um novo estágio. Essa série de mudanças que mantém uma estreita relação com o trabalho ficaram conhecidas como: Revolução Industrial.

As transformações ocorridas nesse momento histórico foram fundamentais para a emergência do novo sistema econômico. É importante salientar que quando estamos diante de uma revolução, tal como a revolução industrial, a estrutura que compõem e sustenta o modelo anterior, já não é suficiente, e por esse motivo, cede espaço a uma nova estrutura, que traz consigo uma série de bruscas modificações, sejam elas no campo econômico, político ou social.

Marx, em seu livro “*O Capital*”, analisa os processos e as transformações ocorridas no modo de viver: desde a “expulsão” dos camponeses de suas terras, até a fuga para as cidades e a submissão desses à nova classe hegemônica, a burguesia.

Falando principalmente da manufatura e em seguida da utilização da máquina, ele nos aponta para as principais mudanças decorridas dessa revolução, tanto para o capitalista como para o trabalhador. Para Marx:

A manufatura se constitui, assim, em base técnica imediata da indústria moderna. A primeira produzia a maquinaria com que a segunda eliminava o artesanato e a manufatura nos ramos de produção de que se apoderava (Marx, 1987:438).

Dentro desse contexto revolucionário, o autor está atento para as transformações sociais, e cria conceitos para uma melhor análise do assunto. Entre esses conceitos, são de fundamental importância a mais-valia e exploração da força de trabalho.

Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido [pertence] ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada (Antunes, 2004:61-62).

Portanto, mediante essa troca, ou como mencionou Marx no século XIX, a exploração capitalista, esse vendedor de força de trabalho recebe uma quantia em dinheiro, que será, também, o meio para obter sua subsistência.

Essa mesma exploração se intensifica. A busca de “mais-valia”, logo lança o restante da família no chão da fábrica, na busca da sobrevivência pela força do domínio do capital: mulheres e crianças que se veem repentinamente tiradas de suas casas e infância em busca de aumentar a miserável renda de suas famílias.

A idade mínima em que as crianças começam a trabalhar é de 6 anos, mas muitas começam com menos de 5. O tempo ordinário de trabalho vai das 8 da manhã às 8 da noite, com uma hora e meia para as refeições, que são tomadas irregularmente e muitas vezes nos fétidos cubículos de trabalho (Marx, 1987:530).

Com a introdução cada vez maior da maquinaria, essa tendência se tornou ainda mais intensa e penosa ao trabalhador. Muitas vezes, um grande número de trabalhadores eram dispensado pelas fábricas e os trabalhadores remanescentes, tinham que trabalhar com mais intensidade para produzir.

Nota-se o efeito causado por essa mesma máquina em alguns setores e como afetava a sua rotina do trabalhador, o ritmo de trabalho, e mesmo seu salário:

Em velhos países civilizados, a aplicação da máquina em alguns ramos provoca tal excesso de oferta de trabalho (*redudancy of labour*, diz Ricardo) em outros ramos que, nestes, a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede a aplicação das máquinas, tornando-a muitas vezes impossível, supérflua, do ponto de vista do capital, cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado, mas da diminuição do trabalho pago (Marx, 1987:450).

Segundo Marx, a tendência era intensificação da rotina e da jornada de trabalho, como se percebe na seguinte passagem:

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, produzido pela maquinaria nas mãos do capital, ao fim de certo tempo provoca, conforme já vimos, uma reação da sociedade, que ameaçada em suas raízes vitais, estabelece uma jornada de trabalho, legalmente limitado. Em consequência dessa limitação, assume decisiva importância um fenômeno que já examinamos: a intensificação do trabalho (Marx, 1987:467).

Marx expõe essa intensificação, e sua consequência para a saúde do trabalhador, e seus efeitos para a produtividade da fábrica:

A redução da jornada de trabalho provocou uma intensificação do trabalho que destrói a saúde do trabalhador e, portanto, a própria força de trabalho (Marx, 1987:476).

O surgimento das máquinas foi um recurso de extrema importância para o avanço do capitalismo, pois ele contribuiu para o aumento da produtividade. A utilização da máquina foi importante para o capitalista e seus interesses, pois aumentou o ritmo de trabalho. Porém, esse aumento da produtividade era prejudicial à saúde do trabalhador. Além disso, esse aumento da produtividade não refletia no salário do trabalhador.

Cada um explora o próximo, e o resultado é que o forte pisa o fraco e que o pequeno número de fortes, quer dizer, os capitalistas, se apropriam de *tudo*, enquanto que ao grande número de fracos, aos pobres, não lhes resta senão a própria vida, e nada mais (Engels, 1985:36).

Althusser em seu livro “*Sobre a Reprodução*” trabalha com a ideia de que toda essa exploração tem um propósito: o interesse dos capitalistas no aumento de sua produção e do seu lucro. Segundo o autor:

Com efeito, Marx mostrou-nos em *O Capital* (e Lênin em toda sua obra) que a utilização das Forças produtivas (Meios de Produção + Força de

Trabalho) seria ininteligível, se não se chegasse a compreender que ela se efetua sob Relações de Produção definidas que, na unidade Forças Produtivas/ Relações de produção, desempenham o papel determinante (Althusser, 2008:50).

Com a introdução da maquinaria, isso fica evidente, pois com a mais-valia relativa, gerando a depreciação da força de trabalho, leva o mesmo trabalhador a baratear cada vez mais sua força e para manter seus salários, trabalhar cada vez mais:

A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho; indiretamente, ao baratear mercadorias que entram na reprodução dessa força e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário (Marx, 1987:464).

Marx chama a atenção para o fato de que os capitalistas, uma vez pago o salário de mercado pelo uso da força de trabalho, podem lançar mão de duas estratégias para ampliar sua taxa de lucro: estender a duração da jornada de trabalho mantendo o salário constante, o que ele chama de mais-valia absoluta; ou ampliar a produtividade física do trabalho pela via da mecanização - o que ele chama de mais-valia relativa.

Fazendo esta distinção rompe com a ideia Ricardiana do lucro como "resíduo" e percebe a possibilidade de os capitalistas ampliarem autonomamente suas taxas de lucro sem dependerem dos custos de simples reprodução física da mão-de-obra.

Marx exemplifica essa luta entre capitalistas e trabalhadores com a máquina, durante as fases da Revolução Industrial e o capitalismo, com a revolta do trabalhador contra os meios de produção e conseqüentemente ao seu modo de produção que explora e é

a forma de ganho do capitalista, ou seja, aumento de produção com a utilização cada vez maior de máquinas, a desvalorização do trabalhador e conseqüentemente de seu salário:

A luta entre o capitalista e o trabalhador remonta à própria origem do capital. Ressoa durante todo o período manufatureiro. Mas só a partir da introdução da máquina passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção (Marx, 1987:488).

Novamente Marx expõe, quando de sua colocação da tendência da redução de jornada de trabalho e as “manobras” dos capitalistas com a intensificação da jornada de trabalho, aperfeiçoando suas máquinas para retirar cada vez mais do trabalhador em menos tempo:

Não existe a menor dúvida de que a tendência do capital, com a proibição legal definitiva de prolongar a jornada de trabalho é de compensar-se com elevação sistemática do grau de intensidade do trabalho e de converter todo aperfeiçoamento da maquinaria em meio para absorver maior quantidade de força de trabalho (Marx, 1987:476).

Portanto, a fase, tão aclamada, da chamada “Revolução Industrial” dos séculos XVIII e XIX, não passa, em grande medida e com estas evidências postas, e principalmente na visão marxista, de uma das mais puras, cruéis e sanguinárias fases de nossa História, tanto pela exploração de crianças e mulheres, quanto pelas jornadas de trabalho abusivas, passando pela miséria dos baixos salários pagos aos trabalhadores e aos milhares (principalmente na Inglaterra) que morreram de fome.

As condições desumanas em que os operários se encontravam nesse período histórico eram notórias. Engels enfatiza essa questão, na seguinte passagem:

Diremos que a quase totalidade dos 350 mil operários de Manchester e dos seus arredores habita em casas em mau estado, úmidas e sujas; que suas ruas por onde têm de passar estão na maior parte das vezes num estado deplorável e extremamente sujas e que foram construídas sem o menor cuidado de ventilação, com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor (Engels,1985:77).

Portanto, o trabalho, durante o seu desenvolvimento histórico e mais especificamente durante o período da Revolução Industrial, criou formas de controle sobre o trabalhador assalariado (antes o agricultor ou artesão da Idade Média), tendo como principio básico a exploração máxima, através da figura do capitalista burguês dono dos meios de produção.

Foi o baixo preço do sangue e do suor humanos transformados em mercadorias que atuou continuamente no sentido de ampliar o mercado e continua a ampliá-lo todos os dias (Marx, 1987:535).

No desenvolver do processo histórico a educação sempre teve um papel primordial na formação do homem. Em um primeiro momento histórico ela era privilégio da elite dominante, como, por exemplo, no caso na nobreza feudal. É importante estar atento ao fato de que a educação é um instrumento de poder.

Com o advento da Revolução Industrial e com o número crescente de imigrantes que chegavam às cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho e melhor qualidade de vida, especialmente camponeses, o domínio capitalista se fez cada vez mais presente:

Em resumo, os trabalhadores industriais ingleses desta época, (*meados do séc. XVIII*), viviam e pensavam como se vive ainda em certas regiões da Alemanha, contando apenas consigo mesmos, à margem, sem atividade intelectual e levando uma existência sem sobressaltos. Raramente sabiam ler e muito menos escrever, iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não pensavam, gostavam dos exercícios físicos, escutavam a leitura da Bíblia com um recolhimento tradicional, e

estavam bem de acordo, humildes e sem necessidades, com as classes sociais mais elevadas (Engels, 1985:13).

Em meados do século XIX, devido a inúmeras denúncias sobre a situação abusivas a que eram submetidas às crianças durante o processo de trabalho, criaram-se leis fabris relativas à educação, onde foi “exigido” do empregador que as crianças frequentassem as escolas. Como meio de verificação criou-se o certificado de frequência.

Apesar da aparência mesquinha que apresentam em seu conjunto, as disposições da lei fabril relativas à educação fizeram da instrução primária condição indispensável para o emprego de crianças (Engels, 1987:547).

Segundo Marx, o capitalista utiliza-se das leis favoráveis à educação para continuar explorando o trabalho infantil. Fica evidente nessa atitude que não existe preocupação com a formação das crianças, tampouco sua vida em família ou saúde.

Durante grande parte deste período (Séc. XIX), as escolas e os professores não tinham, em grande parte, preparo para o ensino e mesmo locais adequados. Porém, a necessidade econômica fazia com que estes estabelecimentos aceitassem a propina de industriais, que pagavam para obter certificados.

O espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava frequentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino, na oposição dos próprios fabricantes contra essa obrigatoriedade e nas suas manhas e trapaças para se furtarem a ela (Marx, 1987:457).

Ao analisar as leis em vigor, observa-se que, aquilo que interessava ao capitalista e as formas de se conseguir seus objetivos em grande parte estavam defendidas (ou mesmo

ignoradas) pela legislação, não apenas na questão do certificado, mas no tocante às horas de trabalho, proteção do trabalhador, o trabalho infantil desde a mais tenra idade e com pouco tempo de descanso, o trabalho das mulheres e as penalizações aos trabalhadores, em descontos de salários por faltas e atrasos.

Antes da lei fabril emendada, de 1844, não eram raros os certificados de frequência à escola subscritos com uma cruz por professores ou professoras que não sabiam escrever (Marx, 1987:457).

Portanto fica claro que, o real interesse não eram as crianças e seu bem estar, tanto físico como intelectual, mas conseguir o necessário para que essa mesma criança tenha autorização para trabalhar, pois esta representa uma força de trabalho e colabora para a produtividade.

A educação de trabalhadores e seus filhos não era importante ao capital, pois o que interessava era o máximo lucro e com o mínimo possível de gastos. A exceção, claro, do certificado, que na verdade era a garantia de uma parte da força de trabalho em sua fábrica e, conseqüentemente, da manutenção da produtividade. Esse panorama começa a modificar-se na tomada de consciência do operário.

[...] substituir o indivíduo parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade [...], mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores (Marx, 1987:553).

Portanto, analisando criticamente do ponto de vista marxista, tanto o trabalho quanto a educação, verifica-se que, através de toda a História da humanidade e, mais precisamente, no que tange ao modo de produção capitalista no início da Revolução

Industrial o interesse do trabalhador, suas dificuldades e anseios nunca foram prioridade. O que acontecia era a situação contrária, ou seja, o interesse de alguns poucos, dos detentores do capital e dos meios de produção, era o que realmente valia.

Nesse ponto, Marx coloca em questão a intervenção do Estado em questões como a higiene nas fábricas:

Que poderia caracterizar melhor o sistema capitalista de produção do que a necessidade de o Estado impor-lhe, coativamente, a adoção das mais simples precauções de limpeza e higiene?(Marx, 1987:546).

Engels ao expor a defesa do Estado aos interesses do capitalista demonstra até onde o proletário tem algumas de suas necessidades realizadas apenas com o consentimento do próprio capitalista:

[...] o proletariado é desprovido de tudo; não tem para si um único dia. A burguesia arrogou-se o monopólio de todos os meios de existência no sentido mais lato do termo. Aquilo de que o proletário tem necessidade só o pode obter através desta burguesia cujo monopólio é protegido pelo poder do Estado (Engels, 1985:94).

Muitos dos aspectos do modelo de educação socialista proposto por Marx e que poderiam ensejar capacitação, conhecimento tecnológico, científico, teórico e prático não são do interesse do capital, e por esse motivo são desconsiderados.

A partir desse ponto, é possível estabelecer algumas relações com as escolas profissionalizantes, como o fato de manter o trabalhador (sem emprego) se ocupando de “aprender” antes de buscar o emprego e até mesmo uma forma de “compensar” a falta de possibilidades futuras.

Segundo Sanchis, partindo do ponto de vista marxista, a respeito o capitalismo, o próprio surgimento e crescimento do desemprego é útil e necessário ao funcionamento do mesmo.

Do ponto de vista marxista, como vamos ver, o desemprego não é consequência do mau funcionamento do sistema, mas precisamente o contrário: algo intimamente ligado à lógica da economia capitalista, cuja não-existência lhe impede de funcionar eficazmente (Sanchis, 1997:67).

Com isso fica evidente uma questão já abordada brevemente em um momento deste texto: o desemprego é inerente a capitalismo, ou seja, ele compõe esse sistema, e é de fundamental importância para a manutenção deste.

O uso da força de trabalho está relacionado ao fator do custo, ou seja, quando é mais viável investir em tecnologia, em desenvolvimento de novos produtos, não importa ao capitalista o número de trabalhadores que serão afetados pela perda de seus empregos, pois sua maximização de lucros independe do emprego de mão de obra, seja ela qualificada ou não. Além disso, esse investimento é em grande parte dos casos, positivo para o capitalista, já que com a diminuição do número de operários há conseqüentemente uma redução na folha de pagamento e nos gastos, além do que a consequência direta desse fato é o aumento da demanda por emprego, que reflete na queda dos salários.

É importante deixar claro que todo esse mecanismo independe da qualificação do profissional. Nesses casos, a qualificação torna-se apenas um meio de disputa por um lugar no mercado de trabalho.

Segundo Marx, o desemprego não está relacionado à crise do capitalismo, mesmo, não havendo nenhuma crise, o capital, sempre levará em conta o trabalhador como custo.

Sendo assim, é interessante para o capital a possibilidade de reduzir a mão-de-obra assalariada, pois assim, a sua lucratividade poderá maior e é neste ponto que reside a contradição inerente ao capitalismo, pois é o trabalhador que gera a mais valia e o desenvolvimento de forças produtivas, prescindindo da mão de obra, leva a longo prazo, à queda da taxa de lucratividade.

ASPECTOS DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Desde o início do processo de colonização no país, por volta do século XVI, não havia interesse dos portugueses em tornar o Brasil uma colônia de povoamento, a ideia sempre foi constituir aqui, uma colônia de exploração.

De início os portugueses estavam interessados em encontrar metais preciosos; como isso não aconteceu de imediato, passaram a explorar o pau-brasil e, posteriormente, a agricultura, cultivando lavouras de grande valor comercial, como cana de açúcar, por exemplo. [...] Como se vê, a nobreza portuguesa trouxe para cá uma exploração predatória, aventureira, sem fixar raízes (Carmo, 1998:13).

Diante dessa situação, as possibilidades de desenvolvimento da colônia encontravam-se limitadas. O trabalho, a princípio, era pela troca, ou seja, a retirada do pau-brasil pelos indígenas por alguns simples objetos através do sistema conhecido como escambo, ou seja, não havia nenhuma remuneração ao indígena, ou seja, ele trocava seu trabalho por artigos manufaturados trazidos da Europa.

No início, os portugueses praticavam o escambo, que é diferente da permuta. No escambo não se troca mercadoria de valor equivalente, e sim, objetos por trabalho (Carmo, 1998:37).

O indígena executava uma série de trabalhos em troca de produtos vindos da Europa. Com isso, por exemplo, retirava madeira por anzóis, colares, miudezas:

[...] em troca de anzóis, alfinetes e miçangas, miudezas e bugigangas. Os nativos trabalhavam também em troca de alguns tecidos, colares, pulseiras, espelhos, chapéus, facas, machados, facões, cunhas de ferro e demais ferramentas trazidas por franceses e outros povos europeus (Carmo, 1998:38).

A partir do início da colonização, por volta de 1531, basicamente a extração de madeira era uma forma de subsistência e, a princípio, utilizava-se o trabalho do nativo indígena para executar essas tarefas, porém, a exploração do indígena tornava-se -se cada vez mais intensa:

Esse sistema durou até a chegada de Martim Afonso de Souza, em 1531, quando então começaram a se instalar fazendas de açúcar e algodão, que exigiam mão-de-obra permanente (Carmo, 1998:37).

Durante o período anterior a colonização, verifica-se no Brasil, apenas a extração do pau-brasil e a tentativa de encontrar algum tipo de metal precioso, como ouro e a prata. Porém, esse não foi um processo pacífico, pois durante o período, milhares de índios foram mortos, e, além disso, eram submetidos à escravidão.

Na época do descobrimento, o Brasil contava com uma população de 3 milhões a 5 milhões de índios; hoje em dia, não há mais que 300 mil (Carmo, 1998:33).

Carmo trabalha a influência do extermínio do indígena e de sua cultura na constituição da identidade social do Brasil:

Com a extinção da cultura indígena, porém, morreria também um pouco da cultura humana, pois uma opção de vida será definitivamente descartada e muitas lições de sabedoria serão apagadas (Carmo, 1998:33).

Com desenvolver do processo de colonização solidificou-se a posição do Brasil como colônia de exploração. Em seu momento inicial a colonização estava voltada para a

exploração da cana de açúcar pelos Donatários. Posteriormente, solidificou-se a base trabalhista da colônia através da utilização da mão-de-obra escrava, vinda da África.

Esse tipo de mão de obra perdurou por mais de 300 anos, já que a abolição da escravatura ocorreu somente em 1888, ou seja, no final do século XIX. A lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, pois fim a escravidão, pelo menos no que se refere ao plano formal. A lei Áurea é reflexo de um processo histórico que vinha ocorrendo no Brasil, a decadência da monarquia brasileira.

Por mais de três séculos o escravo foi à presença mais comum na paisagem colonial.[...] O esforço do trabalho era tamanho que um escravo, desde a chegada ao Brasil, teria em média sete a dez anos de labuta (Carmo, 1998:47).

Apesar da abolição, a situação do país manteve-se próxima ao que era durante o período escravocrata, ou seja, durante as primeiras décadas do século XX, o país continuou sobrevivendo de sua produção agrária, advinda dos grandes latifúndios e, continuou extremamente dependente de produtos manufaturados vindos dos países industrializados da Europa, em especial da Inglaterra. A indústria brasileira era praticamente inexistente. A produção cafeeira para exportação era a maior arma econômica do país.

É fundamental ressaltar que não havia no país incentivo algum a indústria: “Os agricultores eram contrários a qualquer favorecimento à atividade industrial em detrimento da “ vocação agrícola” do país” (Carmo, 1998:105). Os grandes latifundiários do país, em sua maior parte proprietários de fazendas que produziam café, eram resistentes à industrialização, pois enxergavam nessa possibilidade uma ameaça à sua soberania, política e econômica.

Com o fim da escravidão criou-se a necessidade de substituir a mão-de-obra, que antes era escrava, por outro tipo de mão-obra, ou seja, a mão de obra assalariada. Diante dessa situação a solução era exportar mão-de-obra, e foi nesse momento que os primeiros imigrantes começaram a chegar ao país, vindos de diversas partes do globo. Italianos, alemães, japoneses, portugueses e outros povos, imigram para o país com a esperança de conseguirem melhores condições de vida que em seus países de origem.

[...] entre 1884 e 1933, lembremos que foram, aproximadamente, 1,4 milhão de italianos, 1,15 milhão de portugueses, 580 mil espanhóis, 240 mil alemães, 110 mil russos e, por fim, 520 mil de outras nacionalidades, como austríacos, poloneses, franceses, iugoslavos e suíços (Carmo, 1998:90-91).

Os imigrantes são de fundamental importância, pois além de substituírem os escravos, trouxeram também técnicas de produção de manufaturados e foram uma importante fonte de mão de obra assalariada no Brasil.

A utilização da mão de obra no cultivo de café e outras culturas estabeleceu esses imigrantes na zona rural brasileira. É importante ressaltar que nesse período o Brasil ainda era um país essencialmente rural, a maior parte das cidades ainda não contava com grande contingente populacional. Esse fato refletia diretamente na utilização de trabalhadores e mesmo na qualificação de quem trabalhava na cidade:

A economia brasileira, nucleando-se nas atividades agro-exportadoras e possuindo uma incipiente indústria de base, cujo desenvolvimento se encontra travado pela ausência de mecanismos financeiros eficazes, não demandava a formação rápida de um grande número de trabalhadores (Bryan, 2001:3).

Algumas mudanças significativas começaram a ocorrer no fim do século XIX, como, por exemplo, o desenvolvimento e a crescente utilização das ferrovias para transportar o café até o porto de Santos. É importante salientar que as empresas ferroviárias foram pioneiras no preparo de profissionais que executavam trabalhos mais complexos como conservação de equipamentos importados e produção de vagões e locomotivas: “[...] a principal atividade industrial do país em termos de força de trabalho empregada” (Bryan, 2001:3). Mas, apesar disso, a incipiente indústria nacional ainda era precária nas primeiras décadas. A cultura cafeeira ainda era predominante no país.

Durante o século XX o Brasil passou por um processo de urbanização. Milhares de pessoas deixaram o campo buscando melhores condições de vida na cidade, dentre eles, muitos imigrantes. Com isso, cresceu o número de operários trabalhando na indústria brasileira. Nesse momento a indústria começou ganhar espaço no cenário nacional. Primeiramente para substituir a importação de bens de consumo.

Com o avanço da indústria os produtores de café sentiram-se ameaçados, e como resposta a isso, os cafeicultores paulistas e os fazendeiros mineiros se uniram em um projeto político de dominação e manutenção da hegemonia dos dois estados e, sobretudo da estrutura social do país. Essa política de união entre os dois estados ficou conhecida como política do café com leite. A política do café com leite era uma clara objeção ao processo de industrialização do país.

Somente com o fim da política do café com leite em 1930, a indústria nacional pode retomar o caminho do desenvolvimento. Esse período ficou conhecido como Era Vargas (1930 – 1945). A crise de 1929 foi um dos fatores determinantes para o crescimento da indústria, já que afetou drasticamente os grandes produtores de café que tinham produção em excesso, e diante da crise, a exportação diminuiu, levando muitos desses fazendeiros à ruína econômica. Assim, a dependência do país da monocultura cafeeira começou a ser entendida como um empecilho ao desenvolvimento nacional.

Diversos atores entram em cena para modificar a “roda da história” nacional. Como nos revela Saviani: “o Brasil passa a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna” (Saviani, 1997:6). Seja na questão da dependência de produtos manufaturados importados, na falta de opções no mercado nacional, a indústria começou a ganhar espaço de destaque no cenário nacional.

Órgãos como a CNI (Confederação Nacional da Indústria) serviram de apoio à modernização e as transformações do cenário nacional, o café foi perdendo gradativamente seu papel de total predomínio, cedendo espaço para o crescimento das atividades industriais.

A partir de algumas destas mudanças e interesses, a questão educacional, e mais diretamente a formação da mão de obra para a indústria passam a ser questões relevantes para o desenvolvimento do país.

Diante desse contexto surgem, o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942 e o Sesi (Serviço Social da Indústria) em 1946. Além desses dois órgãos é importante ressaltar o papel, ainda na década de 1930, do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) que tinha por objetivo difundir o taylorismo e seus princípios racionais de tempo e movimento e o CFESP (Centro de Ensino e Seleção Profissional), ligado ao setor ferroviário e também com ideais sobre o taylorismo.

Não se pode esquecer dos interesses e da livre vontade dos empresários que, buscaram empreender novos modos de ensino e aprendizagem para alavancar o setor industrial:

[...] alguns de seus espíritos mais lúcidos que, dando uma demonstração cabal de seu espírito empreendedor, independente da ação estatal, dispõem-se a financiá-lo com seus próprios recursos (Bryan, 2001:7).

Um apêndice com relação ao taylorismo é defendido e difundido por Roberto Mange, Armando Salles Oliveira, Roberto Simonsen e Aldo Azevedo. Havia necessidade de um “novo tipo de trabalhador” ou, como é mencionado nos discursos de Mange:

É um erro pensar que o trabalhador nacional não pode se adaptar ao serviço na indústria... Tenho tido ocasião de verificar quão rápida é a transformação do “caboclo” em um bom operário... Se nos diversos ramos da Indústria Brasileira pudéssemos atingir um tal escopo, pudéssemos, pelo costume do trabalho bem orientado, suscitar e facilitar no elemento nativo a ação perseverante que conduz ao **respeito da disciplina na organização técnica** teríamos certamente realizado um requisito de progresso nacional – a independência do operário estrangeiro (Mange, 1922:90-91).

Um exemplo de influência e de simpatia pelo modelo taylorista e em seguida fordista foi o escritor Monteiro Lobato que “[...] considerava a educação técnica a solução para que houvesse no Brasil trabalhadores eficientes e produtivos” (Carmo, 1998:108). E sua perspectiva social, também, não deixa dúvidas em relação a isso:

Embaixo, a massa de Jecas, meros puxadores de enxada” e, no topo, “uma preocupação bacharelesca carregada de ‘diplomas’ e anéis com pedras de todas as cores (Carmo, 1998:108).

Portanto, com a busca do aperfeiçoamento do trabalho pela qualificação e o surgimento dessas escolas, temos na visão crescente de alguns industriais, o possível crescimento e desenvolvimento da indústria nacional.

Em um primeiro momento o desenvolvimento da indústria nacional enfrentou uma série de dificuldades e conflitos internos, principalmente entre o Estado e a burguesia industrial brasileira. Ianni trabalha a questão da burguesia brasileira dos anos 30, sua mudança com a crise de 1929, mas sem provocar a cisão da burguesia rural e a industrial:

A retração dos mercados internacionais, posterior à crise mundial do capitalismo de 1929, faz a economia brasileira, até então basicamente voltada para o mercado agro-exportador, sofrer redirecionamento, sem provocar uma cisão entre a burguesia industrial e a agrária e sem romper com o imperialismo em âmbito internacional (Ianni, 1975:120).

Sem dúvida, não seriam as mudanças ocorridas em 1930 na chamada oligarquia do “café com leite” que acabariam com os interesses de seus participantes.

Algumas mudanças seriam percebidas no decorrer dos anos 30. A partir do governo de Getúlio Vargas, mudanças em relação ao papel do Estado na intervenção da economia, dos interesses trabalhistas e a participação do operariado, que com a melhoria dos direitos trabalhistas ganharam maior visibilidade no cenário nacional. É importante observar as mudanças ocorridas no governo Vargas no que se refere à educação.

Vargas, ao assumir o poder, reinterpreto as reivindicações dos escolanovistas, que atribuíam um papel importante à escola na formação de técnicos com sólida base científica para atingir o desenvolvimento nacional. Começava a haver um direcionamento para o assunto. Para atingir esse desenvolvimento era necessário que a Escola atingisse todas as classes sociais. Criou-se, com isso, o Ministério da Educação e Saúde em 1930.

Porém, no que se refere aos “interesses” empresariais, a questão tomou rumos divergentes e até mesmo de confronto entre estes e o Estado. Considerava-se o trabalho operário, basicamente manual, não necessitando de educação específica ou mesmo uma

qualificação, ou seja, para o empresariado industrial, não era necessária a formação específica de seus operários.

[...] os industriais não exigiram do governo que proporcionasse cursos adicionais de ofícios técnicos... Nem criaram instituições particulares com esse propósito, porque achavam mais barato contratar operários e engenheiros especializados na Europa e nos Estados Unidos e porque seus próprios filhos, (...) eram mandados ao estrangeiro para estudar (Bryan, 2001:8).

Percebe-se que o preparo e a educação (mesmo profissional) não era um tema de grande relevância ao industrial da época, mas desenvolvimento profissional pelos interesses do capital e sua acumulação começam a ser modificadas e “remodeladas”:

A educação, especialmente a formação profissional, também precisaria, na visão burguesa, ser remodelada, já que passou a ser encarada como alavanca para a industrialização. A criação do SENAI e do SESI, de seus congêneres SENAC e SESC, e as chamadas Leis Orgânicas do Ensino demonstram a subordinação da política educacional ao tólos Nação Industrializada (Rodrigues, 2007:19).

Nesse momento surgiu a necessidade da criação de uma legislação de ensino industrial uniformizado quanto à diretriz, métodos e normas de organização, e foram apresentados três projetos nesse sentido. Como já foi dito anteriormente, esta polêmica perdurou até o início de 1942. Esse quadro começou a modificar-se com a criação do SENAI:

Mas, tendo em vista a oposição dos industriais em dispender os recursos com a formação profissional da força de trabalho (...), o Estado obrigou-os também a manter alunos em seus cursos mediante pagamento de salário aos aprendizes (Bryan, 2001:12).

Assim, a industrialização acabava gerando a necessidade das escolas atenderem diversos interesses, inclusive com o financiamento, por parte das empresas:

A criação do SENAI, em 1942, no período do Estado Novo, por decreto presidencial obrigando as empresas do setor industrial a contribuírem financeiramente para seu funcionamento, é o produto da convergência dos objetivos modernizantes dos engenheiros e educadores do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) e CFESP (Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional), com o ideário de Vargas de desenvolvimento industrial e “nacionalização do trabalho [...]” (Bryan, 2001:1).

Nos anos 50, principalmente a partir do período do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o processo de industrialização tornou-se mais acentuado, indústrias de base e automobilística impulsionam o trabalhador do campo a buscar cada vez mais as cidades, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

É interessante observar, já neste período, a posição do migrante que chega às cidades:

Ao migrarem, os trabalhadores intencionavam “fazer economias” para depois voltar a seus locais de origem. Quando chegavam à grande cidade, era comum mudarem de ocupação com frequência, até mesmo de um ramo industrial para outro. A falta de qualificação dos trabalhadores empregados numa fábrica de produção em série tornava instável sua condição de operários (Carmo, 1998:124).

É importante notar que passados quase trinta anos do começo da Era Vargas e mesmo com o surgimento de escolas e modificações nas relações entre patrão, empregado e Estado, o país continuava mergulhado no despreparo de operários e trabalhadores, que em

muitos casos eram migrantes. Não existia identificação com trabalho nem tampouco com cidade para onde migravam:

Com a atenção voltada para fora da indústria, os migrantes não se identificavam com a condição de operários, considerando temporária sua atividade fabril (Carmo, 1998:124).

Não havia mais, como chegou a ocorrer na década de 1930, identificação nem mesmo com sindicatos: “Quando mencionam o sindicato, os operários não usam o pronome ‘nós’, mas sim ‘eles’” (Carmo, 1998:124).

A partir desse período (fim da década de 50 até meados dos anos de 80), o Brasil passou por transformações, tanto políticas como econômicas e no âmbito do capital, de vital importância para sua consolidação e hegemonia frente ao socialismo soviético, um temor do capitalista nacional.

Durante o período da década de 1970 houve crescimento com o chamado “Milagre Econômico”, mas sem nos esquecermos do grande endividamento externo e da inflação.

Já os anos de 1980 ocorreram, para o capital e seus interesses, um período de estagnação e pouco crescimento econômico, além de mais endividamento externo e a inflação crescente, chegando mesmo a hiperinflação.

A Ditadura Civil/Militar (1964 – 1985) imprimiu, ao país, momentos de instabilidade, controvérsias, já que, nesse período houve uma série de perseguições políticas, inclusive a trabalhadores e educadores, pois, se evidenciava, nesse período, o agravamento de diversos problemas que acentuam as desigualdades sociais. O governo

militar preocupado com essa situação investiu pesado em propagandas em prol da modernização.

A propaganda política insistia na modernização do país, mas os custos dessa modernização eram pagos pelo trabalhador brasileiro, submetido, num período de inflação galopante, a um forte arrocho salarial e ao sucateamento das instituições públicas de saúde, escolarização e serviços (Carmo, 1998:130).

Apesar da intensa propaganda política sobre a modernização feita pelo governo militar, a partir do fim dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980, criou-se uma maior e mais combativa mobilização operária. Esse momento era um momento onde a repressão dos governos militares já era menor. Diante dessa nova possibilidade de protestar sem o medo da repressão do governo militar, eclodiram diversas greves no país e, em especial no Grande ABC:

Consideradas “ilegais”, as greves reivindicavam aumento salarial, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, o próprio direito de greve e de organização nos locais de trabalho, liberdade sindical, anistia política e o fim da ditadura militar (Carmo, 1998:133).

Assim, durante os anos de 1980, ocorrem diversas manifestações de busca dos interesses, como as Diretas Já e o fim da Ditadura Militar, sendo o final dessa década caracterizada pela retomada, com bastante força, da busca pelos direitos civis e dos trabalhadores.

Na década de 1990, acentuou-se cada vez mais o problema do desemprego em face à reestruturação produtiva como estratégia da recomposição das perdas de capital, que se

iniciaram na crise do petróleo, em 1973, e persistiram por diversos anos, principalmente durante as crises econômicas, que aconteciam em todo o planeta.

A forma que assume a globalização neste fim de século é, em sua essência, a busca de recompor perdas do capital. É, também, neste sentido, uma revanche contra as conquistas sociais da classe trabalhadora. O ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação, as relações imperialistas do capital e a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social (Aued, 1999:8-9).

Esse novo momento histórico ficou conhecido como era da “Globalização”, e, além disso, a aplicação de alta tecnologia na produção, com a utilização da microeletrônica, da robótica e a biotecnologia, também conhecida por revolução da informatização, onde existia uma maior presença da informática no mundo industrial.

A crise se acentuou em meados dos anos de 90, com aumento do desemprego em diversos setores, e a educação foi umas áreas atingidas.

Há crise em quase tudo: no trabalho dos bancários, no fordismo, na educação e nas profissões. Hoje, mais do que ontem, fala-se em crise de emprego e de trabalho como se fossem sinônimos. Melhor seria que fizéssemos menção à crise do pleno emprego, se é que algum dia este existiu (Aued, 1999:15).

O problema do desemprego atingiu grandes patamares. De acordo com análise marxista esse era um movimento histórico previsível até certo ponto.

A dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste final de século é, todavia, o espectro da destruição de postos de trabalho – síndrome do desemprego estrutural – precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada, como mencionamos acima, com a

abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora (Frigotto, 1998:41).

No mesmo contexto a educação também entrava em crise apesar do aparente desenvolvimento:

[...]...é necessário questionar [...], as análises que buscam ajustar a educação e a formação profissional à re-estruturação produtiva concebida como consequência da nova base técnica e dos processos de globalização. Esta perspectiva parte de uma visão de desenvolvimento, ciência e tecnologia despidas de relações sociais e no pressuposto do pleno emprego (Frigotto, 1998:35).

O reflexo sempre extensivo aos países como o Brasil e a dimensão da globalização, no que tange a inserção e ajustamento tanto de trabalhadores e empresas, quanto a atitudes e valores difundidos para gerar competitividade, qualidade e produtividade a níveis cada vez maiores:

Uma vez mais se afirma que a inserção e o ajuste dos países “não desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” ao processo de globalização e na re-estruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, dependem da educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação.[...] Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a “empregabilidade” (Frigotto, 1998:44-45).

Althusser em referência ao momento histórico distinto da questão da qualificação e a adequação do trabalhador a forma de trabalho já existente e definida:

Em todo processo de trabalho, os agentes do processo devem ser “qualificados”, isto é, capazes de utilizar bem, segundo as regras técnicas próprias, os instrumentos de trabalho. Portanto, devem possuir uma

experiência técnica, rigorosamente *definida porque exigida* pelos instrumentos de trabalho existentes[...] (Althusser, 2008:46).

Com isso, o limiar do Novo Milênio é visto com grandes conquistas em diversos setores, como o desenvolvimento da tecnologia e a possibilidade de novos aperfeiçoamentos. Porém, esse desenvolvimento não afetou diretamente a qualidade de vida do trabalhador melhorando-a. A consequência desse desenvolvimento tecnológico foi em muitos casos prejudiciais a ele. Nesse contexto, a educação técnica surge como um meio de adaptar o trabalhador às mudanças provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, e ao processo de globalização.

Neste cenário de presente-futuro neoconservador, os sistemas educacionais e de formação técnico-profissional passam a assumir um duplo papel: substituem ou eliminam a luta de classes e habilitam as nações e os indivíduos a se integrarem às economias globalizadas e aos mercados competitivos (Aued, 1999:7).

E apesar de muitas ações nos diversos setores da sociedade, tanto os preparados pelo modelo educacional quanto os excluídos sofreram as consequências do mercado e do desemprego. Nem mesmo ofertas de cursos rápidos de qualificação com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador surtiu efeito desejado para o trabalho:

Da mesma forma, a oferta generalizada de cursos rápidos de qualificação profissional com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador não tem mostrado melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho daqueles em situação de risco social, geralmente com precária escolarização e precariamente “socializados [...] (Frigotto, 1998:68).

A divisão tradicional da força de trabalho seguiu ano após ano, década após década, perpetuando o mesmo modo de subjugamento: a divisão social, ou seja, o processo

produtivo, a dependência do trabalhador, os cargos de trabalho, permaneceram a serviço do capital.

A divisão em classes sociais está, portanto, presente na divisão, organização e direção do processo de produção, *pela distribuição dos postos em função da classe social* (e da correspondente “formação” escolar mais ou menos “curta” ou longa) dos indivíduos que os ocupam (Althusser, 2008:60).

A qualificação profissional e a educação não representavam segurança alguma quanto à estabilidade e oportunidade de emprego.

Em qualquer caso, é possível que o sistema educativo, por sua própria lógica de funcionamento e até mesmo contra a vontade de seus funcionários, esteja gerando expectativas irreais ou ao menos desproporcionais a respeito da prosaica realidade do mercado de trabalho (Sanchis, 1997:173).

Mas o fato é que a possibilidade real ao trabalhador não depende unicamente de qualificação e o preparo. O emprego não surgirá a partir disso apenas:

Reforçar, pura e simplesmente, a tese oficial de que a escolarização complementada por alguma formação profissional confere “empregabilidade”, é, no mínimo, má fé. Por outro lado, afirmar que não adianta lutar por mais e melhor educação, é, mais do que matar a esperança, eliminar um espaço importante para a construção de um outro projeto, contra-hegemônico (Frigotto, 1998:69).

Portanto, entramos no novo século onde o trabalhador se encontra diante de uma situação preocupante, já que o desenvolvimento tecnológico trouxe junto à maior índice de desemprego. Assim, ele se vê diante da constante ameaça do desemprego e da iminente

necessidade de especialização. A submissão à exploração nesse contexto se torna mais fácil, com a contribuição da mídia e demais agentes da superestrutura ideológica:

O papel fundamental da Superestrutura, portanto, de todos os aparelhos de Estado, é garantir a perpetuação da exploração dos proletários e outros trabalhadores assalariados, isto é, garantir a perpetuação, portanto, a reprodução, das relações de produção que, ao mesmo tempo, são relações de exploração (Althusser, 2008:225).

Novamente as colocações de Marx expõem a situação degradante do trabalhador diante da desumanização do sistema capitalista. Em “Crítica ao Programa de Gotha”, escrito em maio de 1875, Marx aborda a questão da exploração através do viés da exploração de mais valia:

[...]o operário assalariado só é autorizado a trabalhar para assegurar a sua própria existência, isto é, a existir, conquanto trabalhe gratuitamente durante certo tempo para os capitalistas (e, por conseguinte, para os que, como estes últimos, vivem de mais-valia); que todo o sistema de produção capitalista visa prolongar este trabalho gratuito pelo aumento da jornada de trabalho ou pelo aumento da produtividade... que o sistema de trabalho assalariado é, portanto, um sistema de escravidão... (Marx, 1982:20).

Assim compreende-se que a exploração é constituinte do sistema e contribui para o seu desenvolvimento. Diante desse sistema o trabalhador é utilizado como meio de obtenção de lucros através da exploração de sua força de trabalho, sem que haja preocupação com sua situação, seja ela, econômica, física, social ou educacional.

Atualmente a situação é ainda mais grave diante da situação de extrema competição que predomina no mercado de trabalho. Essa situação contribui para agravar o estado de exploração. Em países subdesenvolvidos com grande oferta de mão de obra a exploração é mais evidente ainda.

A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda à parte, explorar em toda à parte, criar vínculos em toda à parte (Aued, 1999:8).

Analisando o processo histórico brasileiro, é possível compreender melhor como o capitalismo se instalou no país e quais são suas particularidades no contexto nacional.

Nesse contexto, a educação poderia ser de extrema importância para o processo de conscientização populacional sobre as condições que o sistema capitalista expõe as pessoas.

Surgem como práticas importantes às lutas dos educadores, de sindicalistas que vislumbravam a possibilidade de melhoria nas condições de trabalho e tentaram, de certa forma, contribuir ao crescimento e desenvolvimento do país, apesar de desigualdades e desequilíbrios sociais e estruturais.

O desemprego acaba sendo um problema que surge em diversos países, gerando outra série de problemas como subemprego, informalidade, violência e da miséria:

Na América Latina, o fenômeno encontra um atenuante que é o mercado informal dos subempregados, autônomos, vendedores ambulantes que, no Brasil, por exemplo, estima-se, é da ordem de mais de 50% da população economicamente ativa (Frigotto, 1998:101).

Diante dessa situação fica evidente a condição precária do homem diante dos mecanismos desse sistema. Assim, surgem problemas específicos do sistema capitalista, como a alienação e a estrutura de classes.

Dentro da tradição marxista, a perspectiva do conflito deriva não de uma escolha da vontade, mas da própria materialidade das relações sociais

ordenadas por uma estrutura classista.[...] Nesta perspectiva há uma mediação de primeira ordem, constituída pelo pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana, que recebe, historicamente, mediações de segunda ordem, que transformam o trabalho criador em alienação (Frigotto, 1998:28).

Diante desse contexto ideológico, o trabalhador é submetido às armadilhas do sistema como o processo de alienação do trabalho. Ele se torna um meio utilizado para o funcionamento do sistema, ou seja, o trabalhador é qualificado para executar funções pré-definidas.

Nosso “adversário” é uma vez mais o mesmo: a ideologia tecnicista-tecnocrática que pode ser caracterizada com a designação de “economicista”. Vimos que todo modo de produção utiliza uma combinação de processo de trabalho que exigem que algumas operações definidas sejam executadas por agentes qualificados, em uma ordem rigorosamente definida, e a partir de formas rigorosamente definidas (Althusser, 2008:58).

Sem dúvida, vivemos neste princípio de século, transformações: econômicas, políticas, culturais e educacionais, no Brasil e no mundo. E nesse parâmetro a transformação da educação e sua aproximação com o trabalho, ou seja, a educação como geradora do trabalho na concepção e no modo de produção capitalista.

CAP. 2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

A ESCOLA E O TRABALHO. INFLUÊNCIAS NO SÉCULO XX.

A questão educacional está presente na discussão de Marx desde seus primeiros textos. Ao analisar o desenvolvimento da revolução industrial a emergência do capitalismo como sistema hegemônico, o autor, sempre esteve atento ao papel da educação nesse processo.

As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação, que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional, onde os filhos dos operários recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção (Marx, 1987:553).

Marx realiza uma análise mais profunda, quando analisa o processo revolucionário e possibilidade de uma revolução efetiva com a chegada do proletariado ao poder. Nesse contexto, o autor, destaca a importância do ensino politécnico e a da escola para o desenvolvimento social, onde a tecnologia, a teoria e a prática são fundamentais. Segundo o autor:

Mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores (Marx, 1987:553).

Porém, não era do interesse da burguesia capitalista o desenvolvimento da educação. A educação mantinha seu espaço assegurado pela lei.

O espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava frequentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino, na oposição dos próprios fabricantes contra essa obrigatoriedade e nas suas manhas e trapaças para se furtarem a ela (Marx, 1987:457).

Fica evidente, através de Marx, o desinteresse do capitalista, em relação ao preparo, ao estudo das crianças que trabalhavam em suas fábricas. Até mesmo “professores” que não sabiam ler ou escrever, eram considerados aptos a instruir as crianças:

Antes da lei fabril emendada, de 1844, não eram raros os certificados de frequência à escola subscritos com uma cruz por professores ou professoras que não sabiam escrever (Marx, 1987:457).

Engels mostra detalhadamente a situação crítica a que os trabalhadores estavam submetidos, e a forma como se davam os cursos de formação disponível para a classe trabalhadora:

Os raros cursos dados durante a semana à disposição da classe trabalhadora só podem ser frequentados por uma minoria reduzidíssima de pessoas e, além do mais, não valem nada. A maioria dos professores, operários aposentados e outras pessoas incapazes de trabalhar que só se dedicam ao ensino para sobreviver, não possuem os mais rudimentares conhecimentos, são desprovidos da formação moral tão necessária ao mestre e não existe controle público sobre estes cursos (Engels, 1985:130).

É importante enfatizar as dificuldades a que eram submetidos os trabalhadores da indústria inglesa neste curto trecho: a pequena quantidade de cursos que era oferecida, a frequência de poucos “privilegiados” à escola, a péssima qualidade do curso ou nas

palavras de Engels “que não valem nada”. Essa afirmação contundente de Engels pode ser explicada devido fato dos instrutores não possuírem formação e não existir nenhum tipo de fiscalização pelo poder público.

As precárias condições de ensino e a qualidade dos profissionais que trabalham no processo formativo foram denunciadas no conhecido relatório* “*Children’s Employment Report*”².

Mas não poderia ser de outro modo; a burguesia tem pouco a esperar, mas muito a temer da formação intelectual do operário. No seu colossal orçamento de 55.000.000 de libras esterlinas, o governo previu apenas um ínfimo crédito de 40.000 libras esterlinas para a instrução pública; [...] (Engels, 1985:131).

De acordo com o autor, a possibilidade de uma formação de qualidade para o trabalhador preocupava os capitalistas, já que diante desse processo formativo existia a possibilidade de conscientização do operariado sobre as condições desumanas a quem estavam submetidos. A partir da tomada de consciência sobre a exploração a qual estavam submetidos, os operários teriam condições de organizar protesto, greves, exigindo a melhoria das condições de trabalho.

A tomada de consciência e a presença de uma mão-de-obra mais qualificada representava para o capitalista uma perda em sua lucratividade, já que o operário consciente e qualificado, teria condições de exigir melhores salários e condições de trabalho.

² Relatório feito por inspetores que vistoriavam as condições de trabalho nas fábricas da Inglaterra, principalmente em relação às crianças (Relatórios analisados, citados por Marx: 1864 e 1866).

* Também não podemos esquecer da importância das informações do relatório *Reports of the Insp. of Fact.*

Aproximadamente no final século XVIII algumas mudanças começaram a ocorrer e, apesar da lei fabril de 1844 ainda não contemplar todas as demandas dos trabalhadores, ela já era o indicativo de avanços.

A obrigação escolar, a educação como um projeto de integração política e ideológica, a responsabilidade do Estado no ensino público são alguns importantes pontos que acabaram influenciando diversos setores. Esse fato afetou diretamente a ideia da importância da escola e de sua utilização, ou seja, a escola passa a um lugar de formação, incluindo a consciência sobre sua situação perante o capitalismo.

A partir deste ponto, tem início algumas transformações que serão de fundamental importância para o processo de trabalho:

Dessa forma, a construção dos Estados - Nação e a modernização social tornaram-se os pilares sobre os quais se alicerçaram os ideais e as políticas de inovação educacional no final do século XIX e início do século XX (Souza, 2000:12).

Durante o século XX as transformações ocorridas no mundo do trabalho foram significativas, causando uma revolução nas formas de produção e nas relações de trabalho. A criação da linha de produção através da esteira e o surgimento de novos modos de produção como o Taylorismo e o fordismo modificaram completamente o processo de trabalho e as relações de trabalho. Esse novo modelo criou uma divisão social e técnica do trabalho, marcada pela definição das fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais.

Para atender à demanda de produção neste novo modelo era necessário, portanto, começar a “qualificar”, os trabalhadores. Porém esse processo de qualificação não pode ser considerado “Revolução Educacional”, já que sua preocupação estava limitada a preparar o

trabalhador para executar funções e não necessariamente “entender” os meios de produção. Portanto, era necessário simplesmente compreender os movimentos existentes em cada operação, memorizá-los e repeti-los ao longo do tempo. Esse tipo de qualificação não exigia outra formação, seja ela escolar ou profissional.

Assim, o que é proposto são apenas conteúdos que, fragmentados, organizam-se em sequências rígidas; tendo por meta a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados. A ideia é preparar o aluno para repetir procedimentos práticos.

No paradigma taylorista/ fordista, é notável o processo de fragmentação seja no trabalho pedagógico, seja escolar e não escolar, caracterizando fundamentalmente a expressão da divisão entre classes sociais no capitalismo. Esse tipo de fragmentação fica evidente se analisarmos sua colocação em alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar a estrutura, onde se definem tipos diferentes de escola, segundo a origem de classe e o papel definido e destinado na divisão social e técnica do trabalho.

É possível gerar uma fragmentação curricular dividindo o conhecimento em disciplinas trabalhadas de forma isolada e como se fossem autônomas entre si. A expressão básica e fundamental dessa fragmentação é a grade curricular que distribui diferentes disciplinas com cargas horárias por séries e turmas.

Supondo que esse rompimento de unidade se recupere como consequência "natural" das práticas curriculares, ficando ao aluno a reconstituição dessas relações estabelecidas entre os conteúdos disciplinares.

Interessante observar esse fato, tanto na escola regular, que antes oferecia algum preparo ao aluno, em áreas do conhecimento técnico e pedagógico, com cursos de

magistério ou contabilidade e mesmo nas escolas de profissões, essa fragmentação é inerente: tanto com o encerramento desses cursos (nas escolas regulares), quanto na divisão, cada vez maior dos cursos nas escolas profissionalizante (em cursos rápidos ou à distância).

A taylorização da formação de professores tem como consequência a capacitação limitada, ou seja, por temas e disciplinas. Tem-se, portanto o agrupamento dos profissionais por especialidade. Deste modo o trabalho pedagógico não é discutido em sua totalidade.

No contexto deste período criou-se plano de cargos e salários, onde se previa a contratação dos profissionais da educação por jornadas de trabalho, e mesmo por aulas ministradas, de forma que eles se dividem entre diversos espaços. Com isso acabavam não criando identidade com a escola. Deste modo, os professores evidenciam identidade com sua área de formação, e não de professores da escola. Neste caso, acabavam afastados da escola, não se identificando com ela.

A partir dessa ideia da escola, como uma formadora de mão de obra necessária ao capitalista, evidenciamos os rumos que são colocados também aos profissionais desta área. Com o Taylorismo e posteriormente o Fordismo, a utilização da educação e da escola, tornou-se útil ao interesse do capital.

Uma colocação de Frigotto poderia ser um parâmetro, para entendermos a lógica do capitalismo, ou seja, a independência do crescimento econômico em relação ao grande desemprego em vários setores:

O mundo capitalista começava a persuadir-se de que um processo antigamente atribuído apenas a uma extravagância intelectual estava se transformando numa inegável realidade: a economia podia crescer e o desemprego aumentar sem que uma coisa impedisse a outra (Frigotto, 1998:77-78).

Como mencionado já no final do século XIX e com maior força no século XX a influência do taylorismo faz com que, de alguma forma, o preparo do trabalhador ou o “*homo economicus*” de Taylor comece a fazer algum sentido, onde se observa a grande influência do modo capitalista de produção, da gestão, dos tempos e movimentos e da obtenção do lucro a partir da diminuição do tempo gasto.

O Fordismo com sua linha de montagem, que influencia diretamente o modo de produzir que, tornando-se mais rápido, diminuiu o custo de produtos por sua produção em larga escala e populariza diversos produtos, como o automóvel.

A partir da Segunda Guerra Mundial, outro enfoque é difundido como um modelo para a reconstrução do Japão devastado: o Toyotismo, a preocupação com a qualidade, com a produção sem estoques, o just-in-time, enfim, uma nova maneira de se desenvolver a produção capitalista. Começam a surgir ideias e influências no processo educacional e com novas formas de pensar e agir no âmbito do trabalho escolar.

Tanto no modelo capitalista, quanto no socialista, verificam-se os interesses inerentes e a utilização da educação e mais necessariamente da escola na formação do trabalhador.

Dewey nos Estados Unidos e a Escola Nova eram claramente adeptos do sistema capitalista de formação escolar, onde supostamente havia a preocupação em preparar o indivíduo para a vida através da educação progressiva e do aumento da experiência. A visão de indivíduo não o posicionava em relação à classe social.

Para compreensão do contexto histórico é necessário além de analisar a escola e suas relações com contexto capitalista e a ideologia liberal de escola nova analisarmos também as ideias da escola socialista do trabalho de Pistrak presente no sistema dito comunista soviético.

O objetivo fundamental da re-educação, ou simplesmente, da educação, do professor não é absolutamente fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação (Pistrak, 2000:25).

Observa-se o antagonismo socialista em relação à visão da escola capitalista burguesa em relação ao professor e seus métodos, ou seja, sem algo pré-definido, buscando uma maior identidade com o aluno e a escola, e sua forma de encarar a sociedade e suas contradições. A educação socialista tem como característica a identificação entre professor e aluno. Nesse tipo de escola o próprio professor desenvolve seus métodos e com isso os aprendizes são capacitados para em um momento posterior usar seu conhecimento como forma de ensinar.

É propícia a colocação de Pistrak, a respeito da escola, de sua preocupação com o novo, com métodos que devem levar em consideração a revolução socialista, seus anseios e necessidades, enraizados nos objetivos para a utilização desta educação como uma forma diferente da usada pela pedagogia burguesa. A escola socialista busca estabelecer um elo entre aluno, professor e escola:

[...]... mas o objetivo da educação, sua organização, seus objetivos devem ser novos; as ideias e os métodos relativos ao trabalho, a auto-direção, que a nova escola herda da pedagogia burguesa, devem ser esclarecidos, comentados e interpretados sob uma nova luz que se enraíza nos novos objetivos da educação, que, por sua vez, dependem inteiramente dos problemas e dos objetivos da construção revolucionária considerada em seu conjunto (Pistrak, 2000:31).

A influência das ideias desenvolvidas pelo autor russo deixam clara a preocupação com a realidade: “O objetivo fundamental da escola é, portanto, estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela” (Pistrak, 2000:32).

A importância do trabalho e sua relação com a escola são mencionadas com bastante ênfase pelo autor, ou seja, o trabalho é uma base importante para o desenvolvimento da educação, apesar de colocações diferentes em relação a Marx, principalmente na questão da importância de qualquer trabalho com a educação:

A teoria é verdadeiramente simples: o trabalho, qualquer trabalho, é uma base excelente de educação, permitindo resolver os problemas de pura educação, mas não os problemas de ensino. Graças ao trabalho o homem se torna disciplinado e organizado: é preciso ensinar o amor e a estima pelo trabalho em geral (Pistrak, 2000:48).

Assim, as relações humanas, o elo entre aluno e professor é de fundamental importância para o crescimento e a maturidade da escola pelo trabalho, e aproximação com a realidade:

O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e nesse nível há fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças (Pistrak, 2000:50).

Pistrak é crítico quanto às possibilidades de uma educação verdadeiramente formativa no sistema capitalista, e enfatiza esse aspecto em sua crítica ao taylorismo e ao fordismo, especialmente quanto ao fato da educação no sistema capitalista estar direcionada para a especialização e não prepara o sujeito para a realidade social.

A escola propõe-se a formar homens suscetíveis de exercer o emprego de auxiliar ou de ajudante. Será que é necessária uma especialização teórica para isto? Não! Mas sim, a capacidade de executar de fato o trabalho. Uma capacidade deste tipo pode ser adquirida apenas na prática do trabalho verdadeiro, na ambiência da vida real [...] e não numa “escola-laboratório” que nunca teria condições de substituir a realidade palpitante da vida (Pistrak, 2000:90-91).

O autor russo defende a formação profissional desenvolvida na escola socialista, sem as divisões inerentes à escola capitalista, citando os desvios e disfunções do modo capitalista escolar:

A conclusão fundamental, que talvez seja suficiente para resolver completamente o problema da formação profissional, pode ser resumida da seguinte forma: *podemos desenvolver a especialização do aluno numa determinada profissão até o mais alto grau sem criar toda uma série de subdivisões* (Pistrak, 2000:92).

Dando uma visão diferente do trabalho e principalmente da educação a partir desta ideia, temos, portanto, uma inovação, uma escola que, se não foi posta em prática plenamente, pelo menos surgiu como resposta aos modelos do taylorismo e fordismo.

Em outras palavras, essa resposta é a interpretação da realidade do modo de produção capitalista, que tem no taylorismo e no fordismo importantes parâmetros para a divisão social do trabalho:

Com o fordismo, a divisão técnica e social do trabalho é elevada ao paroxismo, e as propostas de Taylor experimentam sua plena objetivação (Aued, 1999:135).

Os processos históricos ocorridos durante o século XX tiveram grandes influências, tanto no trabalho, quanto na escola: Primeira Guerra Mundial, Depressão de 1929, o Nazismo, o advento do comunismo e a Segunda Guerra Mundial.

Essa análise pode ser vista novamente numa crítica de Pistrak à grande influência do modo de vida capitalista sobre o cidadão comum, desde o respeito às leis, chegando ao ponto da “escolha” de quem ele mesmo deixa como representante para controlá-lo:

Quais são os deveres do cidadão na República “mais democrática” do Ocidente ou da América? Em primeiro lugar, ele deve respeitar a lei; em segundo lugar, de vez em quando, em datas determinadas, deve ir a uma cabine de voto, votar por este ou aquele candidato a funções administrativas ou legislativas, e isto é tudo. O resto é confiado, por procuração, “aos representantes do povo”, através dos quais o capital pode facilmente dominar as massas populares (Pistrak, 2000:172).

Novos paradigmas ganharam força a partir do pós-guerra e em especial no Japão, um país arrasado pela Segunda Guerra, e que estava em processo de reconstituição, nesse contexto foi fundamental para a utilização do Plano Marshal, que foi usado como auxílio na reconstrução a partir do modelo capitalista.

O toyotismo surge nesse contexto como modo de reprodução do capital, ajuda na reconstrução de um país destruído pela guerra, em poucas décadas:

O Toyotismo elevou a níveis inauditos a extração de trabalho, alavancando o circuito de reprodução do capital a ponto de, em menos de 50 anos, colocar um país rigorosamente destruído pela guerra entre as três maiores economias do mundo (Aued, 1999:65).

A partir da década de 1960 e principio da década de 1970, a ameaça da guerra entre russos e americanos, provocou mudanças no âmbito do capital e no modelo de intervenção do Estado:

Com o enfoque Keynesiano, a ênfase passa do lado da oferta para o lado da demanda.[...] O desemprego deixa de ser considerado como um problema meramente conjuntural ou gerado pelas travas institucionais impostas ao mecanismo de mercado (Sanchis, 1997:65).

Neste momento, percebe-se que, o modelo keynesiano começa a “perder o fôlego” e novas ideias ganham espaço e ajudam a modificar a estrutura e o modelo “liberal” que passa a ocupar um espaço importante no modelo capitalista.

A ideia de auto-regulação do mercado torna-se crescente, a globalização e re-estruturação produtiva ganham apelo nos economistas liberais, os trabalhadores são ainda mais afetados pela política do crescimento com corte de custos e gastos desnecessários ou mesmo substituíveis por tecnologia:

O “laissez faire” é, segundo Polanyi sugere, instituído, mantido e policiado pelas regras e regulamentos impostos pelo mercado. [...]. Os “ganhadores” são os bancos [...]. Os perdedores são a grande maioria dos trabalhadores de todos os países (Aued, 1999:41)".

Nos anos seguintes, a escola passa por transformações para se adaptar aos novos paradigmas que surgiam, principalmente em relação à qualificação profissional. A sociedade do conhecimento, onde cada vez mais, a disparidade entre os interesses do capital se sobrepõe de diversas formas ao do trabalhador:

As noções de pós-moderno, pós-industrial, e pós-fordista, em níveis diversos, afirmam o senso comum de uma nova era e os cenários mistificadores de um mundo unipolar, globalizado e re-estruturado

qualitativamente pela “terceira revolução industrial”. Forma-se uma sociedade supostamente harmônica sob a égide de uma “*nova era do mercado*”, centrada não mais nas relações de poder e, portanto, de classe, mas numa “*sociedade do conhecimento*” onde o *cognitariado substitui o proletariado* (Aued, 1999:7).

Isso, supostamente, seguindo o caminho da globalização e suas colocações, onde o operariado sente-se pressionado. Em relação a esse ponto, Marx, aborda a questão da industrialização, buscando compreender sua essência e como se desenvolveram essas transformações, principalmente no que tange a atuação no trabalho:

O operário procura manter a massa do seu salário trabalhando mais, seja trabalhando mais horas, seja produzindo mais no mesmo tempo. Pressionado pelas privações, aumenta ainda mais os efeitos funestos da divisão do trabalho. O resultado é: quanto mais trabalha menos salário recebe (Marx, 2006:63-64).

Os profissionais acabam substituídos por máquinas e computadores em diversos setores, como o bancário e industriais, “Na trama deste processo que extingue profissionais têm-se, por exemplo, os inimpregáveis. Quem são eles hoje?” (Aued, 1999:50).

Muitos desses setores, antes grandes empregadores e utilizadores de mão de obra, acabam por extinguir profissões, deixando claro o reflexo de uma transição histórica:

A extinção das profissões está historicamente circunscrita ao movimento da acumulação capitalista, isto é, reflexo temporal das ondas de longa duração. [...], melhor seria dizer, uma transição histórica (Aued, 1999:49).

Assistimos no fim da década de 1970 e nos anos 80 a derrocada do emprego em diversos setores da sociedade. Um fator importante foi à crise do petróleo em 1973 e que

afetou vários países dependentes da importação deste produto, e diante desse fato, várias empresas começam a re-estruturar e planejar novas ações e formas de trabalho que não afetem a lucratividade causada por mais este empecilho.

O que poderia ser liberdade para o conhecimento e desenvolvimento humano se transformou, na realidade, em uma armadilha perversa, pois acabou por excluir os homens da produção e da participação da riqueza:

É a lógica do capital que liberta os homens das amarras próprias das condições naturais e biológicas do trabalho. [...] Mas essa libertação é perversa. Os “novos homens livres”, não tendo mais onde trabalhar e, portanto, não podendo participar da produção (como quota/parte do trabalhador coletivo) e da distribuição da riqueza, engrossam a fila do tradicional exército de excluídos (Aued, 1999:128).

Podemos citar Marx mesmo sobre a questão da especialização, do aumento da concorrência e da queda de salários, observa-se que muito está presente nos dias atuais, basicamente no problema do desemprego:

Quanto mais cresce o capital produtivo, mais a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria se ampliam. Quanto mais se ampliam a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria, mais se expande a concorrência entre os operários e mais se contrai o seu salário (Marx, 2006:67).

Profissões antes valorizadas e com grande prestígio perderam espaço para as máquinas, a tecnologia e os robôs que produzem mais, com melhor qualidade, maior velocidade. Nos últimos anos do século XX, a situação agravou-se em diversos países, onde os níveis de desemprego atingiram patamares inimagináveis:

Hoje, com certa facilidade, localizam-se afirmações que sustentam que a profissão encontra-se navegando em águas tempestuosas e que, na década

final do século XX, esta situação acelera-se, mudando cidades, pessoas e instituições.[...] A lista dos profissionais extintos poderia prolongar-se infinitamente. Não é apenas a profissão que está em turbulência. Uma época social pode estar cedendo lugar à outra (Aued, 1999:45).

Outra colocação que provoca a reflexão está diretamente relacionada à extinção dos postos de trabalho:

Na atualidade, as mudanças profissionais são abundantes e elas espelham metamorfoses sociais. Tais metamorfoses repercutem sobremaneira na atividade profissional, que imprime um processo de extinção de postos de trabalho e de profissões. [...] Nesta destacam-se as metamorfoses sociais, nem tudo é inovação, nem tudo é costume, há superposição, descontinuidade e bifurcações. [...] Ao contrário do que propõe a teoria econômica, não há trabalho para todos. A “revolução” do trabalho sugere uma correlação com o tema do desemprego (Aued, 1999:63).

A incerteza do emprego afeta com grande força a questão da educação no que tange à qualificação, ou seja, essa incerteza leva o trabalhador a ter pouca visibilidade de oportunidades:

Uma visão mais geral da formação profissional nos anos 90 mostra que sua insuficiente visibilidade deve-se à dificuldade das opções técnicas, mas resulta, principalmente, da incerteza do trabalho e dos aspectos políticos envolvidos (Frigotto, 1998:126).

As inovações tecnológicas, frutos de anos de pesquisa e desenvolvimento e que serviriam para amenizar a grande dificuldade e o trabalho penoso servem como um agente de extermínio das profissões.

A potencialidade produtiva da automação e da microeletrônica não se traduz, para o conjunto da classe trabalhadora, em melhores condições de

vida e trabalho. As transformações tecnológicas, acopladas às modalidades contemporâneas de organização e controle, intensificam e tencionam os ritmos de trabalho, produzindo novos problemas de saúde e contribuindo para um aumento sem precedentes dos níveis de desemprego e subemprego (Aued, 1999:153-154).

Assim, chegamos ao limiar do século XXI com perspectivas pouco animadoras, em relação, tanto ao trabalho quanto à sua potencialização pela educação, levando-se em consideração a ideia da busca do emprego pelo trabalhador, que busca uma qualificação, um melhor preparo e mais conhecimento técnico:

Nesse sentido, a qualificação educacional para o trabalho coletivo, forma de existência da vida humana, não pode ser boa ou ruim: ela é apenas diferente. A formulação segundo a qual na fábrica os indivíduos apenas se degradam pela divisão do trabalho têm levado muitos a condenar a moderna educação, exatamente porque ela deixa de ser tratada historicamente (Aued, 1999:100).

Portanto, a qualificação tem se mostrado insuficiente para gerar possibilidades de empregabilidade. O problema do desemprego é estrutural e atinge diversas camadas da sociedade e diversos países do mundo.

A incapacidade do mercado de criar empregos qualificados mostra o desajuste entre educação e emprego:

O problema da falta de ajuste entre a educação e o emprego não indica somente insuficiências no mundo da educação; manifesta a incapacidade do mercado de trabalho para utilizar de forma mais racional essa educação, sua incapacidade para criar o volume de empregos qualificados que possam satisfazer as aspirações das novas gerações (Sanchis, 1997:409).

Nesse contexto, os jovens são aqueles que sofrem as consequências com maior intensidade, apesar da existência de inúmeros cursos de qualificação:

Tudo isso parece nos levar a uma conclusão desanimadora: o sistema educativo terá que continuar preparando a maioria dos jovens para o trabalho qualificado – antes para *o ócio* ou para *a vida*, como sugerem alguns futuristas da sociedade pós-industrial – ainda que somente uns poucos dentre eles possam pôr em prática seus conhecimentos (Sanchis, 1997:296).

Dessa maneira, podemos observar uma colocação sobre o duo educação – emprego que expõe de forma clara a situação atual em que nos encontramos e nos vemos na sociedade, pois a qualificação não torna o trabalhador empregado:

Dada à limitada eficácia do sistema educativo para sustentar o aspecto *material* da qualificação, talvez esteja desenvolvendo funções cada vez mais relacionadas ao aspecto *social* da qualificação (Sanchis, 1997:377).

Apesar de inúmeras inovações, das transformações tecnológicas, a qualificação não indica, de modo algum, a garantia de emprego. Portanto, apesar das inovações tecnológicas, no que tange o trabalhador e suas condições de trabalho, mesmo com a modernização do trabalho e com certa dinâmica da escola, do modo de preparo e ensino, não houve a mudança principal no contexto: a lógica do capitalismo. Perdura o interesse inerente do capital.

Mas uma ideia desenvolvida por Sanchis a respeito do pensamento de Marx nos faz refletir sobre outro ponto importante:

De todo o discurso marxista apontado aqui, interessa-nos apreender várias conclusões. Em primeiro lugar, que os processos distintos tendem a se acentuar e a cristalizar nas sociedades capitalistas mais avançadas, numa

estrutura ocupacional bipolar. [...] Em segundo lugar, a tecnologia, a máquina em si mesma, nem qualifica nem desqualifica.[...] A terceira conclusão é consequência lógica de tudo isto: como não existe determinismo tecnológico simples, é possível outra evolução (Sanchis, 1997:251-252).

Nesta visão marxista, ao menos se pode vislumbrar alguma possibilidade de evolução e mudança no futuro, isso, dependendo basicamente dos rumos que serão tomados pelo uso da tecnologia e o desenvolvimento.

A CRISE DO TRABALHO NO BRASIL E A PERSPECTIVA PELA EDUCAÇÃO.

Em nossa análise sobre a globalização, já podemos citar neste trecho, ao predomínio, no fim do século XX, da velocidade do capital e a perda da força dos trabalhadores, principalmente por meio de sindicatos e associações de classe:

Este final de século assiste, ao lado do aumento na velocidade da circulação do capital, a uma progressiva desacumulação de poder político das classes trabalhadoras (Aued, 1999:65).

Neste contexto, as palavras de Paul Singer, numa referência a Mészáros, é importante no momento atual, o desenvolvimento e expansão de diversas áreas, como a militar, a devastação do meio ambiente e a destruição dos recursos naturais sem controle, ou seja, não importam os meios utilizados para atingir os fins desejados pelo grande capital:

Na verdade, já há algum tempo o capitalismo perdeu a sua função "civilizatória" enquanto organizador impiedoso, mas eficiente do trabalho. [...] simplesmente para prosseguir existindo o sistema funda-se cada vez mais no desperdício, na "obsolescência planejada", na produção de armas e no desenvolvimento do complexo militar. Ao mesmo tempo, o seu impulso incontrolável para a expansão já produziu efeitos catastróficos para os recursos naturais e o meio ambiente. Nada disso impede o sistema de produzir "trabalho supérfluo", vale dizer desemprego em massa. [...] (Singer, 1996:1).

Portanto, o fim da União Soviética, e conseqüentemente o começo da abertura econômica na China, a queda do muro de Berlim, são evidências da supremacia do modo de produção capitalista.

A privatização das empresas pertencentes ao Estado, abertura de economia a diversos países, controle total da inflação, corte de gastos públicos (mesmo nas áreas sociais), fizeram diversos países em desenvolvimento (como o Brasil) aderirem aos direcionamentos de organismos internacionais de interesse capitalista como o FMI e o Banco Mundial.

O Brasil inicia a década de 1990, depois do fim da ditadura militar de vinte anos em 1985, com seu primeiro presidente civil eleito diretamente (ainda em 1989) desde 1960, mas com graves problemas a enfrentar, como a crise econômica e o desemprego.

Uma ideia é contundente sobre a situação vivida desde a década de 1990 e tem como fator importante à educação, inclusive, pois aponta os motivos do desemprego nesta concepção, ou seja, baixo crescimento econômico, legislação inflexível, chegando a ponto de analisar como um reflexo de uma educação insatisfatória:

O aumento do desemprego no Brasil apresenta três explicações fundamentais: fatores estruturais, conjunturais e sazonais. Dos fatores estruturais, o Brasil amarga efeitos de três fatores perversos: baixo crescimento, educação insuficiente e legislação inflexível. Destes fatores, a educação insuficiente desde a infância é responsável direta e indiretamente pela baixa qualificação da mão de obra no Brasil e apresenta-se como um dos pontos mais críticos para o país (Kato & Ponchirolli, 2002:89).

Nessa análise fica evidente a contribuição de muitos economistas a respeito do modelo econômico que ganha força e o evidenciam enfatizando a falta de preparo e a qualificação do trabalhador brasileiro deste período, ou seja, grande parte do problema, segundo essas análises estariam no despreparo do trabalhador, e, portanto, a solução seria investir na qualificação do trabalhador. Verifica-se que na análise de Kato e Ponchirolli a

educação torna-se, na concepção capitalista, o problema quando deveria ser a solução e como se o próprio capital não possuísse nenhuma parcela de culpa na situação:

Assim, é possível evidenciar que boa parte dos problemas como desemprego no país é gerada pela baixa qualificação da mão de obra existente, oriunda de uma educação precária e insuficiente (Kato & Ponchirolli, 2002:89).

A partir do gráfico a seguir pode-se verificar, a partir da década de 1990 qual foi o nível de emprego e desemprego a partir das diversas conjunturas econômicas do período observado.

Notadamente a partir do Plano Real de 1994 percebe-se uma curva crescente nos níveis de desemprego. Se entre 1991 e 1995, que havia sido um período de recessão e pouco crescimento da economia, a média foi em torno de 5%, e próximo dos 6% em 1996 e entre 6% e 8% de 1998 e 2002.

O nível de desemprego mostra que, independente da qualificação ou de investimentos em profissionalização dos trabalhadores, não seria essa a solução. O capital desempenha um importante papel na manutenção do desemprego, seja pela recessão ou até pela re-estruturação das empresas em diversos setores.

Neste comparativo se observa os dados relativos à taxa de desemprego de 1991 – 2002, ou seja, do governo de Fernando Collor, passando por Itamar Franco e todo o período de Fernando Henrique Cardoso. Nesses dados se pode notar os diversos momentos, da recessão depois do Plano Collor, o crescimento pós Plano Real e mesmo os períodos das Crises na Rússia, México e Ásia e que foram de turbulência para a economia brasileira de uma maneira geral.

Taxa média de desemprego.

Série original - 1991/2002

Ano	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1991	5,7	5,9	6,4	6,1	6,2	5,3	4,1	4,4	4,7	4,7	4,9	4,6
1992	5,3	6,8	6,8	6,6	7,0	5,5	5,7	6,3	6,2	6,3	6,3	5,0
1993	6,5	6,3	6,3	6,6	5,7	5,3	5,6	5,7	5,5	5,4	5,2	5,0
1994	5,9	5,9	6,3	5,8	5,6	5,9	5,8	5,9	5,3	4,9	4,3	3,8
1995	4,7	4,5	4,8	4,7	4,7	4,9	5,2	5,2	5,5	5,4	5,2	5,0
1996	5,6	6,2	6,7	6,5	6,3	6,3	6,0	6,0	5,6	5,4	4,9	4,3
1997	5,5	5,9	6,3	6,1	6,4	6,8	6,5	6,4	6,1	6,2	5,8	5,5
1998	7,9	8,4	8,9	8,9	8,9	8,7	8,7	8,5	8,3	8,0	7,8	7,1
1999	8,4	8,5	8,9	8,8	8,4	8,4	8,1	8,3	8,0	8,2	8,0	7,1
2000	8,4	8,9	9	8,5	8,4	8,1	7,9	7,8	7,3	7,5	6,8	5,6
2001	6,3	6,4	6,9	7,0	7,6	7,0	6,7	6,8	6,8	7,1	7,0	6,4
2002	6,8	7,0	7,1	7,6	7,7	7,5	7,5	7,3	7,5	7,4	7,1	5,2

FONTE: IBGE³

Percebe-se que os fatores econômicos influem fortemente no desenvolvimento do país e em específico no surgimento de novos postos de trabalho, sendo que no período analisado no gráfico, as crises influem de certa forma no nível de emprego, tanto na

³ IBGE. Diretoria de pesquisas, departamento de emprego e rendimento, pesquisa mensal de emprego 2004.

indústria e em outros setores como a agricultura e os serviços e apesar de algumas qualificações em diversos setores, isso não gerou perspectivas naquele momento:

As profissões circunscrevem-se no quadro mais geral do trabalho. [...] o trabalho é expressão histórica da realidade, em que os trabalhadores são alguns dos atores e autores dessa obra. [...] Os profissionais, na atualidade, encontram dificuldades de inserção profissional (Aued, 1999:63).

É importante estar atento ao caso do Brasil que com a abertura econômica passa a receber inovações vindas de investimentos do capital externo e isso não deixa de afetar o trabalho:

O caso brasileiro é particularmente interessante, uma vez que sua economia quase autárquica da década de 80 passou por fortes modificações no início dos anos 90 que levaram ao rápido e brutal estreitamento dos laços comerciais com o exterior, através de quedas em tarifas e barreiras não tarifárias em diversos setores da atividade econômica. Ao mesmo tempo, o país tornou-se mais aberto aos fluxos internacionais de capital, o que provavelmente facilitou a absorção de tecnologia dos países desenvolvidos (Menezes Filho & Rodrigues, 2003:572).

Podemos observar diversos parâmetros sobre a qualificação profissional no Brasil, sua forma de consolidação e sua utilização por empresas e governo, dando a entender que houve retorno, principalmente no ensino superior:

Por exemplo, Fernandes e Menezes-Filho (2000) reportam tendência de aumento dos retornos da educação superior (e redução dos retornos dos demais níveis) entre 1983 e 1997 nas mais importantes regiões metropolitanas. Ao mesmo tempo, a parcela de indivíduos deste tipo aumentou, podendo sinalizar a ocorrência de deslocamentos na demanda por trabalhadores com nível educacional mais alto (mais qualificados) (Menezes Filho & Rodrigues, 2003:575).

Ocorreu crescimento da demanda por mão de obra qualificada. Isso em algumas regiões metropolitanas. Esse crescimento geralmente é de interesse do capital, que investe no mesmo para atender suas necessidades:

Na mesma linha, Green et alii (2000) encontram tendência de crescimento da demanda por mão-de-obra com educação superior (com relação a indivíduos com educação elementar), principalmente após 1992 (Menezes Filho & Rodrigues, 2003:575).

Em termos de crescimento de mão de obra qualificada, tem-se a seguinte observação:

Observa-se diretamente que o uso relativo de trabalho qualificado é crescente em todos os anos, sendo as transformações na alocação entre os dois fatores bastante marcantes: em 1981, 16,34% dos indivíduos da amostra pertenciam à categoria trabalho qualificado, enquanto que 38,81% da massa salarial era alocada para este insumo; em 1997, estes números sobem para 27,09% e 53,18% respectivamente (Menezes Filho & Rodrigues, 2003:575).

Ao mesmo tempo observa-se que, as vantagens e os benefícios em relação à remuneração aos trabalhadores qualificados, nem sempre condizem com sua formação, ou seja, o aumento da quantidade da oferta de mão de obra qualificada afeta, também, sua remuneração, novamente contradizendo a ideia do capital sobre falta de emprego pela desqualificação, ou seja, a falta de vagas pela falta do preparo do trabalhador, pois com a qualificação não tem havido diferenças significativas:

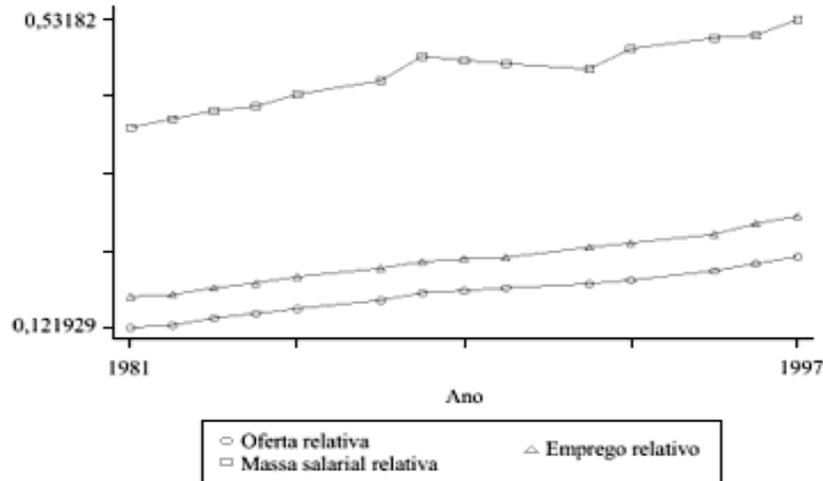
Por um lado, a maior utilização de qualificados pode estar sendo causada pelo aumento na oferta relativa desse insumo. Nesse caso, observar-se-ia queda na remuneração relativa do trabalho qualificado, seguida de aumento do emprego relativo (Menezes Filho & Rodrigues, 2003:577).

Neste caso, observa-se que o aumento dos casos de qualificação acaba afetando diretamente no salário:

Por outro lado, se a restrição sobre a elasticidade-substituição não for verdadeira, outros fatores estarão influenciando o maior uso relativo de trabalho qualificado que não o preço, fatores estes associados à demanda relativa por qualificação. Em outras palavras, para dados preços dos fatores, as firmas teriam maior incentivo a utilizar qualificados, o que magnificaria tanto o emprego relativo de trabalho qualificado, como a massa salarial alocada a esse fator (Menezes Filho & Rodrigues, 2003:577).

Verificando com cuidado esses dados, os mesmos permitem interpretações diferentes. Neste analisa-se a oferta relativa de trabalho qualificado e a evolução da utilização da massa salarial e fica evidenciado o que foi colocado nas afirmações acima citadas.

Figura 1
Evolução temporal da utilização da massa salarial e da oferta relativa de trabalho qualificado (agregado)



A partir do que foi mencionado, cria-se um paradoxo desta realidade: ao mesmo tempo em que há falta de qualificação e o crescimento do trabalho informal, temos o crescimento da utilização de mão de obra qualificada, principalmente a partir dos anos de 1980 (apesar de crises e da hiperinflação), e sua consolidação na década de 1990 com a abertura econômica e política.

Em suma, a crescente utilização relativa de trabalhadores mais educados é uma característica das últimas duas décadas, tanto para o agregado como para a maioria dos setores desagregados, e movimentos na demanda relativa por trabalhadores deste tipo são aparentemente importantes para explicar este comportamento (Menezes Filho & Rodrigues, 2003:580).

Portanto, verificam-se dois lados: por um lado, cresce o número de oferta de cursos e oportunidades de qualificação, tanto em universidades públicas ou privadas, escolas técnicas e profissionalizantes:

Empresa e Estado estabelecem acordos costumeiros e criam redes para assegurar estabilidade e segurança ao sistema no qual operam. [...] No entanto, a competição, que é intrínseca ao próprio sistema capitalista, institui a ascensão de uns e a queda de outros. [...] As inovações são uma decorrência dessa luta e podem ser tanto defensivas quanto ofensivas (Aued, 1999:47).

Mesmo na época de criação do Sistema S, o intuito do governo e das empresas era aproveitar a utilização deste como premissa para estimular a competição, utilizando-se do conhecimento do trabalhador e fazendo com que trouxesse retorno e a possibilidade de apropriação dessa qualidade:

A criação dos centros para a formação do trabalhador de modo controlado foi um dos meios postos em ação pelo capital para automatizar-se em relação à raridade de certas qualidades da força de trabalho e ao controle operário do processo de trabalho (Bryan, 2001:2).

Na outra face também se nota que a exclusão de trabalhadores é um fator de relevante importância neste período mencionado e que muitas vezes é confundido com melhorias nas relações de trabalho e educação:

Técnica, científica e politicamente, esta educação é pressuposto para a formação técnico-profissional e, no médio e longo prazo, pode vir a desempenhar um papel fundamental na democracia econômica, social e cultural em nosso país e a promover uma relação aberta, necessária e indispensável, mas soberana, com o cenário internacional. Aponta-se para uma educação tecnológica e ético-política que capacite as pessoas ao exercício ativo na construção de novas relações sociais efetivamente democráticas e socialistas – e um novo sentido para o trabalho e para o tempo livre. Este não pode ser confundido com tempo de desemprego ou trabalho precarizado (Aued, 1999:13).

Mas, também, outros dados nos são apontados e denotam, novamente, outra percepção em relação à capacitação dos trabalhadores brasileiros, novamente dando a entender que a capacitação do trabalhador seria uma solução:

Em 2003, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Pnad), havia 55 milhões de brasileiros, uma em cada três pessoas, fazendo algum tipo de curso (Schwartzman & Brock, 2005:1-2).

Schwartzman alerta para o fato da saída prematura do jovem da escola como indicativo da necessidade de aumentar a formação profissional, para que esse mesmo jovem possa, futuramente, ingressar no mercado de trabalho. A saída do capital está na formação profissional segundo essa afirmação:

As grandes diferenças de qualidade que existem no ensino médio, e o grande número de jovens que abandonam os cursos antes de terminar, colocam na pauta a necessidade de aumentar o espaço para a formação profissional que possa capacitar os jovens para o mercado de trabalho. O Brasil tem se saído razoavelmente bem na educação profissional para alguns segmentos da população, com acesso às escolas da indústria e do comércio, através do chamado “Sistema S” (SESI, Senai, Senac), mas não conseguiu dar maior amplitude a essas experiências (Schwartzman & Brock, 2005:5).

As políticas educacionais também foram fatores de influência em alguns casos. Se analisarmos, como exemplo o Estado de São Paulo, veremos modificações no modo da educação e, mesmo, no preparo do aluno para profissões, desde a progressão continuada, passando pelo aumento do número de escolas técnicas (como a ETEC) e as faculdades de tecnologia (FATECS).

Os interesses do setor produtivo, mudanças globais e os impactos destes levantam questões pertinentes à relação escola – trabalho, demonstrando que não basta apenas

qualificar o trabalhador e colocá-lo à disposição do mercado, para resolver a questão do desemprego, pois a estrutura capitalista tem, como uma de suas bases, a manutenção da força de trabalho de reserva e, além disso, questões estruturais mais enraizadas levam ao aprofundamento do problema como a falta de investimentos públicos, infra-estrutura, impostos e carga trabalhista.

É dentro desta redefinição que assistimos, no campo educacional, ao surgimento de noções, aparentemente novas, mas que de novo, muitas vezes, engendram fundamentalmente a ênfase ideológica: *competências, habilidades, qualidade total, empregabilidade*, etc (Aued, 1999:7).

Por isso, o Brasil e seus trabalhadores assistem, muitas vezes sem ação, o avanço do capitalismo globalizado e às vezes desnordeado por crises econômicas mundiais ou estruturais:

Os trabalhadores, reduzidos a acessórios da máquina, não precisam de sua antiga instrução. Os homens habilidosos já não são mais personagens sociais predominantes. A aprendizagem contida nas mãos, no domínio do processo produtivo, deixa de ter razão social. [...] A aprendizagem de habilidades intelectuais é fruto do trabalho simples, forma de produzir a vida moderna (Aued, 1999:95).

Enfim, é evidente que não seria a educação ou a qualificação profissional suficientes para, no mundo globalizado, ser o diferencial do trabalhador empregado ou para oferecer a este melhor oportunidade de emprego:

Assim também, velho e novo, no plano histórico, não são processos separáveis. Por isso há processos anunciados como novos que, na realidade, re-editam o passado anacrônico, tanto no plano societário mais amplo, quanto especificamente no âmbito da educação e formação profissional (Aued, 1999:8).

Assim, nos encontramos diante de uma ordem que é em si repetitiva. Nesse contexto, acaba não havendo uma formação educacional voltada para o conhecimento, para a pesquisa em si, à qualificação acaba não sendo, também, a alternativa e a garantia do ingresso no mercado de trabalho.

**CAP. 3 O TRABALHO, SUAS PERSPECTIVAS E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONALIZANTE EM BARRA BONITA**

BARRA BONITA E SUAS PARTICULARIDADES.

A cidade de Barra Bonita situa-se no interior do estado de São Paulo, a 280 km da capital paulista e conta, atualmente, com aproximadamente 38 mil habitantes.

Barra Bonita é um dos 29 municípios paulistas considerados Estâncias Turísticas, pelo governo do Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual. “Também, o município adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de *Estância Turística*, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais. Por isso seu nome oficial é Estância Turística de Barra Bonita⁴”.

Foi, durante varias décadas, grande centro ceramista. Por conta da retirada indiscriminada de argila das margens do rio Tietê, a antiga CESP (atualmente AES Eletropaulo) fez, por bem, interromper a concessão da retirada da "matéria-prima" pelas indústrias de cerâmica, fato este que, fez com que as grandes indústrias do ramo cessassem suas atividades e, grande parte das mesmas, procurasse outras cidades para se estabelecer. “Além da matéria prima, foi fundamental para a saída destas empresas à falta de infraestrutura e mão de obra qualificada⁵”.

4 Fonte: Wikipédia.

5 Idem.

“A cidade conta com índices de qualidade de vida de países do Primeiro Mundo como: taxa de alfabetização (91,87%), expectativa de vida (73,74 anos), IDH (0,820), PIB Per Capita (R\$10900,00)⁶”.

Barra Bonita também possui, em seu município, a maior usina produtora de açúcar e álcool do mundo, a Usina da Barra que, atualmente, é administrada pelo grupo Cosan, dono de uma rede de aproximadamente 20 usinas produtoras de álcool e açúcar. Importante destacar que, na safra 2006/07, a Usina da Barra foi a maior processadora de cana-de-açúcar, encerrando o ciclo como a maior do país e também do mundo, considerando a produção individual.

Nota-se, nesta cidade, vocação para o turismo, tanto por ser uma das primeiras Estâncias Turísticas do país (tornou-se Estância Turística em 14/9/1979), como pela utilização do trecho navegável do rio Tietê.

Possui uma usina hidrelétrica com uma eclusa que é bastante utilizada como meio de transporte pela hidrovia Tietê – Paraná e, no turismo, praticado por embarcações da própria cidade. A Hidrelétrica de Barra Bonita foi a primeira em funcionamento, na América do Sul; só não sendo a primeira da América Latina, devido ao Canal do Panamá.

Além da forte cultura turística cultivada, na cidade, desde a década de 70, Barra Bonita conta, também, com uma expressiva produção agro-industrial, além do transporte fluvial de passageiros e a utilização do rio Tietê.

Outra particularidade a respeito de Barra Bonita é o fato de a cidade separar-se do município Igarçu do Tietê, apenas pelo próprio rio, o que a faz única, em comparação a outras regiões do Estado.

6

Ipeadata 2000, Pnud e IBGE.

É importante que se considere o desenvolvimento do turismo regional, com um número aproximado de 1000 turistas visitando a cidade, principalmente aos finais de semana⁷.

A cidade encontra-se na parte central do Estado de São Paulo, possuindo uma boa localização, com um raio de aproximadamente 100 quilômetros de cidades como Bauru, Piracicaba, Jaú e Americana, podendo, esse fator, ser um novo diferencial de desenvolvimento.

A Eclusa da Hidrelétrica de Barra Bonita, além de ser uma das mais antigas do país, também é um fator importante para o escoamento da produção de açúcar e do biodiesel e, ao mesmo tempo, um diferencial para o turismo praticado na cidade.

O fato de ser uma Estância Turística tem um aspecto, no mínimo paradoxal, em Barra Bonita, visto que, ao mesmo tempo em que o turismo é visto como um possível fator de desenvolvimento para a cidade, muitos enxergam que influi na busca de outros setores para a cidade, como a dificuldade de atração de indústrias, pois a questão ambiental, as exigências de proteção e os aspectos ecológicos afastam empresas.

Assim, é possível que se pense uma possível utilização e capacidade de desenvolvimento do trabalho, a partir da educação, quer seja na qualificação profissional, quer seja no desenvolvimento técnico da cidade.

A partir desse ponto, surge a questão a respeito da capacidade de Barra Bonita de se tornar um diferencial em relação ao termo trabalho-educação. Há, também, que se

⁷

Fonte: Departamento de Turismo de Barra Bonita - 2009

questionar se, haveria espaço para a formação profissional dar, à cidade, ferramentas e mão de obra qualificada para fomentar o crescimento da cidade.

Dados Demográficos de Barra Bonita - Censo - 2006⁸

Cognome: Cidade Simpatia desde 23/12/1964

População Total: 35.487 (38.921 habitantes segundo dados de 2005)

Mortalidade infantil até 1 ano (por mil): 11,50

Expectativa de vida (anos): 73,74

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M): 0,820

IDH-M Renda: 0,760.

IDH-M Longevidade: 0,812.

IDH-M Educação: 0,889.

Finanças⁹

R\$ 94.958.510,50 é o giro de dinheiro ao ano na cidade (2007)

Receitas orçamentárias realizadas (2007)

R\$ 37.796.635,05

Portanto, analisando os dados apresentados, pode-se começar a perceber aspectos importantes, principalmente, em relação a alguns setores e realizações na cidade ao longo das últimas décadas, que serviram, servem ou poderão vir a ser fatores de desenvolvimento de Barra Bonita.

⁸ Fonte: IPEADATA

⁹ Fonte: IBGE – CENSO 2007.

Dentre eles, serão analisados, com mais profundidade, alguns destes aspectos, como a história, a participação econômica na cidade e, principalmente, a influência e a contribuição neste desenvolvimento, desde as antigas cerâmicas, passando pela usina de açúcar e a hidrelétrica.

Utilizando-se do documento histórico “Barra Bonita 100 anos de História”, além de informações do arquivo municipal, do Museu e de jornais da cidade, pode-se observar a importância de alguns setores da cidade, seu desenvolvimento e a capacidade de crescimento nas últimas décadas e, no futuro.

Inicialmente, será discutida a importância de Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, a primeira com eclusagem no país. Segundo as informações pesquisadas no Museu da Cidade e na própria Prefeitura, a usina hidrelétrica trouxe benefícios não apenas para a cidade, mas, também para todo o estado, servindo como fator de progresso e desenvolvimento.

Inaugurada no dia 20 de janeiro de 1963, contou com a presença do Governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto que acionou a primeira turbina e lembrou o empenho do seu antecessor Jânio Quadros para a construção daquela obra. Era Prefeito Vicente Antonio Zenaro Manin. A produção de energia elétrica beneficiou todo o Estado e nossa cidade acelerou o ritmo de progresso (Bolla & Stangherlin, 1999:75).

A Eclusa de Barra Bonita foi inaugurada em 29 de novembro de 1973, e foi à primeira da América do Sul a possuir eclusa, ou seja, a passagem de um nível a outro do rio, vencendo um desnível de aproximadamente 30 metros. Junto a outras Eclusas sediadas em Bariri e Ibitinga, tornaram o Rio Tietê navegável em aproximadamente 250 quilômetros.

Atualmente, é uma das responsáveis pelo desenvolvimento do turismo da cidade, e pelo incremento da utilização da hidrovía Tietê – Paraná através do rio Tietê. Além disso, como outro importante fator de desenvolvimento da cidade de Barra Bonita, pode ser citada a usina de açúcar Da Barra, criada em 1949, como "Usina da Barra S/A Açúcar e Álcool", vindo a ser a maior produtora do mundo em seu setor.

Novamente, segundo dados do livro “Barra Bonita 100 anos de História”, a usina Da Barra investiu em tecnologia e técnicas agro-industriais e em certificações de qualidade, que deram a essa empresa um diferencial em termos de produção e, responsável pela utilização de grande quantidade de trabalhadores:

As ampliações das instalações industriais; o aumento da área agrícola; a segurança no trabalho; os equipamentos de produção mais modernos; o controle de qualidade obedecendo as mais sofisticadas técnicas; [...] fizeram da Usina da Barra uma das mais conceituadas do País, incluída entre as mais avançadas do continente, em técnica e organização agro-industrial, além da primazia de ser a maior produtora de açúcar do mundo, tendo em seu quadro em princípio dos anos 80 aproximadamente quinze mil funcionários diretos e indiretos, algo para poucas empresas no país (Bolla & Stangherlin, 1999:56).

Atualmente, a Usina da Barra pertence ao grupo Cosan, um dos maiores conglomerados produtores de açúcar e álcool combustível (biodiesel) do mundo. Continua sendo o principal gerador de recursos para o município de Barra Bonita, transformando a cidade em grande produtora de cana de açúcar.

A indústria da cidade também teve, como grande parâmetro, o seu parque ceramista, que foi considerado, durante anos, principalmente na década de 1950, “O Maior parque ceramista da América do Sul”.

“Esse o nome como ficou conhecida Barra Bonita, na década de 1950, não só pela quantidade de Indústria de telhas e tijolos aqui instaladas (aproximadamente sessenta cerâmicas), como também pela alta qualidade dos materiais que tinham na capital do Estado nas cidades da Auta-Paulista e nos Estados de Paraná e Mato-Grosso, os maiores mercados de consumo e comércio que ia além das fronteiras do Brasil” (Bolla & Stangherlin, 1999:69).

Houve um decréscimo, a partir dos anos 80 e 90, do número de ceramistas, face à dificuldade de matéria-prima, hoje, trazida de outras cidades e regiões. Outras empresas e ramos de atividade são vitais em importância no município, pois a cidade comporta indústrias de eletrônicos, cosméticos e alimentos que, são empresas reconhecidas nacionalmente.

Sem esquecermos da importância do turismo e o crescimento verificado a partir da década de 1970, com grande incremento de turistas na cidade, em busca dos atrativos do rio Tietê, do artesanato local e dos atrativos culturais e regionais.

Com o que foi explanado, fica claro que, Barra Bonita é uma cidade diferenciada em algumas áreas, desde os aspectos naturais, que poderiam ser importantes para o crescimento do turismo, passando pela logística e, sua localização, no centro do Estado de São Paulo (aproximadamente 100 km de cidades como Bauru, Piracicaba, São Carlos e Araraquara), podendo gerar, através de investimentos, possibilidades de desenvolvimento.

Outra questão que pode ser levantada é a eventual possibilidade de utilização de mão de obra qualificada, no turismo e, nos setores industriais da cidade. Além disso, outra questão levantada é relativa à forma como essa qualificação seria encarada, se ela estaria ao alcance de todos, ou mesmo se, ela seria garantia ou maiores oportunidades de emprego.

Barra Bonita poderia ter diferenciais em setores e fatores de desenvolvimento econômico, que, poderiam gerar empregos, além de utilizar-se da mão de obra que é qualificada, em suas escolas, desde o turismo até as empresas da cidade.

Portanto, pode-se perguntar e investigar como tem sido a utilização dessa mão de obra que se qualifica nas escolas. Pretende-se analisar, partindo desse pressuposto, o nível de qualificação das escolas e, se essa qualificação, oferecida aos seus habitantes, é realmente aproveitada, tanto no turismo, quanto nas empresas.

ESCOLAS: PROBLEMAS E PROPOSTAS.

É importante analisar as escolas de Barra Bonita e verificar se estão sendo realmente feitas ações para incrementar a procura pelo trabalho e essas “diferenças e particularidades”. Podemos ter uma referência, ao observarmos uma concepção do pensamento gramsciano, citado por Aued, analisando o conceito do homem, como um ser intelectual e vemos que em vários graus da educação e da oferta das escolas, esse conhecimento específico não tem continuidade:

Para o marxista italiano, todo o homem é um intelectual. [...] O que na verdade ocorre no plano das relações de produção é uma grande variação nos graus de combinação entre atividade manual, ou muscular nervosa, e atividade cerebral (Aued, 1999:67).

Ou, ainda, sobre qualificação, a questão do domínio dos conhecimentos gerais, e das habilidades intelectuais, na sociedade moderna, onde o indivíduo aprende em diversas instituições educativas:

À qualificação para o trabalho na sociedade moderna corresponde o domínio de abstrações, de conhecimentos gerais, de habilidades intelectuais que todo indivíduo pode aprender nas variadas instituições educativas (Aued, 1999:85).

Partindo destes pressupostos, devemos considerar as ações, o grau de interesse e comprometimento, tanto da população, que talvez seja a maior interessada e também a mais beneficiada, quanto do poder público, na realização e na oferta de qualificação para uma cidade com grande potencial turístico.

Com isso, será feita uma análise das Escolas Técnico–Profissionalizantes da cidade, tanto particulares, quanto públicas e, também, um Centro municipal de integração para adolescentes, que tem o objetivo de preparar os jovens para o mercado de trabalho.

No livro “Educação para o (Des) emprego” verifica-se, para o início dessa análise das escolas de preparo e qualificação, em Barra Bonita e, apesar de parecer uma explicação bem simples, algo pertinente ao contexto:

A instrução em grupos, na escola, fundada em princípios científicos e na aprendizagem de coisas úteis, parece-lhe condição fundamental para dirimir os males que afligem a sociedade.(Aued, 1999:93).

Numa época de transformações e algumas crises sistêmicas do capitalismo mundial, fica evidente a incapacidade de setores e comunidades, para amenizá-la. Mesmo, por que, não é a realidade que o próprio capitalismo quer que se veja:

O fetiche que emana do capital tem levado à afirmação de que basta um sistema de ensino qualificado para recuperar o que as relações sociais impõem aos trabalhadores: serem predados, criadores da natureza alheia em detrimento de si mesmos, devido ao caráter histórico desta sociedade (Aued, 1999:98).

Neste sentido, será feito um estudo sobre as ações, nas escolas de Barra Bonita, cujos objetivos seriam oferecer possibilidades de qualificação e preparo de mão de obra.

Além disso, foram feitas um total de 123 entrevistas com alunos e ex-alunos de escolas profissionalizantes, nas quais o enfoque foi direcionado a alguns aspectos que levam à busca pelo emprego, na área de qualificação. A pergunta que se levanta, com base

nessas entrevistas, é se, o aluno, realmente, enxerga na sua qualificação uma saída para o desemprego e, se a cidade pode comportar e aproveitar esses alunos qualificados.

Diversos fatores foram averiguados, desde o início, até a conclusão do curso, como, por exemplo, os motivos que levam à desistência, além de aspectos motivacionais, econômicos, e a busca por um emprego melhor, que, enfim, conduzem o aluno à qualificação profissional, ou seja, à aprendizagem e aperfeiçoamento.

Com isso, as escolas que serão analisadas mostram alguns pontos e ações, que estão sendo implementados, para seu desenvolvimento, desde propostas pedagógicas até a transformação destas, em centros vocacionais.

Escolas de Barra Bonita

ETEC João Rayes

A Escola Técnica Comendador João Rayes foi instalada em 1993, oferecendo o curso de Estruturas Navais (hoje não mais oferecido), num convênio estabelecido entre a Prefeitura Municipal e a Companhia Energética (Cesp).

A ETEC é uma escola que trabalha pela qualidade do ensino técnico e médio, realizando parcerias, eventos, palestras e exposições e, desenvolvendo projetos em prol da comunidade, como reciclagem do lixo, ações de empreendedorismo e no aspecto da cidade em geral.

Atualmente, a ETEC conta com aproximadamente 520 alunos, sendo 200 no ensino médio e 320 no ensino técnico-profissionalizante.

Desde sua instalação, o único curso extinto foi o de estruturas navais, um fato curioso, pois foi por este curso que a escola ganhou o apelido de “Naval”. Sua extinção se deveu ao fato do não cumprimento do convênio entre a ETEC e a antiga CESP, que pretendia utilizar os formados na implementação da Hidrovia Tietê-Paraná, e com a paralisação do projeto, houve queda significativa da procura pelo curso.

Apesar disso, um fato informado pela direção da escola chama a atenção, pois 90% dos alunos formados estão trabalhando nesta área, mas, em outras cidades e outros Estados como Mato Grosso e Amazonas.

Segundo a Proposta Pedagógica, a missão da escola é:

“desenvolver competências que possibilitem a inserção do educando no mundo do trabalho, o aprimoramento profissional e humano com ênfase para a formação ética e o pensamento crítico e desta forma contribuir para a melhoria do padrão de vida do trabalhador e da qualidade dos produtos e serviços oferecidos, colaborando para a transformação da sociedade” (Proposta Pedagógica, p.01).

Observamos a contextualização da formação do aluno e, como deverá ser preparado para o mercado, levando-se em conta o ensino e a aprendizagem, entendimento de diversos valores, da iniciativa e da criatividade. O que é importante no seu preparo:

“Desta forma, torna-se necessário dinamizar o processo ensino-aprendizagem, visando a melhoria da qualidade de ensino, através da sensibilização para o desenvolvimento de valores políticos, éticos, estéticos que devem inspirar a organização pedagógica no sentido de fomentar a criatividade e a iniciativa” (Proposta Pedagógica, p.2).

Ou, ainda, como a formação e o ensino, dando destaque para a formação intelectual, os fundamentos tecnológicos e científicos, habilidades e, a possível contribuição para “projetos de vida”:

“o ensino deve proporcionar a autonomia intelectual, o conhecimento de fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, como também o desenvolvimento de competências e habilidades específicas de sua área de atuação, tendo em vista contribuir para com a concretização dos projetos de vida dos alunos¹⁰” (Proposta Pedagógica, p.2).

10

Fonte: ETEC João Rayes. Proposta Pedagógica.

Atualmente, oferece o Ensino Médio e Ensino Técnico, sendo que, no técnico estão envolvidas áreas como administração, informática, secretariado, contabilidade, marketing e venda e turismo.

Em média, a ETEC Barra Bonita oferece, a cada ano, por volta de duzentas a trezentas vagas, em seus cursos técnicos profissionalizantes. E é importante ressaltar que a oferta de vagas é semestral e, a duração de cada curso é de um ano e meio¹¹.

O principal motivo que leva os estudantes a buscar a ETEC é a qualificação profissional e, com isso, encontrar um novo emprego condizente com sua formação, sendo notório o fato de que, segundo a própria direção da escola, a maioria não muda de emprego, após a conclusão do curso e, isso, em grande parte, devido à falta de opções, como no caso do turismo.

A partir do SAI/ETEC 2008 (Sistema de Avaliação Institucional), pode-se analisar mais dados relativos à capacitação dos alunos, sua busca de emprego e suas expectativas. Foram feitos questionários e entrevistas com um total de 21 alunos concluintes.

Na opinião de 92,2% dos alunos, a escola possibilita maiores oportunidades de emprego, 85% pretendem se profissionalizar em sua área de atuação, e, 77,2% pretendem exercer a profissão como tecnólogo (SAI/ ETEC 2008: 9.1).

Mas, ao mesmo tempo, se verificam alguns dados que demonstram as faltas de opções dos alunos, como o fato de, apenas 19,4% trabalharem na área de interesse, o que

¹¹ Fonte: SAI/ETEC - 2006

denota falta de opção por algum curso ou, mesmo, o não conhecimento da área técnica escolhida¹² (SAI/ ETEC 2008: 9.1).

A maioria dos alunos (em torno de 90%), busca emprego na cidade, segundo informações da direção da escola, mas, a maioria consegue êxito, apenas, em outras cidades. Não há uma política de incentivo para os profissionais formados e, o turismo é o setor que mais sente esse problema, visto que, os investimentos, tanto do setor público, quanto privado, tem sido tímidos, nos últimos anos, segundo informações da própria Escola.

O número de alunos da ETEC que estão com emprego fixo e carteira assinada é de 66,7%, onde observamos que 23,8% são funcionários públicos e 9,5% autônomos (SAI/ ETEC 2008: 26.3).

Os maiores contratadores da mão de obra da ETEC são o Setor Público (28,6%), as microempresas e pequenas empresas (23,8% cada), tendo, como um dos ramos de atuação, a área de serviços (28,6%), indústria (19%), comércio e informática (14,3%), seguidos de educação e saúde, dentre outros (SAI/ ETEC 2008: 26.3).

Em relação à faixa salarial dos alunos (egressos e concluintes), observa-se um fato curioso, pois há apenas 3 níveis de salário para os mesmos¹³:

- mais de 1 até 3 salários mínimos (76,2% e 70,6% respectivamente);
- mais de 3 até 6 salários mínimos (14,3% e 11,8% respectivamente);
- até 1 salário mínimo (9,5% até 17,6% respectivamente).

¹² Fonte: SAI/ETEC - 2008

¹³ Fonte: SAI/ETEC - 2008.

No que diz respeito às motivações para os alunos da ETEC, os principais são o aprimoramento de seus conhecimentos (96,4%), melhoria do desempenho profissional (78,6%), atualização profissional (71,4%) e melhoria da sua situação pessoal (67,9%).

A ETEC apresenta alguns números relativos aos estudantes até 2006¹⁴ e dados atualizados do SAI/ ETEC 2008¹⁵, onde se verificam alguns dados importantes sobre a questão da qualificação.

No ensino técnico, para cada vaga oferecida, houve 3 candidatos inscritos, demonstrando que, sempre ocorre procura, na cidade, pelos cursos oferecidos na escola. Além disso, a cada 10 alunos matriculados, 7 concluíram o curso técnico, que possui duração de 1 ano e meio.

Seis em cada 10 técnicos formados trabalhavam, um ano após a conclusão do curso. Contudo, esses técnicos não exerciam função relacionada à sua área de formação específica, devido à falta de oferta de empregos, na cidade.

Em torno de 80% dos alunos escolheram o curso técnico por buscarem aprimoramento profissional, mais conhecimento e aprendizagem de novos métodos para seu trabalho e, não necessariamente, qualificação para buscar um novo emprego ou, na área técnica em questão.

Dos egressos na ETEC, 75% trabalham e, destes, apenas 25% em sua área de escolha profissional, ou seja, apenas um terço trabalha na área de escolha técnica.

14 Fonte: SAI/ETEC - 2006.

15 Fonte: SAI/ETEC - 2008.

Na época de conclusão, esses números se modificam ainda mais: 14,3% estão em sua área de escolha, ou seja, de cada 50 alunos, só 7 exercem seu curso técnico.

Apenas 23,8% tiveram facilidade de encontrar emprego (não necessariamente em sua área de conhecimento) e 57,1% continuaram no emprego anterior.

A partir desses dados se podem obter algumas conclusões a respeito do ensino técnico na ETEC¹⁶:

1. A procura por cursos técnicos é relativamente alta, pois, em média, a cada ano são oferecidas trezentas vagas na ETEC, o que demonstra um certo interesse dos aprendizes, pela qualificação profissional.

2. O número de desistências representa 30% no total e, considerando que grande parte dos alunos não está em sua área de atuação, pode-se pensar que o desinteresse surge devido à baixa perspectiva de encontrar o emprego a partir da qualificação, na formação técnica em questão.

3. Se o número de alunos formados, em torno de trinta e cinco por turma, se estabelecer, segundo dados da própria ETEC, em média vinte e um estarão trabalhando, mas, em áreas diferentes da área de sua formação.

4. Analisando o número de alunos que buscam aprimoramento profissional (80%), poderia ser uma ideia equivocada que, para essas pessoas, essa qualificação, facilitaria a obtenção de um emprego.

16

Fonte: SAI/ETEC - 2006

5. Com esses últimos dados apresentados, nota-se que, a qualificação profissional não significou, necessariamente, uma melhoria de emprego ou, mesmo, uma recolocação profissional.

6. A maior parte dos alunos que conseguiram emprego está no setor público, ou seja, 28,6%. Dessa forma, vemos que esses alunos conseguiram seus empregos através de concurso e, não necessariamente, pelo conhecimento da área técnica. Não foi exatamente seu conhecimento que gerou empregabilidade, ou sua formação em área específica.

7. Apesar da formação técnica, a grande maioria (70,6%) não consegue atingir um patamar alto, em relação ao salário, que, chega, no máximo, a 3 salários mínimos.

Numa simples análise de números, uma informação que pode parecer positiva, na realidade, nos passa a real situação do mercado de trabalho, na cidade e, a real capacidade de inclusão pelo ensino, fato que pode ser percebido pela análise dos dois SAIs (2006 e 2008).

Verificando com cuidado o SAI/Etec 2006, observa-se que, de cada turma com 50 iniciantes, 35 concluem o curso e, um ano depois, 21 estão trabalhando, mas, não na área de formação e 14 formados estão desempregados e não exercem sua formação.

Ou seja, analisando os números, entende-se que, na Etec, a média de formados por turma, que está empregada na área, após um ano, é menor que 50% e, com o entrave de, não especificamente, estar em sua área de formação, grande parte nos setores informais ou como autônomos em funções fora de sua formação técnica.

Pelos dados do SAI/ETEC 2008, conclui-se que, a maioria acaba ficando no seu emprego anterior, com um salário que não ultrapassa geralmente os 3 salários mínimos ou, mesmo, não utilizando esse conhecimento, pois se encontra no setor público.

Analisando, em primeiro lugar, portanto, a ETEC de Barra Bonita pode-se começar a formular essa ideia: Grande parte dos formados nos cursos técnicos da ETEC não tem emprego garantido em sua área e, em muitos casos, não existe disponibilidade de vagas no mercado de trabalho¹⁷.

Mesmo em áreas de grande importância, para uma cidade turística, em setores como marketing e vendas, a procura por estes profissionais se torna restrita, e o número de formados que prosseguem na área seria considerado pequeno¹⁸.

Enfim, apesar da formação específica na área de atuação da ETEC de Barra Bonita, o mercado da cidade não está absorvendo os mesmos para utilização do desenvolvimento destes setores. Conclui-se que, a formação técnica na ETEC não leva ao aluno uma melhora em sua condição de empregabilidade.

Mesmo com o aprimoramento técnico, ao invés de gerar aumento do número de pessoas nas áreas qualificadas, (informática, turismo, administração), ocorre o fenômeno inverso, pois se nota uma diminuição de 25%, no início para 14,3%¹⁹, ao término e, portanto, quase ocorre uma redução, pela metade no número de pessoas na sua área de conhecimento técnico.

17 Fonte: SAI/ETEC - 2006

18 Idem.

19 Idem.

Centro Municipal de Formação Profissional “Nilson Thomaz Guzzo” – SENAI

O Centro Municipal de Formação Profissional “Nilson Thomaz Guzzo” deu início às suas atividades em 1997, com os cursos de pintura em vidro, modelagem, informática e costura industrial. No decorrer dos últimos 10 anos foram extintos os cursos de reparador de eletrodomésticos, pintura em vidro e cerâmica, pesponto, padaria artesanal (doces e salgados), corte e costura, e de artesanatos, devido, principalmente, a falta de verbas para manutenção na escola.

Celebrado num convênio Prefeitura Municipal e SENAI, este possui cursos profissionalizantes de curta duração. Os alunos têm formação rápida, em média de três a seis meses, nas áreas de corte de calçados, informática, eletricista residencial e costura industrial.

Com esse pequeno leque de opções de cursos, o SENAI da cidade tem enfrentado dificuldades, no que tange ao seu desenvolvimento, pois outrora, em anos anteriores, oferecia diversos outros cursos de formação, que foram, com o tempo, excluídos de sua grade curricular.

No quadro, uma análise da formação de alunos e os desistentes entre 2005 e 2007²⁰:

CURSOS	ANO	CONCLUÍNTES	DESISTENTES	TOTAL ALUNOS	% CONCLUINTES
Informática	2005	214	63	277	77%
	2006	217	76	293	74%
	2007	296	36	332	89%

20

Fonte: Centro Municipal de Formação Profissional “Nilson Thomas Guzzo” - SENAI

Corte de calçados	2005	102	42	144	71%
	2006	85	56	141	60%
	2007	123	22	145	85%
Eletricista Residencial	2005	83	01	84	99%
	2006	75	14	89	84%
	2007	131	02	133	98%
Costura Industrial	2005	50	04	54	92%
	2006	42	25	67	63%
	2007	63	03	66	95%
TOTAL		1481	344	1825	81%

Fonte: Senai – Barra Bonita

Observa-se que, ocorre uma média de desistência de 20%, no decorrer dos cursos (com total de 344 desistências) num universo de mais de 1800 alunos (média de 600 alunos por ano), e os motivos de desistência, segundo a direção da escola²¹ e os próprios ex-alunos são variados em função de insuficientes capitais econômicos e culturais.

Segundo a direção da Escola, existe também o fator “desmotivação”, como um gerador de desistências, principalmente, por falta de perspectiva de encontrar o emprego desejado, não haver interesse de empresas pelos aprendizes e, também, por buscar emprego (não qualificado) em outras áreas. Não podemos esquecer da pouca captação e falta de opções para esses mesmos profissionais que estudam no SENAI.

É colocado da seguinte forma pelo ex-diretor do SENAI, período (2005 – 2008): “Os cursos devem nascer de uma necessidade da indústria em ter em seu quadro de funcionários pessoas devidamente treinadas, prontas para assumir postos de trabalho”.²²

²¹ Entrevista com o diretor do Senai (Período 2005 – 2008).

²² Idem.

O ex-diretor nos passa algumas informações que, também foram obtidas com alunos e ex-alunos do SENAI, em relação aos motivos de sua desistência:

“Primeiro, poderia ser por não se identificar com o curso, ou criou outra expectativa em relação ao mesmo, ou até mesmo por não conseguir acompanhá-lo. Por trabalhar o dia todo, o cansaço acaba vencendo, ou mesmo por ficar com um considerável número de faltas. Falta de transporte, e/ou transporte ser gratuito, também é um dos motivos”²³.

Além disso, nos acentua outro dado que poderia ser um fator problemático para a manutenção do aluno na Escola, que seria o curto período de aprendizagem: “São cursos intensivos, com cargas que variam de 200 a 600 horas, em um curto espaço de tempo”²⁴.

Outro dado refere-se à procura dos alunos, por idade e classe social: a faixa etária tem uma variação entre os 22 anos e os 36 anos principalmente nas classes C e D, indicando que se trata de uma tentativa de colocação no mercado de trabalho para pessoas que já poderiam ter concluído o ensino médio ou, mesmo, universitário e, por precisarem trabalhar, ou não terem condições financeiras, abandonam os estudos e muitas vezes não tem emprego fixo²⁵.

Esse fato fica visível na análise da absorção pelo mercado de trabalho, pois segundo dados da própria escola 30% dos alunos conseguem trabalhar, mas, em geral, tornam-se profissionais liberais, ou se empregam em outras cidades da região, por haver melhores salários (Bauru, Botucatu e Jaú)²⁶.

23 Entrevista com o diretor do Senai (Período 2005 – 2008).

24 Idem.

25 Idem.

26 Idem.

O próprio ex-diretor acentua essa informação para a procura por alunos do SENAI: “O que ocorre é que nem todos são absorvidos, outros são absorvidos por cidades vizinhas, por pagarem melhor²⁷”.

Não existem parcerias com as empresas da cidade, e a utilização da mão de obra que é qualificada no SENAI de Barra Bonita, limita a absorção dessas pessoas.²⁸. Apesar da pouca absorção pelas empresas da cidade, a escola é mantida com recursos municipais e convênio com o SENAI.

Atualmente o SENAI passa por reformas e será transformado em CVT (Centro Vocacional Tecnológico) na área tecnológica e do conhecimento. O CVT buscará a inclusão social para pessoas de baixa renda e a pretensão é de formação de 400 alunos por período de aula com diversos cursos, a saber: informática, calçados, couro e modelagem, metal mecânica, costura industrial, eletricitista, idiomas, área administrativa, entre outros.

Analisando essa escola, observam-se fenômenos parecidos ao da ETEC: ocorrem desistências por diversos fatores (sejam eles de deslocamento até falta de oportunidades); não ocorre a absorção dos aprendizes, mesmo em áreas simples, como no corte de sapatos ou costura industrial; muitos acabam encontrando ocupações diferentes do seu treinamento específico ou curso de aperfeiçoamento, o fato de ser um curso rápido (de 2 a 3 meses), com uma extensa carga horária (200 a 600 horas), podendo desgastar o aluno, pelo curto período de tempo. O aluno não cria uma identificação com o curso, com seu aprendizado, e com a importância do mesmo, para sua colocação no mercado de trabalho.

²⁷ Entrevista com o diretor do Senai (Período 2005 – 2008).

²⁸ Idem.

CICRABB (Centro de Integração da Criança e do Adolescente de Barra Bonita)

Um exemplo de falta de apoio ao aprendiz pode ser citado através da CICRABB (antiga Legião Mirim de Barra Bonita). Essa entidade engloba crianças e adolescentes até os dezoito anos, com finalidade de incentivo à formação profissional, cultural e esportiva e áreas de interesse de desenvolvimento. Atualmente contam com 350 mirins na CICRABB.

Oferecem preparo e incentivo à formação musical, com uma banda própria formada pelos adolescentes, além de cursos e disponibilidade de emprego, como aprendizes, para a comunidade²⁹.

A prefeitura de Barra Bonita é a que mais contrata os mirins, um total de 130³⁰, dos quais, a maioria é utilizada como office boy, recepcionista, auxiliar em atendimento. É importante notar o pouco uso de qualificações que estes aprendizes tiveram no Centro de Integração e o fato do fim do estágio ou a maioria geralmente significar o desemprego do mesmo³¹.

Esse tipo de Centro de Integração acaba sendo exemplo do não preparo dos aprendizes, que tem apenas noções básicas de informática, ou mesmo cidadania e, quando encontram ocupação no mercado de trabalho, possuem pouca capacitação para exercer uma função, sendo, portanto mais um exemplo paliativo.

29 CICRABB – Barra Bonita

30 Idem.

31 Idem.

Outras Escolas Profissionalizantes de Barra Bonita

Na cidade, além das 3 escolas municipais já citadas, havia, no início da pesquisa, mais 4 escolas de formação profissional, de cunho particular.

Durante o período, uma delas fechou, por problemas financeiros e, atualmente as três escolas particulares trabalham com cursos que variam do técnico ao profissionalizante, nas seguintes áreas: informática, administração, atendente de farmácia, inglês para conversação, caixa, auxiliar de enfermagem, farmácia, química, radiologia, segurança do trabalho, web designer.

Atualmente, essas escolas contam com um número de alunos que não pôde ser divulgado, por restrição das escolas. Apenas em uma delas se obteve uma média que gira em torno de 300 alunos, onde cada um tem direito a realizar dois cursos. Essa mesma escola firmou um convênio com a Prefeitura da cidade, para estágios não-remunerados, nas escolas municipais, mas, apenas para os alunos dos cursos de administração e informática.

Entre os tipos de cursos oferecidos, destacam-se os de formação rápida e de cunho cada vez mais “especializados”, em divisões como auxiliar de farmácia, atendente e, os chamados cursos Vip, onde o aluno escolhe o que se especializar.

Pesquisas e Entrevistas

Foram entrevistados e questionados um total de 123 pessoas entre alunos e ex-alunos da ETEC, SENAI e outras Escolas Profissionalizantes. Com um questionário que englobava diversos aspectos do desenvolvimento do projeto em discussão: desde a análise econômica e social, passando ao motivacional.

Pôde-se verificar como é o preparo e o enfoque de 65 alunos de Escolas Profissionalizantes da cidade que estão cursando..

Além disso, foram obtidas informações de um total de 58 ex-alunos das escolas ETEC e SENAI, que também entraram nos dados da pesquisa sobre o assunto.

Alunos Atuais (ETEC, SENAI e outros):

Do total de 65 alunos pesquisados³², 74% são do sexo feminino e 26% do sexo masculino, ou seja, atualmente, de cada 4 alunos que buscam alguma qualificação profissional, 3 são mulheres, com idade entre 15 e 35 anos.

Os motivos que levam o aluno a buscar a Escola Profissionalizante são o fato de querer qualificação profissional e um bom emprego, consequentemente (77%), interesse na área escolhida (20%) e, por atuação em sua empresa própria (3%)³³. A grande maioria (86%) pretende cursar uma universidade, principalmente nesta mesma área de atuação.

³² Entrevistas e questionários realizados com alunos e ex-alunos das escolas SENAI, ETEC e outros.

³³ Idem.

Com esses dados, pode-se concluir que, o atual aluno que busca qualificação é do sexo feminino, em sua maioria, entre os 15 e 35 anos, que querem um bom emprego e pretendem um curso universitário no futuro, principalmente, para se aprimorar em sua qualificação aprendida na Escola Técnica.

Outra informação, com relação aos alunos atuais, nos números apresentados, pela pesquisa e as entrevistas, demonstra que grande parte procura esses cursos, a priori, para uma qualificação, mas já com o intuito de cursar uma universidade no futuro (86% dos alunos e ex-alunos), dando nos a ideia de algo apenas temporário para o curso técnico e profissionalizante, pois a maior parte buscará uma qualificação a nível superior.

Ex-alunos

Nos dados sobre ex-alunos tivemos 34 alunos da ETEC João Rayes e 24 alunos do SENAI como fonte de nossas entrevistas e questionários³⁴.

Em relação aos 34 alunos da ETEC, verificou-se que 28 concluíram os cursos de Administração, MKT e Informática e 6 não concluíram.

Dos 28 que concluíram, verificou-se que, 15 estão trabalhando em outras cidades, ou seja, não houve absorção de mão de obra em Barra Bonita. Além disso, 8 que estão na cidade, não exercem sua qualificação.

Com isso demonstra-se que, metade não está na cidade e os que estão, ou seja, 61% não exercem sua qualificação³⁵.

34 Entrevistas e questionários realizados com alunos e ex-alunos das escolas SENAI, ETEC e outros.

35 Idem.

Começando nossa análise por esse fator, verifica-se a dificuldade de absorção da mão de obra na cidade e mesmo em outras, onde os alunos encontraram seu emprego, metade está trabalhando em outros setores e não especificamente em sua formação técnica.

Apenas 5 ex-alunos que concluíram seus cursos na ETEC, trabalham na cidade, dando um percentual aproximado de 18% de mão de obra qualificada nos cursos técnicos, que estejam em Barra Bonita e, dentro de sua área de atuação.

Os 24 alunos do SENAI mostram números ainda mais claros, em relação à qualificação e sua utilização e absorção pelo mercado de trabalho de Barra Bonita, pois 6 não concluíram os cursos, 18 que concluíram, não exercem a qualificação obtida e, apenas 1 exerce a qualificação³⁶, dando o significativo dado de 5% de aproveitamento de mão de obra qualificada nesta escola.

Os dados apresentados pelo SENAI nos colocam a questão da finalidade da escola, pois apenas 1 aluno (equivalente a 6%) está atuando, onde questionamos a relação do custo da manutenção da mesma e seu retorno para a cidade.

De uma forma geral, apenas 21 ex-alunos, de um total de 46 que concluíram seus cursos nestas instituições, estão trabalhando em sua área atualmente, ou seja, 46%, com 71% destes (ou 15 alunos) em outra cidade da região³⁷.

Isso demonstra, inclusive, um fenômeno interessante, pois grande parte dos alunos que possuem alguma qualificação profissional, principalmente dos cursos técnicos das

³⁶ Entrevistas e questionários realizados com alunos e ex-alunos das escolas SENAI, ETEC e outros.

³⁷ Idem.

escolas de Barra Bonita, precisa se deslocar para outras cidades da região (como Bauru, Jaú ou Botucatu) para exercerem seus conhecimentos.

Num universo de 21 que atuam na área específica do conhecimento ou aprimoramento, 15 (71% dos ex-alunos que atuam em sua formação) estão fora de Barra Bonita, um número que pode significar que a cidade não possui campo de trabalho para profissionais qualificados, quando os mesmos conseguem essa colocação.

Pelos dados analisados dos ex-alunos, podemos notar que não ocorre a colocação dos mesmos no mercado em sua área de atuação e, além disso, muitos acabam tendo que buscar oportunidades em outras cidades da região, sendo importante observar que poucos exercem a função a que foram qualificados em seu curso.

Portanto, segundo as entrevistas e questionários, a qualificação ou requalificação profissional, não significou, necessariamente, emprego para os alunos e ex-alunos em questão, na cidade de Barra Bonita, pois apenas 5 pessoas de um universo de 58 ex-alunos pesquisados e de um total de 123 entrevistados trabalham em sua formação específica na cidade, perfazendo 4% de aproveitamento no geral ou 18% de ex-alunos.

A maior parte dos ex-alunos tem que buscar seu emprego em outras cidades da região ou acabam exercendo funções que não condizem com seu aprendizado na sua qualificação profissional.

Já os alunos atuais, buscam qualificar-se para um melhor emprego, mas já visando, futuramente, uma universidade, para uma carreira melhor e não necessariamente em sua área de ensino técnico – profissionalizante.

CONCLUSÃO

Analisando o que já foi observado, é possível encontrar pontos que levam a um questionamento a respeito da qualificação profissional e emprego. Na cidade ocorre falta de empregos para as pessoas formadas nessas escolas, que tem como base o conhecimento teórico, mas, onde a parte prática da formação é tida apenas como complemento.

A predominância da teoria sobre a prática também acaba afetando o desenvolvimento desse aluno, que não consegue se colocar no mercado:

O que me parece merecer atenção na aprendizagem corporativa são os processos de formação profissional nela presentes e que ainda perduram em boa parte das capacitações para o trabalho em sociedade. Com o predomínio do modelo escolar, a aprendizagem corporativa foi perdendo visibilidade. Além disso, os interesses do capital em eliminar formas de organização dos trabalhadores fizeram surgir escolas e institutos de formação profissional cujas “pedagogias” foram assumindo formas “científicas” e passaram a ser definidas por educadores que pouco ou nada sabiam dos ofícios ensinados (Barato, 2004:46).

Portanto há muito que ser desenvolvido nas escolas em questão, mas, sem deixar de observar que, o aluno de hoje tem poucas opções, além de encontrar dificuldades ao tentar se colocar no mercado de trabalho. Dessa forma, não é possível uma metodologia que seja capaz de englobar plenamente a formação profissional, um método que seja capaz de adequar o ensino teórico, às necessidades práticas do mercado.

“Aqueles que não tiveram um cérebro” “educado pelas mãos” padecem não apenas de uma insuficiência de aprendizagem por causa de uma metodologia equivocada; carecem também de um ethos profissional que influencia poderosamente o ensinar dos instrutores nos percursos formativos da educação profissional. O saber do fazer é respeitoso em sua relação com instrumentos de trabalho. O saber que subordina o fazer não vê ferramentas como algo que mereça interesse (ferramentas não pertencem à ontologia das categorias que importam). Em outras palavras,

o entendimento acaba sendo paradoxal (apesar de explicar as coisas, não consegue ordená-las produtivamente)”(Barato, 2004:47).

Ao analisar as escolas em questão, nota-se uma grande quantidade de desistências e evasões, nos cursos. Na ETEC, três, em cada dez alunos abandonam o curso escolhido.

Em relação aos alunos que concluem o curso profissionalizante, menos de 50% está, atualmente, trabalhando, após um ano de conclusão do curso. Na maior parte dos casos, esses alunos não trabalham, especificamente, na área do curso de escolha, pois têm empregos na área de atuação que encontram para seu sustento e que não necessitam de qualificação.

Quanto ao SENAI, há uma média que varia de acordo com o período ou o curso analisado. Em dado momento, ocorre uma grande procura por cursos e pouca desistência, nos cursos analisados. Em outros momentos, é possível observar o fenômeno inverso, ou seja, há pouca procura e um grande número de desistências.

Na CICRABB, pode-se observar um outro fenômeno: ocorre, nessa instituição, uma falta de preparo profissional para os aprendizes, nos setores onde, geralmente, são empregados, quer seja em instituições públicas, como no caso da prefeitura municipal, ou outras autarquias; quer seja no setor privado.

Em relação ao ensino superior, 86% dos alunos que buscam qualificação profissional pretende cursar o ensino superior. A maioria, por entender que, apenas a qualificação profissional oferecida pelas escolas profissionalizantes não representa garantia de emprego.

Grande parte dos alunos da ETEC encontra-se, hoje, empregada no setor público. Dessa forma, pode-se observar que, em relação à garantia de empregos, esses jovens optam pela segurança oferecida pelo funcionalismo público, em detrimento da carreira e do curso profissionalizante escolhidos.

A partir das informações obtidas, sobre a cidade e as escolas, com base em entrevistas e análises, foram formuladas várias hipóteses relativas à questão do emprego, em Barra Bonita, sempre levando em conta que, de certa forma, temos algum tipo de treinamento e formação profissional para a mão de obra residente no município.

Foi utilizado, inclusive, o Relatório de Estágio de meu curso de graduação em administração, realizado no ano de 1999, no período que compreende os meses de janeiro a março, do curso de Administração Pública, onde foi estudada a questão do desemprego e, de onde foram colhidas as informações obtidas à época, em relação às mudanças ocorridas na cidade, grau de empregabilidade, investimentos, escolas no município.

Com base nas entrevistas com alunos, ex-alunos e professores das instituições, pode-se verificar que a maioria dos entrevistados acredita que uma melhor qualificação profissional colabora diretamente com a consequente obtenção de um emprego, o que analisamos não possuir contundência e base teórica – prática.

Dessa forma, a formação profissional, quando não leva imediatamente à obtenção de um emprego, leva o aluno a considerar, como uma outra opção, a busca por uma nova carreira, uma melhor qualificação que, em seu imaginário, trará um melhor emprego.

Porém, ao mesmo tempo, ocorre o fenômeno da insegurança, visto que grande parte dos alunos, aproximadamente 86%, ainda pretende cursar uma universidade, por não

ter a garantia do emprego, tendo como única qualificação profissional, o ensino obtido nas Escolas Profissionalizantes.

Sobre os dados dos ex-alunos, verifica-se que, grande parte deles não exerce atividade relativa à área de sua formação profissional. Importante observar que, apenas uma parcela dos alunos do SENAI, pesquisados e entrevistados, se encontra, hoje, exercendo uma função ligada à sua área de formação e, ainda assim, buscando, segundo a entrevista, uma nova a qualificação profissional, visto que a formação obtida anteriormente não satisfaz suas necessidades, tanto no aspecto profissional, como no aspecto financeiro.

Outro dado importante mostra que, muitos dos alunos formados, qualificados pela ETEC abandonaram a cidade, em busca de oportunidades de emprego em outras cidades, evidenciando a baixa oferta de empregos em Barra Bonita, nas áreas de formação escolhidas pelas escolas profissionalizantes da cidade.

É importante observar, também, que, a maior parte dos alunos formados pela ETEC, cerca de 57%, não mudou de emprego e, que, uma baixa parcela, 14,3% dos alunos formados pela ETEC estão exercendo atividade em sua área de escolha técnica.

Observa-se que, qualificações como Administração, MKT e Informática não garantem uma colocação no mercado de trabalho na cidade, pois apenas 20% dos alunos formados estão exercendo suas funções em Barra Bonita.

Também é de 20%, no caso pesquisado, o número de alunos que desistiram de seus cursos na ETEC, por diversos motivos, principalmente incompatibilidade com o curso na busca do emprego na área escolhida (mais de 40% das desistências).

Apesar das várias opções de formação profissional oferecidas pelas escolas da cidade, é importante lembrar que, as vagas existentes no mercado de trabalho, ainda são escassas. Os dados apresentados, nesse contexto, mostram que, no caso específico da ETEC, a cada ano, apesar de mais de cem pessoas serem qualificadas ou requalificadas nos cursos técnicos, apenas uma pequena parcela, cerca de 5% a 10% começam, efetivamente, a exercer atividade profissional na área escolhida.

Quanto ao SENAI, o número de requalificados é ainda maior, cerca de cento e cinquenta pessoas. Nessa instituição, ocorre, basicamente, o mesmo que ocorre na ETEC, onde há um maior número de pessoas formadas do que o mercado da cidade pode abrigar.

Quanto à metodologia de ensino, o SENAI, assim como a ETEC, não valoriza o ensino prático, como faz em relação à teoria. Dessa forma, muitos alunos, recém saídos dos cursos, encontram dificuldades em encontrar emprego, além da pouca opção de vagas, por falta de reparo prático, pois lhe falta o “saber-fazer”, no campo prático.

Nos últimos, anos a cidade, além de não oferecer novas oportunidades no mercado de trabalho para a mão de obra que se qualificou, também perdeu postos de trabalho³⁸.

A própria usina de açúcar é um exemplo clássico da troca do trabalhador pela mecanização, ou seja, no processo de substituição do homem pela máquina, ocorreram demissões em massa, apesar da existência de mão de obra especializadas e disponíveis na região.

Mesmo os empregos mais simples e sem qualificação sofreram efeitos na cidade. No caso das usinas de açúcar, a mão de obra dos cortadores de cana e, mesmo a mão de

³⁸ Relatório de Estágio Curricular Obrigatório – Rodrigo José Oliveira Felipe (1999). O Desemprego: suas causas e possíveis soluções. O Caso de Barra Bonita.

obra mais especializada, quando necessário, é importada de outras regiões do Estado e, mesmo, de outros Estados como Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco, por exemplo. Esse contingente de profissionais constituem um grupo específico, de moradores, que permanecem, na cidade, por seis meses e, logo retornam para seu lugar de origem³⁹.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, o número de Seguros-Desemprego requeridos na cidade de Barra Bonita, nos últimos três anos, foi da ordem de 11803 benefícios, ou seja, 10% da população total da cidade, em média.

Esses números demonstram uma ampla gama de profissionais inativos, na cidade, principalmente, em relação, ao ciclo canavieiro que, não necessariamente utiliza-se de mão de obra especializada.

Veja a tabela⁴⁰:

ANO	SEGURO DESEMPREGO	MEDIA POR MÊS	MÉDIA NO PERÍODO ANALISADO
2006	4502	375	
2007	3357	280	
2008(até novembro)	3944	328	
Total no Período	11803	327	3934

Fonte: Ministério do Trabalho – Barra Bonita

Ou seja, novamente, fica claro mais uma vez que, a qualificação não é, necessariamente, a solução para os problemas do desemprego. Re-estruturação em

39 Ministério do Trabalho – Barra Bonita

40 Idem.

empresas e falta de opções e investimentos afetam de diversas formas o contingente profissional na cidade, incluindo, mesmo, o trabalhador qualificado.

No caso específico dessa cidade, pode-se chegar a algumas conclusões que desmistificam o que é defendido por vários profissionais, inclusive formadores e qualificadores de mão de obra, que, afirmam que, o que falta é mão de obra especializada e, não emprego, principalmente os níveis governamentais, as escolas profissionalizantes e o próprio modo de produção capitalista que usam essa concepção como defesa para o desemprego estrutural.

Dessa forma, pode-se concluir que, na cidade, a quantidade de alunos qualificados e requalificados, por essas escolas profissionalizantes, é muito maior que a quantidade de empregos oferecidos. Tomando, por base, as escolas de Barra Bonita, chega-se a esses resultados, mas, quando se considera as pessoas que buscam os cursos profissionalizantes nas cidades próximas, como Jaú, Bauru e Botucatu, torna-se mais evidente a deficiência da cidade no que diz respeito às ofertas de emprego.

Nos últimos anos, uma das contradições do capitalismo acaba sendo observado com clareza no município, ao não oferecer vagas de emprego, para as pessoas qualificadas, houve um aumento na quantidade de pessoas que abandonam a cidade, não apenas em busca de trabalho, mas, no caso dos estudantes, em busca de formação universitária.

Outro fenômeno que pode ser observado, em Barra Bonita, é a diminuição considerável na busca por cursos profissionalizantes. Esse fato resulta da constatação, por parte da população, da real quantidade de vagas oferecidas na cidade, visto que, a quantidade de pessoas qualificadas e requalificadas só fazem aumentar, o que não acontece com as ofertas de emprego.

Nas escolas técnicas particulares têm surgido soluções que, aparentemente, não mostram eficácia, em seus resultados, com, por exemplo, os cursos de curta duração (os chamados cursos Vip), que preparam o aluno rapidamente, de acordo interesses e investimento. Além desses cursos, há, ainda, uma divisão dos cursos tradicionais, em subdivisões de pouco alcance, como atendente de farmácia, caixa e línguas para concursos públicos. Surge, com bastante força, a ideia do trabalhador flexível.

Entre essas propostas, encontra-se, também, o prolongamento dos cursos tradicionais, para manter o aluno por mais tempo na escola, aumentando, conseqüentemente, o custo para o mesmo, além da criação de cursos “diferenciados”, que, eram restritos ao nível universitário, como logística, administração e computação, enfermagem, radiologia e outras áreas de saúde.

Ocorre, também, uma divisão dos alunos, em faixas etárias, com a implantação de cursos de informática para crianças ou para a terceira idade; além do crescimento de palestras de motivação, desenvolvimento pessoal e profissional.

Além de todas essas medidas, algumas escolas adotaram, também, a utilização de projetos de inclusão social ou profissional que, geralmente, são apresentados com apoio do poder público, mas sem resultados expressivos, de acordo com muitos ex-alunos e diretores.

Após a apresentação desses dados, podem-se observar fatos importantes, em relação à qualificação e requalificação profissional, seus resultados e conseqüências. Os problemas apresentados, os resultados e conclusões levam a um questionamento acerca da eficácia e eficiência da qualificação, para a solução do problema do desemprego.

Em primeiro lugar, tomando como base os números apresentados, as perspectivas e as colocações de alunos e ex-alunos, nota-se que, a qualificação profissional não significou a reinserção no mercado de trabalho ou, mesmo, a melhora no emprego do aluno qualificado. Esse fato pode ser verificado através dos dados da ETEC, pois ao ingressarem no curso técnico, 25% dos alunos estão em sua área de escolha e atuação, mas, ao término do curso, esse número cai para 14,3%.

Verifica-se que, o fator qualificação profissional não tem gerado oportunidades de novos empregos para os alunos que concluem estes cursos técnicos e profissionalizantes na cidade, já que, de vinte e quatro alunos, apenas um exerce a qualificação apreendida.

No caso dos alunos entrevistados, da ETEC, 53% estão exercendo sua função em outras cidades, quando, em Barra Bonita, esse número não ultrapassa os 18%. Daí, nota-se que, há poucas opções de mercado para os qualificados, neste caso, analisando no caso da cidade.

Observam-se, nos dados analisados, que, os alunos, em muitos casos, para conseguirem colocação no mercado de trabalho, precisam se deslocar para cidades vizinhas ou, mesmo, buscar novos locais de trabalho, deixando a cidade e utilizando os conhecimentos adquiridos em outras localidades.

O aluno que conclui cursos profissionalizantes se encontra bem preparado para o mercado de trabalho, possui cursos de aperfeiçoamento, principalmente, na ETEC, onde a busca por melhorias é notada, inclusive, na Proposta Pedagógica, o que não representa, necessariamente, emprego garantido.

Outro aspecto a ser levado em consideração diz respeito aos profissionais qualificados. É de fundamental importância que se perceba que não há, na cidade, falta

desses profissionais. O que ocorre é exatamente o contrário. Existem muitos profissionais em sua área de atuação e, não há colocação para os mesmos. Exemplo disso é o que ocorre com os profissionais de turismo, pois, na cidade, não há uma política de desenvolvimento e utilização dos mesmos.

Apenas 23,8%, dos alunos formados pela ETEC, tiveram alguma facilidade em encontrar emprego (não necessariamente em sua área de conhecimento) e 57,1% continuaram no emprego anterior, demonstrando que 76,2% não estão em sua área de formação específica.

Dos dados de outras escolas e da CICRABB, nota-se que, os alunos preparados não tiveram, em grande parte, nem mesmo um estágio, ou seja, a parte prática e o encaminhamento ao mercado de trabalho tiveram resultados com os Mirins da CICRABB. Nesse caso, o encaminhamento profissional se deu em situações onde a atividade intelectual fica delegada a segundo plano, pois, geralmente, atuam como operários, no cargo de office boy e na venda de bilhetes de estacionamento.

Nota-se que, os principais setores que poderiam, eventualmente, incrementar o desenvolvimento e a utilização de parte dessa mão de obra, como o turismo, por exemplo, não têm investimento e incentivo, por parte do poder público, ou, mesmo de empresários interessados.

Ações de retomada do desenvolvimento turístico, em uma escala maior, poderiam tornar atrativa a chegada de novos investimentos, o que geraria mais oportunidades de emprego. Além disso, outro ponto a ser levado em consideração, nessa análise, é a vocação relativa do município, que levanta a questão de sua identificação se dar em relação ao turismo, ou à indústria.

Outrora, grande produtora de cerâmicas e, contando com uma das maiores usinas de açúcar do mundo, alguns setores defendem a industrialização como saída para os problemas do município. Para outros setores da sociedade, o turismo e o título “Estância Turística”, dão, à cidade, o requisito de desenvolvimento, neste setor, como o grande impulso para o crescimento da cidade. Sob esse ponto de vista, pode-se entender que, a cidade se encontra numa situação de escolha.

É necessário observar, inclusive, no caso da cidade, a falta de estratégias para a utilização dessa mão de obra, pois apesar do enfoque no turismo, pouco é feito para seu desenvolvimento.

Não se pode esquecer que Barra Bonita possui alguns fatores que ajudam a atrair investimentos, seja sua localização, seus índices de desenvolvimento e qualidade de vida. Porém, ao mesmo tempo, há alguns fatores que dificultam essa mesma questão, tais como a malha rodoviária pequena no município, a ausência de um porto intermodal e de ferrovias.

Dessa forma, é necessário que o município observe, antes de qualquer coisa, a necessidade de parcerias com outros municípios ou, mesmo, com os setores público e privado, da sociedade.

Com isso, poderia amenizar a questão da profissionalização da mão de obra, pois uma solução específica, nestes moldes, torna-se inviável. Portanto, a qualificação profissional não é a saída para o problema em si, não traz garantia de emprego e, no caso específico de Barra Bonita, as perspectivas atuais ainda são poucas, assim, grande parte dos profissionais acaba fora do mercado de trabalho, em sua área de formação, ou precisam buscar em outras cidades.

Barra Bonita precisa decidir onde quer chegar neste século XXI ou poderá ver nos próximos anos surgir em suas Escolas Técnicas e Profissionalizantes não a placa de “Há Vagas” e sim de “Precisa-se de Alunos”.

BIBLIOGRAFÍA DE REFERÊNCIA

ABRAMO, P. **Sistemas de educação geral e de formação profissional comparados. O caso da Alemanha.** Rio de Janeiro, SENAI/ CIET, set. 1995, Mimeo.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, S.B. Desemprego e desenvolvimento. **Cadernos temáticos, vol.1.** Rio de Janeiro, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução.** 2ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo, Cortez, 1995.

_____, R. **A Dialética do Trabalho (org.)** – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

AUED, B. W. **Educação para o (Des)emprego.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BARATO, J. N. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho?** – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

BARRETO, E. S. S. **O planejamento educacional e as novas demandas sociais na área.** São Paulo: São Paulo em perspectiva (3) 3, jul. – set. 1989.

BOLLA, Renato A. & STANGHERLIN, Célia. **Barra Bonita 100 anos de história. De Salles Leme e Pompeu (1883) a Wady Mucare (1983).** 1ª Edição. Barra Bonita: outubro 1999.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BRYAN, N. A. P. **Desenvolvimento retardatário, modernização educacional e difusão do taylorismo no Brasil.** Universidad de Costa Rica; San José - Costa Rica; Evento: V Congreso Iberoamericano de Educación en la América Latina, 2001.

BUFFA, E. A questão das fontes de investigação em História da Educação. **Série Estudos**, N° 12, dez.2001. Campo Grande, 1995.

CARMO, P. S. **História e ética do trabalho no Brasil** – São Paulo: Moderna, 1998.

CASTEL, R.; L. E. WANDERLEY & M. BELFIORE. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.

CUNHA, L.A. "**Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil**". Rio de Janeiro, Fórum Educacional, abr.jun. 1981.

_____, L.A. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

_____, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Ed. Ridendo Castigat Mores, Ebooks Brasil, 1999.

FELIPE, R. J. O. **Relatório de Estágio Curricular Obrigatório**. O Desemprego: suas causas e possíveis soluções. O Caso de Barra Bonita. Araraquara, 1999.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, G. **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. –Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P. & ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

_____, P. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário**. In: SILVA, T.T. e GENTILI, P. (org.) – Escola, S.A. Brasília: CNTE, 1996.

HELLER, A & F. FEHER. **A condição política pós-moderna**. São Paulo, companhia das letras, 1998.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos – o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

IANNI, O. **Estado e Planejamento econômico no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

IBGE. **Diretoria de pesquisas, departamento de emprego e rendimento, pesquisa mensal de emprego 2004**. Brasília – DF, 2004.

IBGE - **Censo 2007**. Brasília – DF, 2007.

IPEA. **Pesquisa nacional de avaliação do perfil cognitivo da população**. Projeto de Pesquisa. Versão preliminar. Brasília: IPEA, 1991.

KATO, J.M. & PONCHIROLLI, O. O desemprego no Brasil e os seus desafios éticos. **Revista da FAE**. Vol 5 número 3, set – dez 2002.

KYMLICKA, W. & NORMAM, W. **El retorno del ciudadano. Una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía. La política revista de estudios sobre el Estado e la sociedad**. Paidós, Barcelona, 1997.

LEITE, E. M. **Educação profissional no Brasil: limites e possibilidades**. Brasília, MTb/SEFOR, 1995, Mimeo.

MANGE, Roberto. **A profissão de engenheiro**. Boletim do Instituto de Engenharia, jan,1922.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Coleção Síntese – Editorial Presença: 3ª Edição, Rio de Janeiro, 1985.

_____. **A Ideologia Alemã II**. Coleção Síntese – Editorial Presença: 3ª Edição, Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L & PM Pocket Editora, 2001.

MARX, K. **Obras Escolhidas em três tomos**. Editorial Avante! Tradução: José BARATA-MOURA. Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

_____. K. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro** – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. K. **O Capital**. 4ª Edição – São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade. Desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. G. N. **Social Democracia e Educação: teses para discussão**. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1990.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino; RODRIGUES JR, Mauro. Tecnologia e demanda por qualificação na indústria brasileira. **Revista Brasileira de Economia**. Volume 57 nº3. Rio de Janeiro Jul/Set. 2003

PAIVA, V. **Produção e qualificação para o trabalho**. In: FRANCO, M. L. & ZIBAS, D. M. L. (orgs.). **Final de Século, desafios da educação na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora/CLACSO – REDUC, 1990.

PENNA, M. L. **Fernando de Azevedo: educação e transformação**. S. Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.

PENIN, S. T. **Escola e cotidiano: a obra em construção**. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1989.

PETROCCHI, M. **Falta conscientização nos municípios**. O Estado de S. Paulo. São Paulo, Brasil, pág.2, dez. 1998.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho** – São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, L. & FERREIRA, V. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil (1991 – 2003)**. IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada. Ministério do Planejamento. Brasília, 2003.

RIBEIRO, S. **A educação e a inserção do Brasil na modernidade**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa n. 84, fevereiro, 1993.

RODRIGUES, José. A economia e a Educação segundo Euvaldo Lodi. **Revista Trabalho Necessário**. Neddade – Pós Graduação em Educação UERJ. Ano 5 N° 5: Rio de Janeiro, 2007.

RICHARDS, Sue. El paradigma del cliente en la gestion pública. **Gestión y Políticas Publicas** (1): 5 – 16 sept/dec 1994.

SAI (Sistema de Avaliação Institucional)/ ETEC. Escola Técnica “Comendador João Rays”. Barra Bonita, 2006.

SAI (Sistema de Avaliação Institucional)/ ETEC. Escola Técnica “Comendador João Rays”. Barra Bonita, 2008.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1980.

_____, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1983.

_____, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____, Dermeval. O debate teórico e metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D., LOMBARDI, J.C. e SANFELICE, J.L. (org.) – **Historia e Historia da Educação. O Debate Teórico-Metodológico atual**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

SCHWARTZMAN, S. **Educação básica no Brasil: a agenda da modernidade**. São Paulo: IEA, Estudos Avançados 5(13), setembro/dezembro, 1991.

SCHWARTZMAN, S & BROCK, C. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SILVA, R. N.; DAVIS, C.; ESPOSITO, Y.; & MELLO, G. **O descompromisso das políticas públicas com a qualidade do ensino**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa n. 84, fev. 1993.

SINGER, D. Para além da alienação. **Jornal The Nation**. Nova York, 10 jun. 1996.

SOUZA, Rosa. **Inovação Educacional no Século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil**. Cadernos Cedes. Ano XX Nº51 nov 2000.

VIDIGAL MORAES, C.S. Ensino Médio e Qualificação Profissional: uma perspectiva histórica. In: BRUNO, L. (org.) **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1996.

FONTES

1. Internet

- Wikipédia, A enciclopédia livre. (www.wikipedia.org)
- Barra Bonita – Turismo nas águas do Tietê – Site oficial. (www.estanciabarrabonita.com.br)
- Prefeitura de Barra Bonita (www.barrabonita.sp.gov.br)

2. Material Institucional

ETEC – Comendador João Rayes

- Proposta Pedagógica
- SAI/ ETEC 2006
- SAI/ ETEC 2008

3. Instituições

Ministério do Trabalho – Barra Bonita – SP.

Centro Municipal de Formação Profissional “Nilson Thomas Guzzo”- Senai

Cicrabb – Centro de Integração e Apoio a Criança e o Adolescente de Barra Bonita.

Departamento de Turismo de Barra Bonita

4. Jornais

ET – Expresso Tietê (1997 – 1999).

Jornal da Barra (1997 – 2008).

5. Entrevistas

Diretor do Centro de Formação Profissional “Nilson Thomáz Guzzo” – SENAI (período 2005 – 2008).

Diretora da ETEC “João Rayes” – Barra Bonita

Alunos e Ex alunos (Escolas ETEC, SENAI e outros)

ANEXOS

1.



Etec “Comendador João Rays” Barra Bonita

Proposta Pedagógica

Missão da Escola

A nova sociedade, decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, exige da educação uma reestruturação, pois a velocidade do progresso científico e tecnológico e da transformação dos processos de produção torna o conhecimento rapidamente superado, sendo necessária contínua atualização.

As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados, dotados de competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões.

Cabe à educação profissional o desenvolvimento de competências que proporcionem condições de laborabilidade, de forma que o trabalhador possa manter-se em atividade produtiva em contextos socioeconômicos instáveis.

Ao mesmo tempo, cabe à educação de forma geral, contribuir para com a humanização e transformação da sociedade de forma a equalizar as oportunidades de acesso aos bens materiais, culturais e tecnológicos por ela produzidos.

Formar profissionais competentes, sem deixar de lado a formação humanística é o grande desafio da educação profissional e de nível médio.

Para vencer este desafio a escola deverá se inspirar nos fundamentos estéticos, políticos e éticos que norteiam a educação nacional de nível médio e técnico.

Neste contexto, a missão da escola será:

“DESENVOLVER COMPETÊNCIAS QUE POSSIBILITEM A INSERÇÃO DO EDUCANDO NO MUNDO DO TRABALHO, O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL E HUMANO COM ÊNFASE PARA A FORMAÇÃO ÉTICA E O PENSAMENTO CRÍTICO E DESTA FORMA CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO PADRÃO DE VIDA DO TRABALHADOR E DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS, COLABORANDO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE”.

Tendo em vista a atual caracterização da sociedade e suas exigências, percebe-se a necessidade de um sistema de ensino que corresponda às expectativas e necessidades atuais e que busque desenvolver no educando competências e habilidades necessárias ao pleno desenvolvimento humano. Desta forma, torna-se necessário dinamizar o processo ensino-aprendizagem, visando a melhoria da qualidade de ensino, através da sensibilização para o desenvolvimento de valores políticos, éticos, estéticos que devem inspirar a organização pedagógica no sentido de fomentar a criatividade e a iniciativa.

No Ensino Técnico isso significa que, além do aprimoramento como pessoa humana, o ensino deve proporcionar a autonomia intelectual, o conhecimento de fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, como também o desenvolvimento de competências e habilidades específicas de sua área de atuação, tendo em vista contribuir para com a concretização dos projetos de vida dos alunos.

O desenvolvimento de competências e habilidades tanto no Ensino Médio como no Ensino Técnico pode ser alcançado através da organização de situações de aprendizagem, dispositivos, seqüências didáticas e projetos que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e que potencializem a interação professor-aluno e aluno-aluno no sentido de propiciar formas coletivas de construção do conhecimento. Os conteúdos serão tratados de modo contextualizado para dar significado ao aprendido e estimular o aluno a alcançar sua autonomia.

Neste âmbito, a interdisciplinaridade se torna imprescindível, na medida em que realiza a função de eixo integrador do processo ensino-aprendizagem que pode ser um projeto de investigação ou um plano de intervenção numa dada realidade. Neste sentido, a necessidade de explicar, compreender, intervir, mudar e prever sentida por professores e alunos se coloca como algo visto por mais de um olhar, ou seja, por várias disciplinas.

Ao desenvolver a interdisciplinaridade também se alavancam as oportunidades para a contextualização que é uma das metodologias que pode exercer o papel de retirar o aluno da condição de espectador para levá-lo a aprendizagens mais significativas no âmbito da vida pessoal, social, cultural e produtiva.

Em relação aos Projetos que a Escola se propôs a realizar, pretende-se, com eles, desenvolver no aluno do Ensino Médio as competências e habilidades necessárias a sua formação para dar continuidade aos estudos, prepará-lo para o trabalho e a vida em sociedade, dinamizando o processo ensino-aprendizagem através de metodologias diversas, almejando assim criar situações que dêem sentido à prática pedagógica, em que cada atividade, cada aula, cada participante tem sentido e os obstáculos são vistos como desafios para criar meios para a resolução de problemas e intervenção na realidade.

No Ensino Técnico serão desenvolvidos projetos interdisciplinares voltados a situações reais de trabalho, sendo uma das estratégias mais propícias para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas no campo do desenvolvimento pessoal, do relacionamento interpessoal, da inserção social e sobretudo do mundo do trabalho. Também se criam situações e momentos para a integração da teoria e da prática e do ensino contextualizado visando à ação profissional.

Quanto à avaliação tanto no Ensino Médio ou Técnico, deve ser abrangente e dinâmica, dentro de um processo contínuo e cumulativo do aproveitamento do aluno onde os

aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos, entendendo-se também que haja recuperação contínua, sistemática e paralela e mecanismos de auto-avaliação. Esta deverá ser acompanhada de uma intervenção diferenciada, isto é, que leve em consideração as diferenças individuais e que leve à orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem. A avaliação deve ainda servir para o professor delinear, obter e proporcionar informações úteis quanto a contextualizar ou rever seu Plano de Trabalho. Portanto, nos Planos de Trabalho do Ensino Médio e Técnico a avaliação deverá ser vista como instrumento para o fornecimento de informações como o domínio da aprendizagem, os efeitos da metodologia utilizada, as consequências da ação docente e a adequação de currículos e programas com vistas à tomada de decisões.

A Progressão Parcial deverá merecer especial atenção, embora existam poucos alunos nesta condição no Ensino Médio e Técnico. Pretende-se que a Progressão Parcial seja realizada através de metodologias e ações diferenciadas, que exijam do aluno o raciocínio, a dedicação para pesquisa, à tomada de iniciativas e a construção de seu próprio conhecimento e que estejam, acima de tudo, comprometidas com o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas pela disciplina e pelo curso do qual o aluno faz parte.

No ensino médio não há problemas com evasão e repetência. No Ensino Técnico, a evasão é preocupante, merecendo especial atenção, de maneira que sejam implementadas ações para reverter este quadro. Entre essas ações podemos destacar a efetivação do ensino contextualizado e a integração da teoria e da prática profissional para motivar o aluno em sua trajetória escolar. Torna-se necessário também que se faça um trabalho conjunto entre coordenadores, professores e Secretaria Acadêmica para a sondagem de interesses, buscando as causas e procurando agir para minimizar os índices de evasão.

O estágio e a prática profissional estão inseridos em todo o processo ensino-aprendizagem do Ensino Técnico sendo o momento de utilização da teoria na prática profissional e a ponte necessária à inserção do aluno no processo produtivo. O contato com empresas e pessoas não só permite adquirir conhecimento e experiência como também cria uma rede de contatos do aluno com o mercado de trabalho onde ele pode inclusive utilizar as competências e habilidades adquiridas na Escola para promover seu marketing pessoal criando a possibilidade de emprego. Os coordenadores do Ensino Técnico, junto ao professor orientador de estágio têm acompanhado os estágios, realizando o papel de integrar o conhecimento à prática e as empresas à Escola, auxiliando os alunos na resolução de problemas e fazendo os devidos encaminhamentos. No Ensino Médio o estágio tem se caracterizado como meio para adquirir experiências e ainda auxílio na escolha da carreira profissional. O estágio poderá iniciar-se no 1º Ciclo ou módulo de cada curso, de acordo com a disponibilidade do aluno.

A direção, juntamente com os coordenadores será responsável pela estruturação e acompanhamento das novas metodologias de ensino-aprendizagem e avaliação e pela organização de cursos de capacitação para docentes, conforme as metas e projetos da escola.

2.

SAI/ETEC-2006

Sistema de Avaliação Institucional

Avaliação Institucional

O impacto das mudanças no cenário nacional e internacional e as exigências dos setores produtivos, exigem um preparo para a cidadania e uma atualização técnica e tecnológica permanentes. A legislação educacional, neste contexto incorporou mecanismos que permitem fomentar a relação entre o mundo do trabalho e a sociedade. Assim, as instituições de ensino devem adotar uma postura pró-ativa, definindo seu papel, enquanto participantes da formação da cidadania.

O Centro Paula Souza, com a missão de "*formar competência profissional adequada às necessidades dos diferentes mercados de trabalho com propósito de contribuir para a melhoria do padrão de vida do trabalhador e para a elevação da qualidade e produtividade de processos, produtos e serviços*", não fugiu a essa responsabilidade. Adotou uma posição de vanguarda, buscando para sua comunidade um ensino que melhorasse as condições de laborabilidade, que desenvolvesse a consciência crítica e a disposição para enfrentar os novos desafios.

Nesse panorama a AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, se apresenta como um critério que permite um atendimento das demandas dos processos produtivos, da sociedade e dos cidadãos, através do diagnóstico que faz continuamente, para propor novas políticas e novas estratégias para o desenvolvimento de competências laborais, mantendo a atualização do sistema.

Além de aferir a adequação do ensino oferecido às exigências do mercado, o Sistema de Avaliação pretende atender à sua responsabilidade de prestar contas da qualidade das suas ações à sociedade.

Proposta do Sistema de Avaliação Institucional

Criar um **Sistema de Avaliação Institucional** – SAI, partindo do atendimento das expectativas que a comunidade escolar, expressas pelas aspirações que alunos, funcionários, docentes e o próprio mercado de trabalho, têm das novas exigências do mundo atual, é a proposta do Centro Paula Souza, além de avaliar a pertinência e extensão de seus resultados.

Manter a periodicidade da avaliação, que trabalha com as expectativas sociais sobre as competências profissionais atualizadas, deve permitir a criação de um sistema flexível, mutável e dinâmico, ao mesmo tempo que atenda a uma tendência holística, onde todos os indicadores sejam avaliados nas dimensões dos processos de trabalho e da afetividade e sentimentos.

Os resultados da avaliação devem servir como instrumento para um planejamento estratégico de aprimoramento continuado e dar origem ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação e auto-avaliação em cada unidade escolar e no Centro Paula Souza. Deve incitar uma reflexão sobre o como está, como poderia estar e qual a articulação entre as ações a serem propostas para atender ao compromisso da construção de um ensino superior de qualidade.

O diagnóstico obtido pela avaliação, dará um quadro de desempenho real, que estimulará o planejamento estratégico, constituído de ações de capacitação, fortalecimento dos sistemas gerenciais e aproveitamento das possibilidades e potencialidade regionais que devem possibilitar o exercício da autonomia em cada unidade, mantida a sintonia com o mercado de trabalho e realização e interação social.

36.1

Objetivos

Objetivos Gerais:

- ⇒ Promover a reflexão em cada ETE e no Centro Paula Souza a partir do desempenho **real** apurado, para aproximar esse desempenho do **ideal**, em busca da melhoria da qualidade (padrões de qualidade do Centro Paula Souza).
- ⇒ Possibilitar a consolidação e/ou o redirecionamento das políticas institucionais.
- ⇒ Promover a avaliação interna (auto-avaliação) e externa (avaliação participativa).
- ⇒ Estimular estratégias coletivas e criativas, regionais e personalizadas, para atendimento de realidades cambiantes da produção e mercado de trabalho, pela exploração das próprias potencialidades.
- ⇒ Prestar contas dos serviços prestados à sociedade.
- ⇒ Implantação de uma cultura de avaliação e auto-avaliação nas ETEs, FATECs e no Centro Paula Souza que permita a contínua retro-alimentação do sistema, procurando aprimorar os seus padrões de qualidade.

Objetivos Específicos:

- ⇒ Definir padrões de desempenho **ideal** das ETEs e cursos do Centro Paula Souza.
- ⇒ Constatar o nível de desempenho **real** por meio de um **Sistema de Avaliação Institucional – SAI**, de cada ETE e de cada curso oferecido.
- ⇒ Avaliar a eficiência e eficácia das ações do Centro Paula Souza.
- ⇒ Definir políticas institucionais e projetos de capacitação.
- ⇒ Subsidiar os Projetos Pedagógicos das ETEs, a partir do diagnóstico de cada indicador avaliado para superação de problemas e melhoria do desempenho.

Descrição dos Indicadores

Os indicadores são características de processos ou produtos passíveis de mensuração e análise. Para o presente trabalho serão utilizados e definidos indicadores do desempenho de:

Processo: Representando a **eficiência** interna da escola, onde se desenvolvem todas as ações escolares. É avaliado pelos indicadores de desempenho pedagógico, higiene e segurança, gestão, infra-estrutura e desempenho profissional.

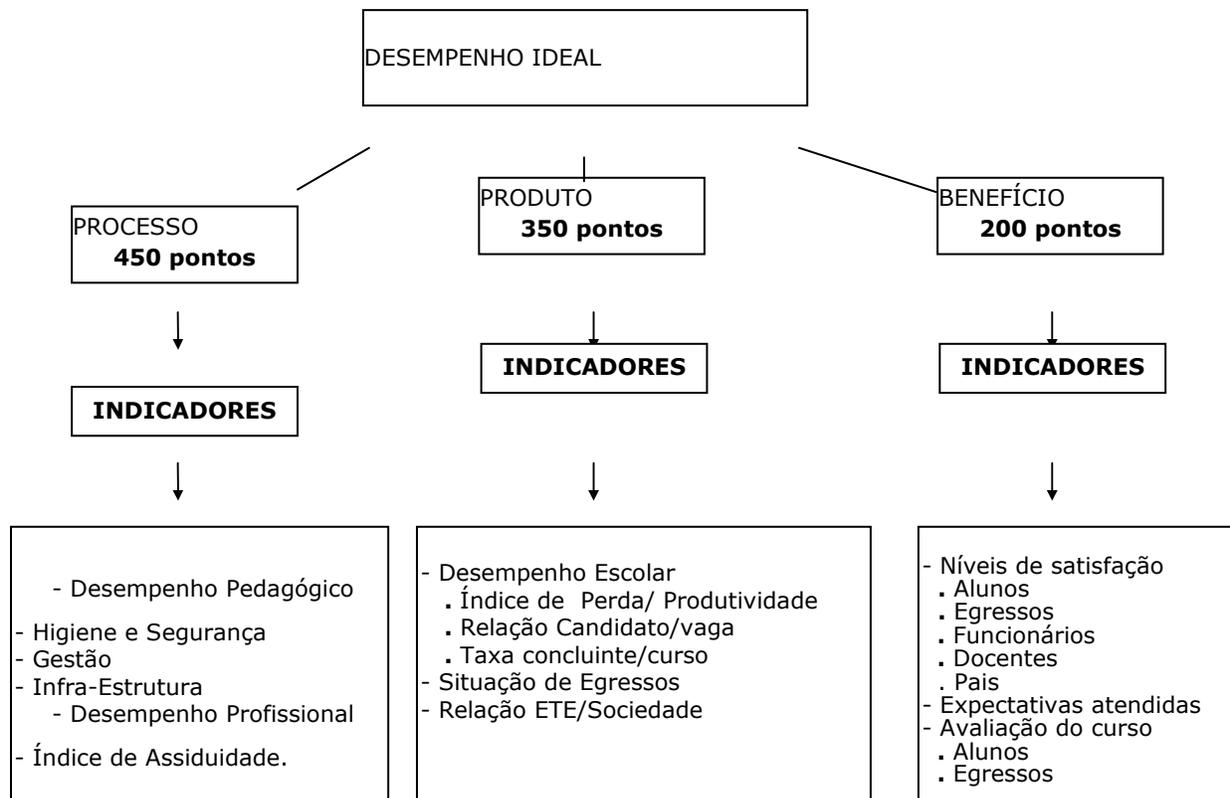
Produto: Representando a **eficácia** ou seja, os resultados de todas as ações escolares desenvolvidas no processo, é avaliado pelos indicadores de desempenho escolar, situação de egressos, e relações escola-sociedade. Indica ainda, a pertinência, entendida como a relação da ETE e seus produtos com a sociedade.

Benefício: Representando a **percepção** ou extensão de como a qualidade do processo e do produto integram a escola à sociedade. É avaliado pelos indicadores de satisfação e expectativas atendidas, que possibilitam aferir a validade das ações e produtos do ensino profissional oferecido.

Indicadores e Pontuação das ETEs

Os **indicadores de desempenho** foram estabelecidos em função dos objetivos e metas do Centro Paula Souza e expressarão um conjunto de "EFEITOS" decorrentes de "CAUSAS", sobre os quais se pretende intervir. Receberão uma pontuação, de modo a estabelecer referenciais a serem atingidos, sendo 450 pontos para **Processo**, 350 para **Produto** e 200 para **Benefício**, perfazendo 1.000 pontos, o que caracteriza o **Desempenho Ideal**, preconizado pelo Centro Paula Souza.

36.2



É importante ressaltar que os resultados são expressos em porcentagens sobre os ideais apontados

Quadro de Indicadores de Processo

(450 pontos – IDEAL)

INDICADORES	DESCRIÇÃO	VALOR IDEAL
Desempenho Pedagógico	<ul style="list-style-type: none">- Questões de satisfação com o curso e ETEs- Ensino acompanhando a evolução tecnológica- Integração entre teoria e prática e mundo do trabalho- Conhecimentos adquiridos- Dificuldades com os cursos	150
Higiene e Segurança	<ul style="list-style-type: none">- Condições de higiene e limpeza e de segurança tanto das dependências escolares como informações e conhecimentos necessários à formação do tecnólogo	50
Gestão	<ul style="list-style-type: none">- Níveis de participação e comunicação nas decisões técnico-administrativas – financeiras- Relacionamentos externo e interno	120
Infra-Estrutura	<ul style="list-style-type: none">- Existência, adequação, acesso, qualidade e condições de materiais, equipamentos, salas e instalações.	60
Desempenho Profissional	<ul style="list-style-type: none">- Atuação profissional de professores, funcionários e direção.	30
Índice de Assiduidade	<ul style="list-style-type: none">- Frequência de alunos- Frequência e pontualidade dos docentes	40
Subtotal		450

36.3

Quadro de Indicadores de Produto

(350 pontos - IDEAL)

INDICADORES	DESCRIÇÃO	VALOR IDEAL
Desempenho Escolar	<ul style="list-style-type: none">- Índice Perda / Produtividade - Reprovações, trancamentos e desistências de alunos- Relação Candidato/Vaga – número de alunos inscritos por vaga oferecida- Taxa Concluinte/Curso – número de técnicos formados por alunos matriculados	190

Situação de Egressos	- Trabalho na área - Situação salarial - Dificuldades com o emprego - Desempenho profissional (auto-avaliação)	60
Relação ETE / Sociedade	- Situação de parcerias, convênios e projetos com instituições externas à unidade - Avaliação da ETE na visão da comunidade	100
Subtotal		350

Quadro de Indicadores de Benefício
(200 pontos - IDEAL)

INDICADORES	DESCRIÇÃO	VALOR IDEAL
Grau de satisfação	- Níveis de satisfação de alunos, docentes, funcionários e pais	110
Expectativas atendidas	- Atendimento das aspirações dos alunos e egressos	30
Avaliação do curso	- Avaliação do curso feita por alunos e egressos	60
Subtotal		200

Pontuação e Desempenho

A pontuação estabelecida pelo Centro Paula Souza, para os diferentes indicadores de desempenho, até 1.000 pontos define o DESEMPENHO IDEAL. A pontuação real de cada unidade escolar, resultante da avaliação dos indicadores pesquisados, permite uma visão de si própria, que, confrontada com a ideal, define os patamares ou PADRÕES DE EXCELÊNCIA a serem almejados.

A pontuação obtida por cada ETE, indicará, em porcentagem, à distância do seu desempenho com os padrões ideais. Estes poderão ser comparados com o desempenho do Centro Paula Souza (que resulta da média de todas as ETES) e com a pontuação da própria escola na maioria dos indicadores das avaliações anteriores.

O desempenho da ETE pode ser confrontado, ainda, com o de escolas com o mesmo número aproximado de alunos.

Cálculo dos Pontos Relativos às Questões

O cálculo é feito usando a proporção matemática.

Ex: 15 alunos avaliaram 12 questões de desempenho pedagógico. A pontuação relativa para o desempenho pedagógico do ponto de vista de alunos é igual a 90 pontos.

Total de alunos = 15

Nº de questões = 12

10 alunos responderam MB (muito bom) para as 12 questões, 3 alunos responderam B(bom) para as 12 questões e 2 alunos responderam I (insuficiente) para as 12 questões.

Pontos máximos = PM = 15 x 12 = 180 pontos

Pontos obtidos = PO = (10 x 12) + (3 x 12) = 156 pontos (só consideramos as respostas MB e B).

Porcentagem dos Pontos Obtidos em relação aos Pontos Máximos é igual a **86,67%**.

Cálculo dos Pontos Obtidos Relativos

PMR = Pontos Máximos Relativos = 90

POR = Pontos Obtidos Relativos

$$\text{POR} = \frac{\text{PO} \times \text{PMR}}{\text{PM}} = \frac{156 \times 90}{180} = \frac{14.040}{180} = 78$$

$$\text{POR} = 78$$

A **Porcentagem** dos Pontos Obtidos Relativos em relação aos Pontos Máximos é igual **86,67%**.

Pontuação de Índices e Taxas

O tratamento dado aos índices e taxas do SAI, adota as fórmulas:

1. **RCV – Relação Candidato Vaga** – 40 pontos

$$\text{RCV} = \frac{\text{I}}{\text{V}} \quad \text{onde,} \quad \begin{array}{l} \text{I} = \text{n}^\circ \text{ de inscritos} \\ \text{V} = \text{n}^\circ \text{ de vagas} \end{array}$$

Pontuação: a partir da média das unidades da Instituição a cada semestre.

Obs: Alterada pelo Grupo de Trabalho SAI/ETE-2004 – anteriormente valia 20 pontos

2. **TCC – Taxa Concluinte Curso** – 30 pontos

$$\text{TCC} = \frac{\text{M}}{\text{C}} \quad \text{onde,} \quad \begin{array}{l} \text{M} = \text{matriculados no início do curso} \\ \text{C} = \text{concluintes do curso} \end{array}$$

Exemplo – Um curso teve 40 alunos matriculados inicialmente e somente 25 alunos concluíram o curso.

$$\text{TCC} = \frac{40}{25} = 1,6$$

36.5

3. IP – Índice de Perda e IPR – Índice de Produtividade – 120 pontos

O Grupo de Trabalho SAI/ETE – 2004 – alterou o valor deste indicador para 120 pontos. Também decidiu que entre os intervalos há diferentes faixas de pontuação, e que a partir de perdas superiores ou iguais a 30%, a pontuação será nula.

Índice de Perda e Produtividade - Tabela de Valores				
	Intervalo		Pontos	Percentual
0	-	2,99	120	100,00
3	-	4,99	118	98,33
5	-	5,99	115	95,83
6	-	6,99	112	93,33
7	-	7,99	108	90,00
8	-	8,99	104	86,67
9	-	9,99	100	83,33
10	-	10,99	95	79,17
11	-	11,99	90	75,00
12	-	12,99	85	70,83
13	-	13,99	80	66,67
14	-	14,99	75	62,50
15	-	15,99	70	58,33
16	-	16,99	65	54,17
17	-	17,99	60	50,00
18	-	18,99	55	45,83
19	-	19,99	50	41,67
20	-	20,99	45	37,50
21	-	21,99	39	32,50
22	-	22,99	33	27,50
23	-	23,99	27	22,50

24	-	24,99	21	17,50
25	-	25,99	15	12,50
26	-	26,99	10	8,33
27	-	27,99	9	7,50
28	-	28,99	7	5,83
29	-	30	5	4,17
30,01	-	100	0	0,00

Obs: Anteriormente o valor do IP era de 150 pontos, e a escola "zerava", a partir de perdas iguais ou superiores a 20%.

36.6

4. **SE - Situação de Egressos** – 60 pontos

SE = $\frac{PM}{PO}$ onde, **PM** = Pontos Máximos

PO = Pontos obtidos

PM = Total de alunos trabalhadores x N^o questões utilizadas

PO = (trabalho na área) + (sem dificuldades) + (utilização dos conhecimentos) + (expectativas atendidas)

Pontuação = $\frac{PO \times 60}{PM}$

5. **RES – Relação ETE/Sociedade** – Total 100 pontos, sendo 60 para relação ETE/Sociedade e 40 para Avaliação da Comunidade constantes, das questões dos questionários, conforme decisão do Grupo de Trabalho SAI/ETE-2004.

RES = 10 pontos por existência de convênios, eventos, serviços, projetos próprios e programas de incentivo à pesquisa.

6. **IA – Índice de Assiduidade de Alunos** – 20 pontos

Foram pontuadas, conforme tabela, as freqüências iguais ou superiores a 50%.

A freqüência constitui-se da apuração das presenças dos alunos no dia da aplicação do SAI.

In		ts	Intervalo			ts	In		ts		
tervalo							tervalo				
0,00	-	49,99	0	78,00	-	78,99	7	85,00	-	85,99	14
50,00	-	59,99	1	79,00	-	79,99	8	86,00	-	86,99	15
60,00	-	69,99	2	80,00	-	80,99	9	87,00	-	87,99	16
70,00	-	74,99	3	81,00	-	81,99	10	88,00	-	88,99	17
75,00	-	75,99	4	82,00	-	82,99	11	89,00	-	89,99	18
76,00	-	76,99	5	83,00	-	83,99	12	90,00	-	94,99	19
77,00	-	77,99	6	84,00	-	84,99	13	95,00	-	100,00	20

Ex.: A ETE teve 85% de freqüência, verificando a tabela, esta freqüência corresponde a 14 pontos. Portanto, **POR** é igual a 14.

POR = Pontos Obtidos Relativos

PMR = Pontos Máximos Relativos

A porcentagem de **POR** em relação a **PMR** é igual a **70%**.

IA = 70%.

ETE Comendador João Rays

SAI / ETEC - 2006 **Sistema de Avaliação Institucional** **Síntese da Avaliação Institucional - 2006**

O Centro Paula Souza, buscando o contínuo aperfeiçoamento do ensino profissional que oferece, criou um sistema de avaliação com base num modelo ideal. O **ideal** é atingido quando todos os envolvidos (alunos, professores, funcionários, pais, diretor, ex-alunos e representantes da comunidade) avaliam as ações e seus efeitos como **muito bom** e **bom** e quando não há **perda de alunos** no decorrer dos cursos.

Dimensões Avaliadas e Busca do Ideal

Processo - refere-se ao conjunto de ações e respectivos desempenhos desenvolvidos pela ETE para a formação profissional de seus alunos e condições de infra-estrutura. **Ideal:** 100% dos pesquisados avaliarem com "muito bom" ou "bom" ao conjunto de ações desenvolvidas pela ETE.

Produto - indica a produtividade da ETE, inserção dos técnicos no mercado de trabalho e

utilização dos conhecimentos adquiridos e integração da escola na comunidade. **Ideal:** 100% de produtividade: não haver perda de alunos nos períodos escolares e nos cursos, a procura pela ETE ficar acima da média das ETEs do Centro Paula Souza, os ex-alunos estarem trabalhando e utilizando os conhecimentos adquiridos durante o curso e que a ETE esteja integrada à comunidade na qual está inserida.

Benefício - avalia satisfação e atendimento das expectativas da comunidade escolar, incluindo egressos, em relação às ações e resultados produzidos pela ETE. **Ideal:** 100% dos pesquisados estarem satisfeitos e com suas expectativas atendidas em relação ao curso e a Etec.

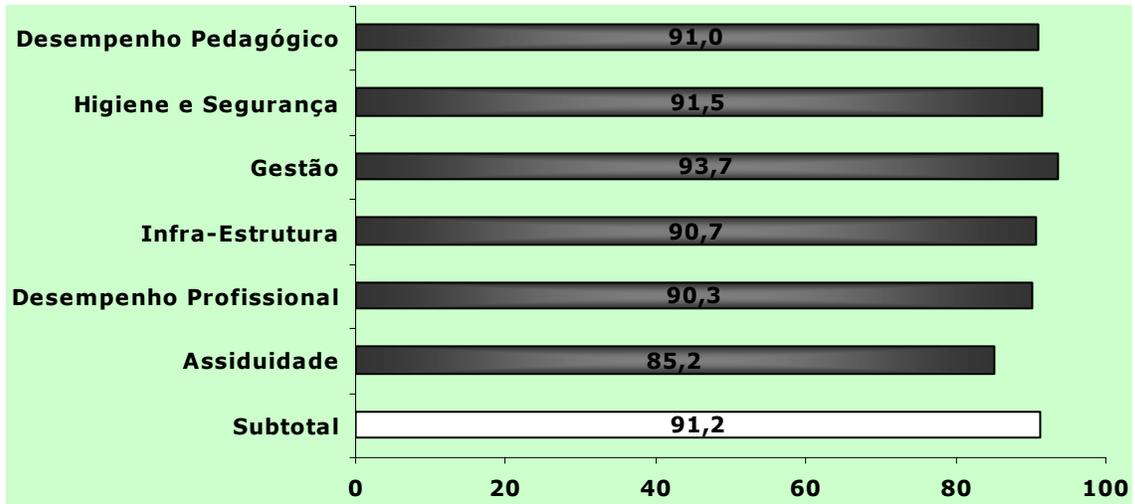
Esta ETE atingiu, em relação ao ideal, 86%



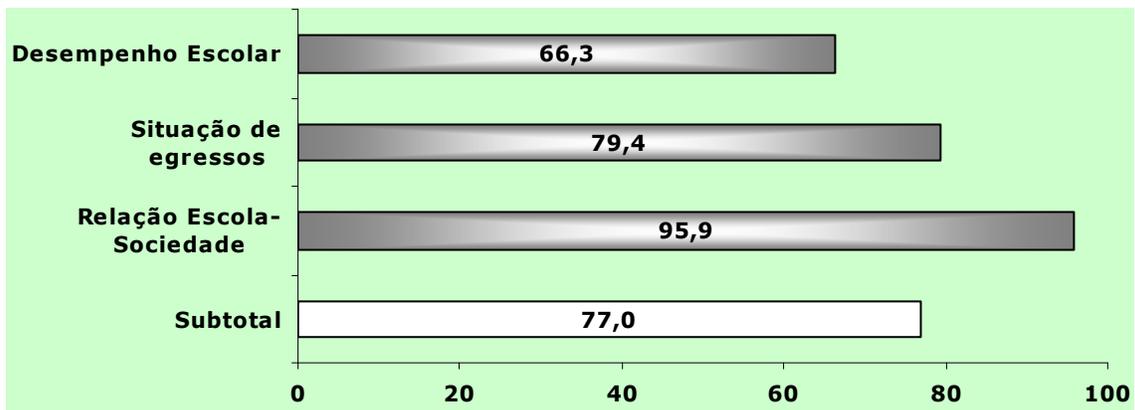
A ETE avaliada pela comunidade

Os gráficos indicam em porcentagem o desempenho da ETE, avaliado pela comunidade escolar: alunos, professores, funcionários, direção e egressos. A porcentagem foi calculada sobre o **IDEAL** a ser atingido (e indica o somatório da avaliação "bom e muito bom").

Processo - 91,2% do ideal



Produto - 77% do ideal



Benefício - 90% do ideal



A ETE em números



96% dos pesquisados avaliaram como muito boa ou boa a integração da escola com a sociedade



A frequência às aulas dos alunos de todos os cursos foi de 86%



O índice de produtividade da ETE foi de 86%



82% dos alunos e 94% dos egressos (técnicos) tiveram suas expectativas atendidas



88% dos alunos e 80% dos ex-alunos (técnicos) avaliaram o curso como sendo bom e muito bom



94% escolheram a ETE por ser uma boa escola

Ensino Médio



Para cada vaga oferecida houve 5 candidatos inscritos



De cada 10 alunos matriculados 10 foram promovidos para o semestre seguinte



De cada 10 alunos matriculados 9 conseguiram concluir o curso



94% dos alunos pretendem cursar o ensino superior e 58% um curso técnico

Ensino Técnico



Para cada vaga oferecida houve 3 candidatos inscritos



De cada 10 alunos matriculados 8 foram promovidos para o semestre seguinte



De cada 10 alunos matriculados 7 conseguiram concluir o curso

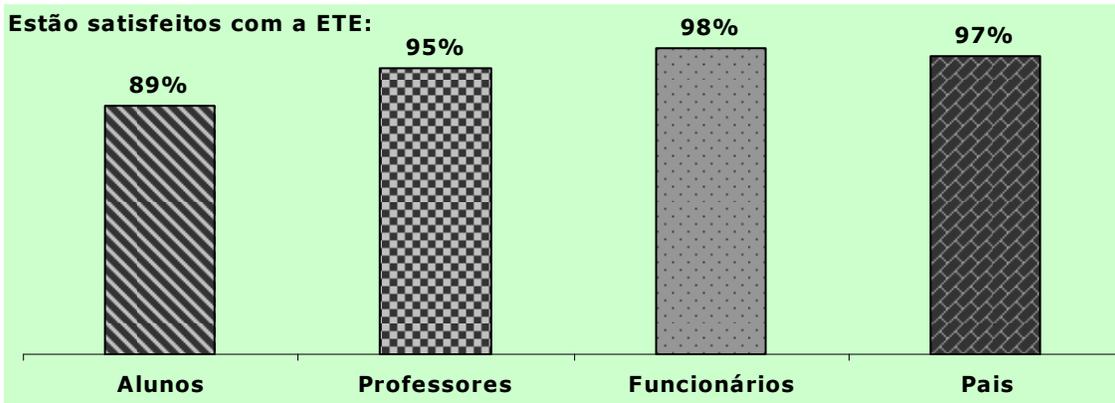


De cada 10 técnicos formados 6 estavam trabalhando um ano após a conclusão do curso



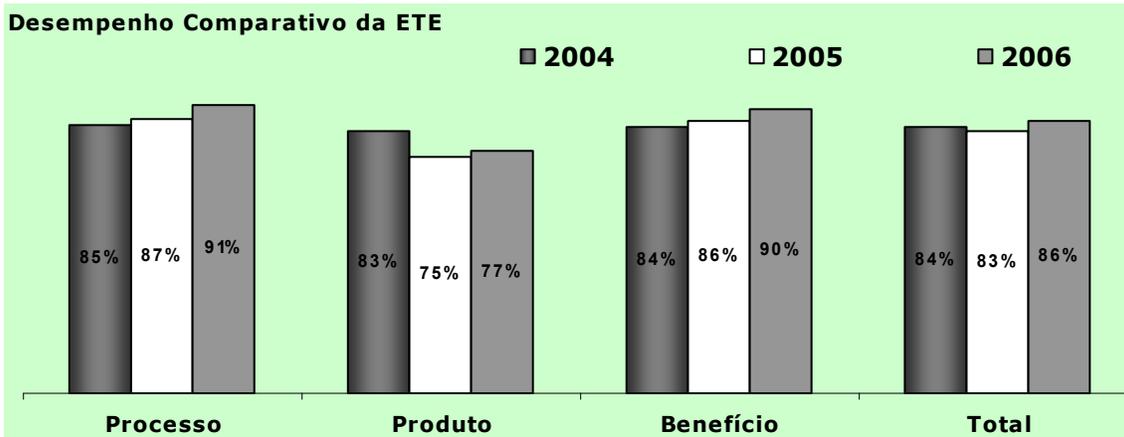
80% escolheram o curso técnico porque buscavam aprimoramento profissional

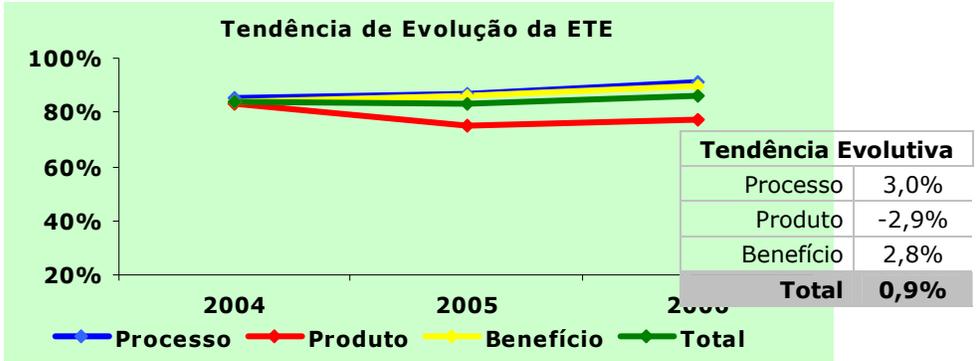
Satisfação com a ETE



O que vem acontecendo

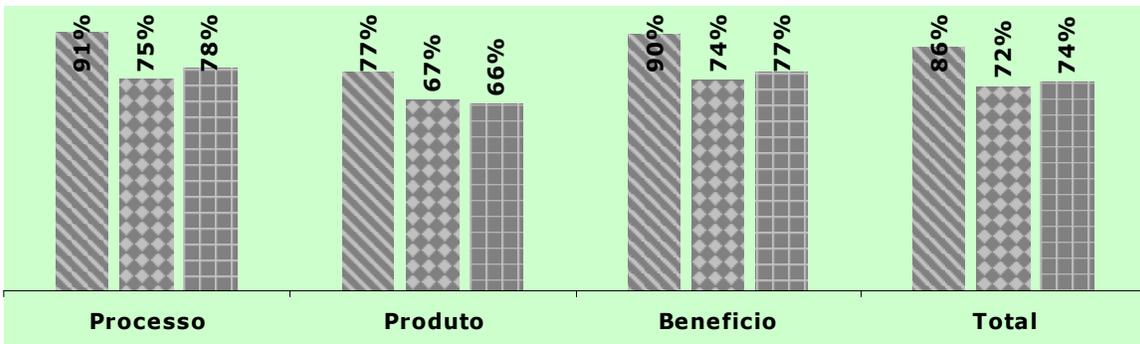
A ETE vem sendo avaliada anualmente. Pelos seus resultados é possível verificar a tendência evolutiva em relação à última avaliação.





A ETE no Centro Paula Souza

O gráfico abaixo permite verificar o posicionamento da ETE no conjunto de todas as escolas do Centro Paula Souza, em 2006, e no grupo de escolas com aproximadamente o mesmo número de alunos matriculados em seus cursos técnicos.



3.

SAI/ETEC-2008

Sistema de Avaliação Institucional

**Avaliação do Período 2006 da Escola
Técnica Comendador João Rayes**

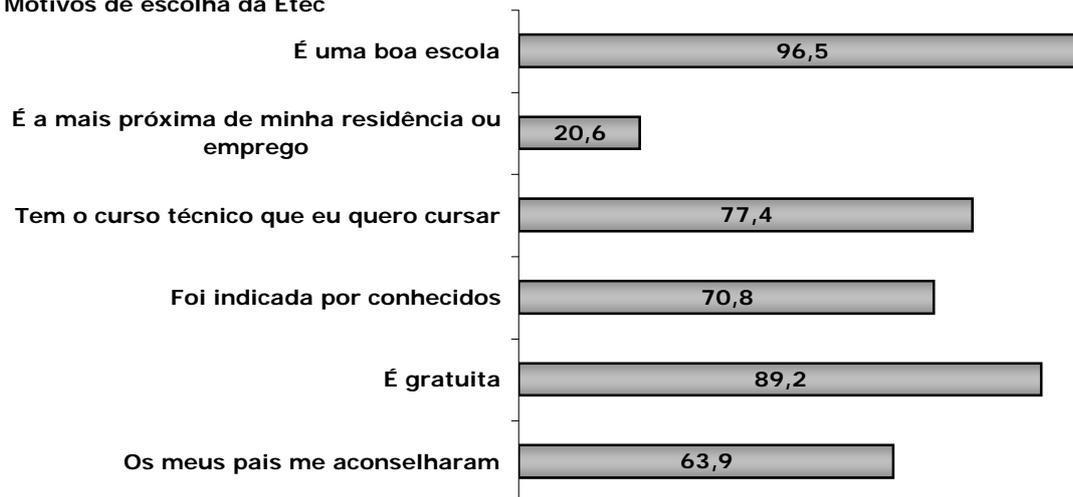
9 - Motivos de Escolha da Etec e Cursos

Escolha da Etec

Os motivos de escolha da Etec, refletem o reconhecimento da sociedade em relação à importância de seu papel na construção da cidadania ou de sua função social.

Os alunos foram indagados sobre os motivos que determinaram a escolha da escola. O gráfico abaixo indica em porcentagem, a influência dos fatores que pesaram nessa escolha.

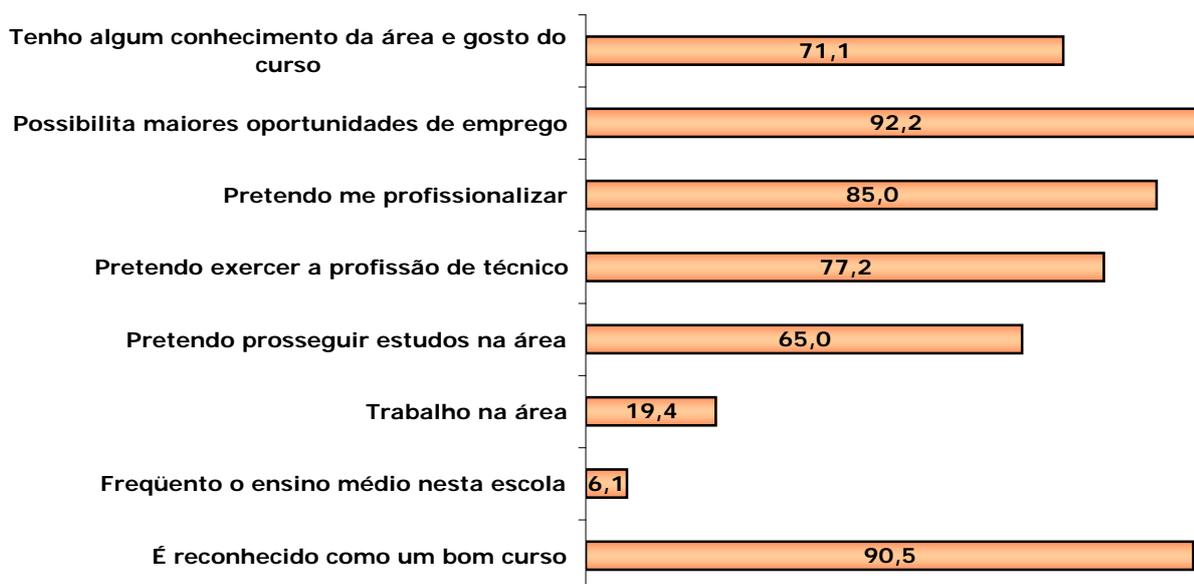
Motivos de escolha da Etec



Escolha dos Cursos

Da mesma forma como na escolha da Etec, os alunos dos **cursos técnicos** também foram questionados quanto aos motivos que influenciaram na escolha do curso. Novamente, as escolhas permitem apurar como são percebidos pela comunidade os cursos oferecidos, enquanto agentes de integração sócio/profissional. O resultado geral de todos os alunos pesquisados está transcrito abaixo com a respectiva porcentagem de escolha.

Motivos de escolha do curso técnico



Motivos de Escolha da Habilitação Profissional por Curso

Através das questões abaixo os alunos manifestaram os motivos para a escolha de cada curso, que serão especificados a seguir, por habilitação.

Escolhi este curso porque:

- 1 - Tenho algum conhecimento da área e gosto do curso
- 2 - Possibilita maiores oportunidades de emprego
- 3 - Pretendo me profissionalizar
- 4 - Pretendo exercer a profissão de técnico
- 5 - Pretendo prosseguir estudos na área
- 6 - Trabalho na área
- 7 - Freqüento o ensino médio nesta escola
- 8 - É reconhecido como um bom curso

Na tabela estão demonstradas, **por curso**, as opções da escolha da habilitação profissional, com valores expressos em percentuais, com destaque para os motivos que mais influenciaram os alunos.

Questão	1	2	3	4	5	6	7	8
Curso ↓	<i>Gostar do curso</i>	<i>Oportunidades</i>	<i>Profissionalizar</i>	<i>Exercer profissão</i>	<i>Prosseguir na área</i>	<i>Trabalho na área</i>	<i>Frequênto o médio</i>	<i>É um bom curso</i>
Administração	71,9	95,3	90,6	81,3	67,2	31,3	4,7	93,8
Contabilidade	68,6	91,4	80,0	71,4	54,3	25,7	2,9	80,0
Informática	81,3	96,7	85,7	75,8	76,9	16,5	11,0	96,7
Marketing e Vendas	55,6	83,3	72,2	50,0	44,4	33,3	0,0	66,7
Secretariado	57,1	75,0	75,0	89,3	39,3	14,3	0,0	96,4
Turismo	72,0	96,0	96,0	92,0	72,0	8,0	0,0	100,0
Web Design	63,6	90,9	84,8	72,7	66,7	3,0	12,1	78,8

Escolha dos Alunos do Ensino Médio

Os alunos do Ensino Médio responderam sobre as suas pretensões quanto à continuidade de estudos, apresentando os resultados:

- 96,8% pretendem fazer o curso superior
- 65,2% pretendem fazer o curso técnico

Para os que pretendem fazer o curso técnico, as opções mais frequentes foram:

- Informática - 59%
- Administração - 9%
- Web Design - 9%

26 – Egressos

*A situação de Egressos ,
em relação ao ideal,
atingiu 84,1%.*

A Assessoria de Avaliação Institucional pesquisa, semestralmente, todos os egressos de escolas do Centro Paula Souza, após um ano de formados, através do SAIE-Sistema de Acompanhamento Institucional de Egressos.

A pesquisa destina-se a avaliar a eficácia dos cursos, seja pela apuração da capacidade de possibilitar o ingresso e permanência dos ex-alunos no mercado de trabalho, das contribuições para a integração social e melhorias pessoais, seja pela indicação de dificuldades encontradas no desempenho profissional e aplicação dos conhecimentos adquiridos.

A pesquisa utiliza coleta pelos Correios e INTERNET, constituindo-se numa amostra não probabilística, intencional por cota, sobre os quais não se aplicam cálculos de precisão ou confiança, segundo Fauze Najib Mattar (1) (1993, pg. 282 a 302). O SAIE sempre procura utilizar uma amostra igual ou superior a 20%, enviando e reenviando cartas aos ex-alunos, além de contato via e-mail para sensibilização à resposta, buscando assim, garantir um importante referencial de dados. Entretanto, quando esta cota não é atingida, os dados devem servir como informativos.

Para fins de pontuação foram levados em conta os itens descritos na tabela abaixo, que estão menos sujeitos às flutuações do mercado de trabalho e à conjuntura sócio-econômica.

Nos gráficos apresentados a seguir, a diferença para 100% se refere aos pesquisados que não responderam.

**Quadro amostral de Egressos - / Concluintes de Julho e Dezembro de 2006
Pesquisa SAIE – 2008**

Cadastrados	Não encontrados	Localizados	Pesquisados	% sobre cadastrados	% sobre localizados
129	1	128	28	21,7	21,9

Quadro de Avaliação da Situação de Egressos

100% = 28

Descrição	Pontos máximos	Pontos Obtidos	%
Sem dificuldades no desempenho profissional (nº de trabalhadores)	21	18	85,7
Aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso, no dia-a-dia do seu trabalho (nº de respostas às opções positivas)	28	23	82,1
Contribuição do curso para melhorar a situação pessoal / profissional (nº de respostas às opções)	28	24	85,7
O curso atendeu suas expectativas (nº de egressos)	28	24	85,7
Facilidade em arrumar ou manter o emprego depois de formado (nº de trabalhadores)	21	17	81,0
Total	126	106	84,1
Total relativo à Pontuação	60	50,5	

Os itens referentes aos egressos de todas as Etecs do Centro Paula Souza obtiveram uma média de 78,3%.

(1) MATTAR, Fauze Najib, Pesquisa de Marketing, SP, Atlas, 1993.

Situação de Trabalho

A "situação de trabalho" apresentou os resultados abaixo, considerando-se sempre os **mesmos sujeitos**, após um ano de formatura:

Gráfico sobre a empregabilidade entre egressos (%)

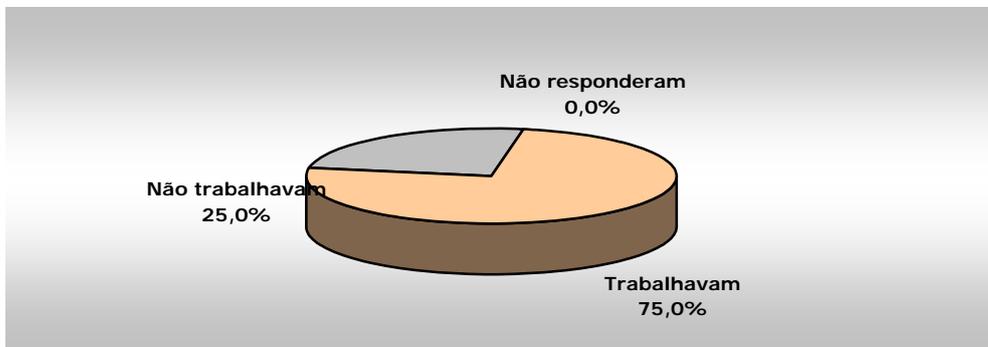
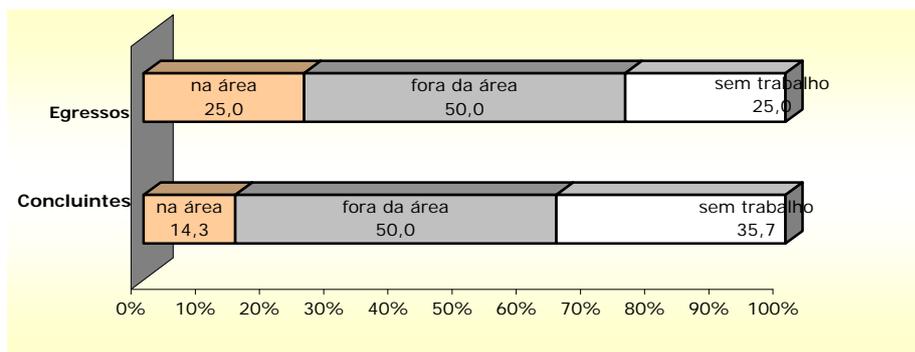


Gráfico sobre empregabilidade e trabalho na área entre egressos e concluintes (%)

% de egressos trabalhadores= 75,0 % de concluintes trabalhadores= 64,3



10,7 %
foi o aumento
de trabalhadores
no período (2006-2007)

A diferença para 100% corresponde aos que não responderam.

O índice de empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos do Centro Paula Souza foi de 77,3%.

Ingresso e Permanência no mercado de trabalho

Em relação ao emprego, após um ano de conclusão de curso, os dados do gráfico abaixo permitem avaliar a eficácia dos cursos quanto à inserção ou permanência dos técnicos no mercado de trabalho.

Gráfico sobre oportunidades de Emprego (%)

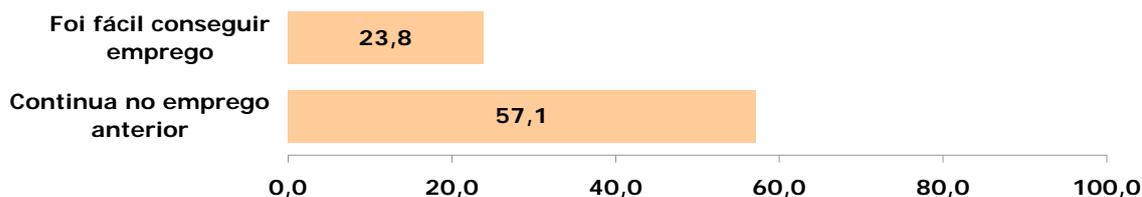
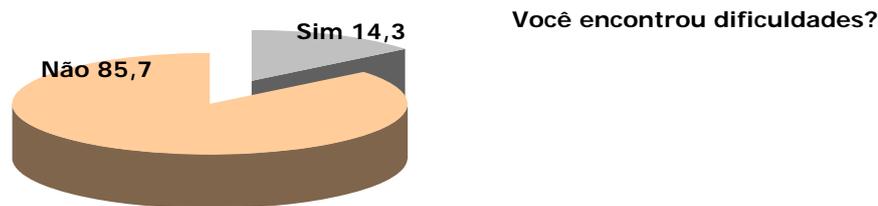


Gráfico sobre as dificuldades no Desempenho Profissional (%)



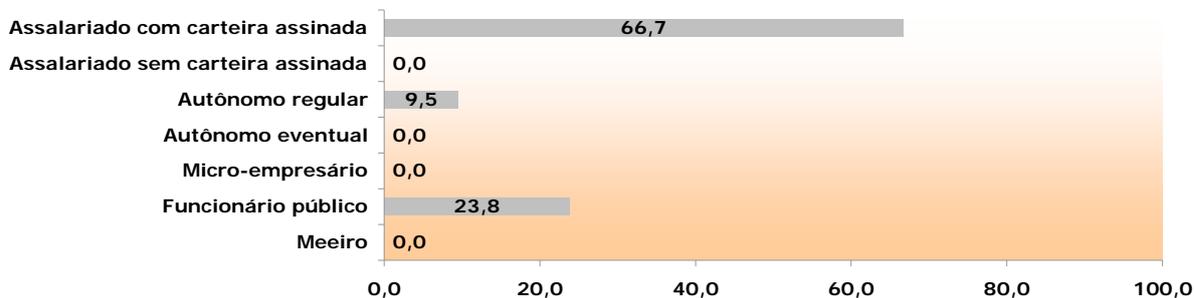
As causas para as dificuldades dos egressos foram distribuídas entre:

- 0,0 % - a formação recebida não atendeu ao mercado
- 14,3 % - faltou experiência profissional
- 0,0 % - não se identificou com a área do curso
- 0,0 % - o que aprendeu não se aplica

Situação Funcional dos Técnicos

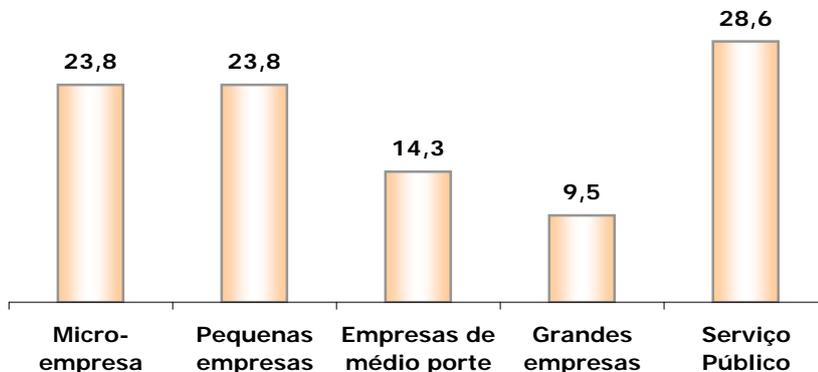
As relações de trabalho vêm sofrendo profundas mudanças nas últimas décadas. Por essa razão é importante a apuração da formalidade ou não da situação de trabalho de alunos, bem como do tipo de empresas empregadoras, apontadas em percentuais no gráfico abaixo.

Gráfico - Vínculo empregatício (%)



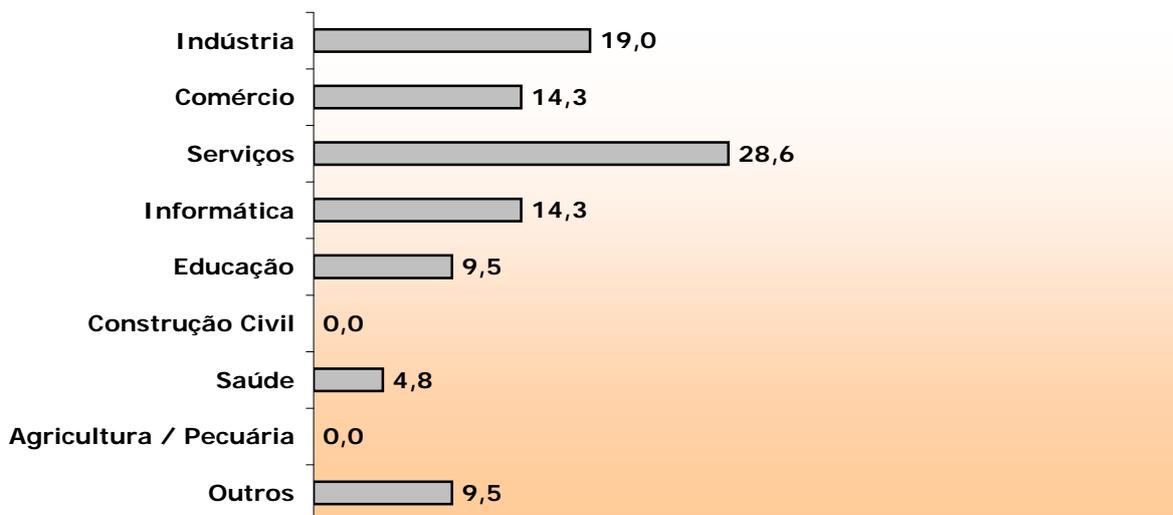
100,0 % dos egressos trabalhadores têm vínculo formal de trabalho.

Gráfico - Tipo de empresas Empregadoras (%)



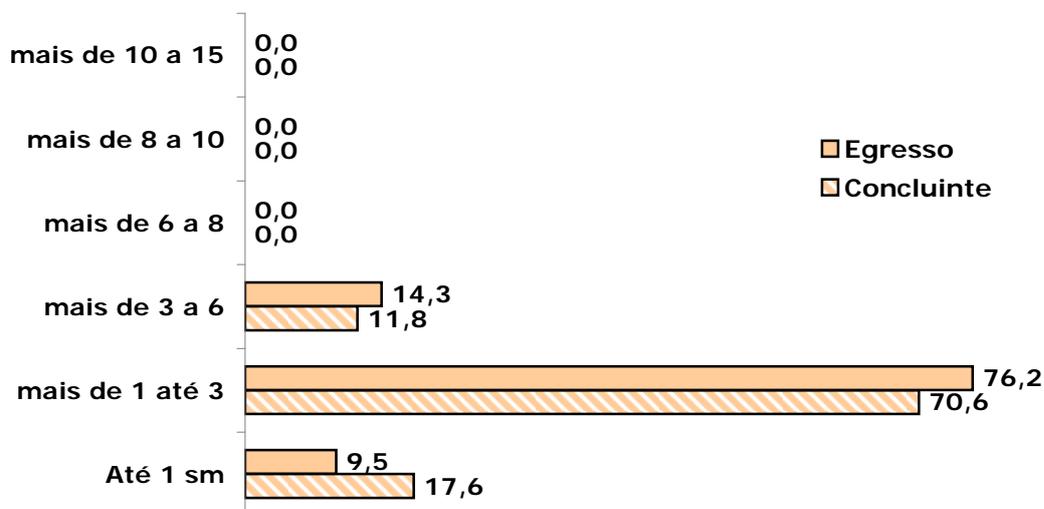
Os egressos foram questionados sobre a área em que trabalhavam apresentando o seguinte quadro em percentuais:

Gráfico - Ramos de Atividade (%)



Tomando-se como base o salário mínimo vigente na época da pesquisa, apontaremos um comparativo, em percentuais, entre o período do cadastro do concluinte e um ano após, com o do técnico formado.

Gráfico comparativo de Remuneração de Egressos em Faixas Salariais (%)



A remuneração de todos os egressos técnicos do CPS apresenta uma concentração na faixa de 1 a 3 salários mínimos com remuneração média estimada de 2,2 SMs.

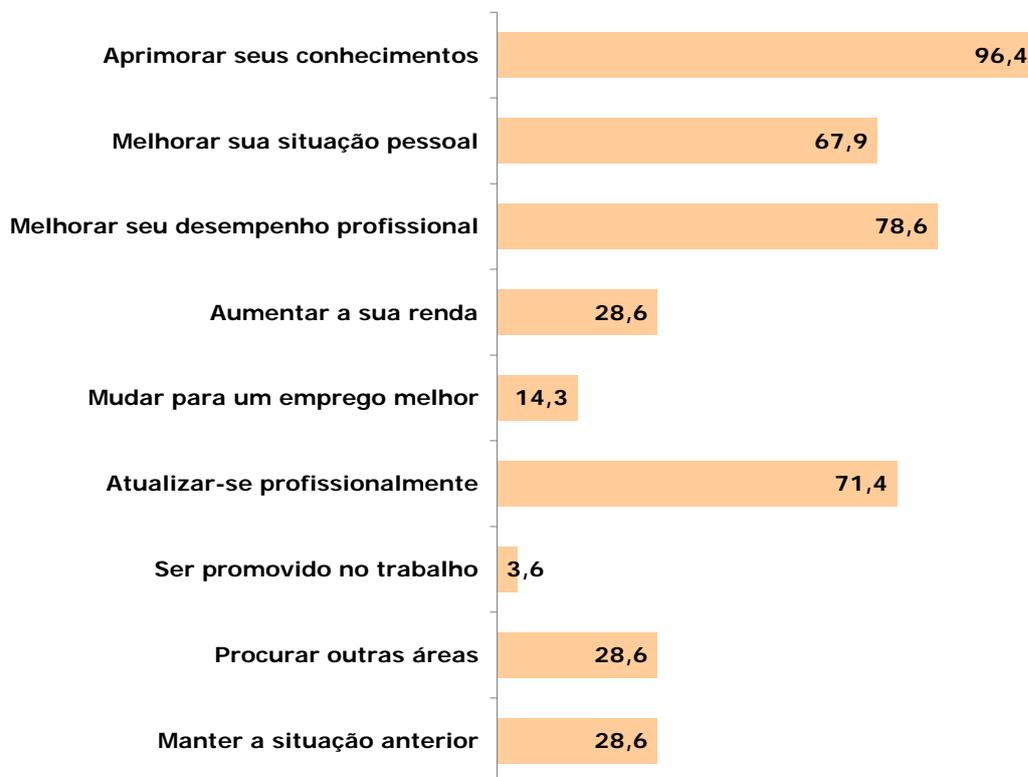
A remuneração média recebida pelos pesquisados desta Etec é de 1,8 SMs.

Contribuição do Curso para a vida profissional do egressos

No gráfico abaixo apresentamos os itens, com as respectivas incidências, quanto à

contribuição dos cursos e seu conseqüente papel social na vida do ex-aluno.

Gráfico sobre contribuições do curso (%)



Avaliação dos Cursos pelos Egressos

Nas tabelas a seguir apresentamos a avaliação dos ex-alunos, quanto aos principais itens para a formação tecnológica.

Tabela de avaliação quanto à organização e estrutura (%)

Descrição dos itens pesquisados	Muito Bom	Bom	Regular	Deficiente
Currículo (disciplina, teoria e prática)	32,1	53,6	14,3	0,0
Professor (atualização e conhecimento)	42,9	35,7	14,3	3,6
Professor (relacionamento com alunos)	50,0	35,7	14,3	0,0
Equipamentos (oficinas e laboratórios)	46,4	42,9	7,1	3,6
Biblioteca	14,3	64,3	14,3	7,1
Infra-estrutura administrativa	21,4	60,7	17,9	0,0

26.5

Tabela de Avaliação quanto ao desenvolvimento de competências profissionais e sociais(%)

Descrição dos itens pesquisados	Muito Bom	Bom	Regular	Deficiente
Capacidade para lidar com situações novas	42,9	53,6	0,0	0,0
Planejamento do próprio trabalho	42,9	39,3	17,9	0,0

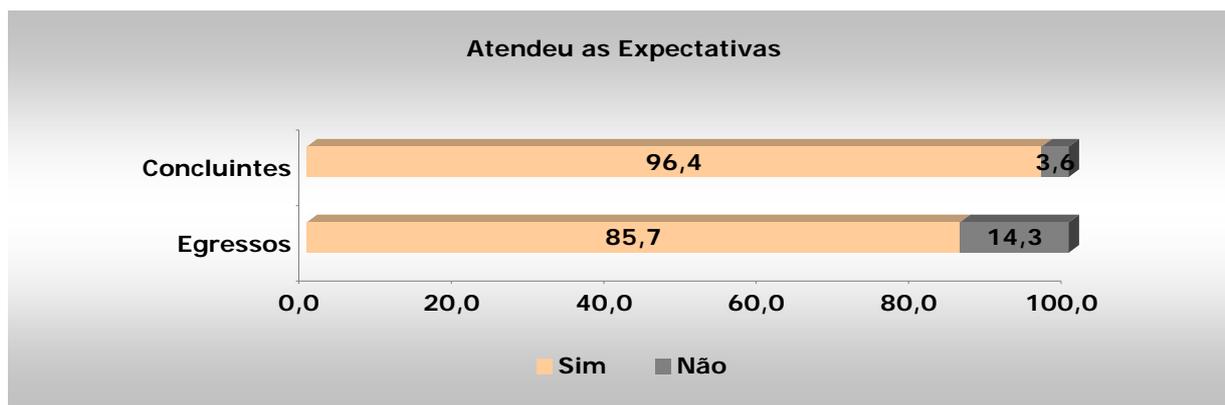
Trabalho em grupo e espírito de cooperação	53,6	42,9	3,6	0,0
Ética Profissional e responsabilidade	64,3	28,6	3,6	0,0
Consciência ambiental ou proteção ao meio ambiente	53,6	32,1	14,3	0,0
Conhecimentos sobre gestão empresarial	39,3	39,3	21,4	0,0
Aplicação de técnicas adequadas ao trabalho	32,1	53,6	14,3	0,0
Uso adequado de equipamentos no trabalho	32,1	57,1	10,7	0,0
Capacidade de comunicação oral e escrita	32,1	53,6	14,3	0,0
Total	40,0	46,2	12,1	1,0

Expectativas de Egressos

Os concluintes foram questionados, quanto às suas expectativas terem sido atendidas através da questão: **"o curso que você fez atendeu sua expectativa?"**

Essa mesma questão foi feita um ano depois da conclusão do curso, aos mesmos indivíduos. A variação das respostas que pode ocorrer, reflete as diferentes visões que o pesquisado tem de quando estava cursando o curso e da que passou a ter após um ano de conclusão do mesmo, supondo-se um contato maior ou diferente com o mundo do trabalho.

Gráfico de Atendimento de Expectativas de Egressos (%)



CICRABB

Repasse da Prefeitura para a Cicrabb em 2008

R\$ 820.000,00 (subvenção) + R\$ 685.523,00 (mirins) = R\$ 1.505.000,00

Média anual – R\$ 125.000,00 – mês

Total de funcionários da Cicrabb – 46 funcionários e 4 terceirizados (até 2008).

Quantos aprendizes há atualmente na Cicrabb?

Total de mirins Cicrabb – 350

Quantos na Prefeitura de Barra Bonita?

130 mirins na Prefeitura, sendo os demais em quadra, trabalhando em empresas particulares ou na zona azul

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Barra bonita (dia 06/02/2009)

SENAI

Entrevista com o Diretor do Centro Municipal de Formação Profissional “Nilson Thomas Guzzo” (período 2005 – 2008).

1. Quais são os atuais (2008) cursos do Senai de Barra Bonita?

Atualmente contamos com 4 cursos: informática, corte de calçados, eletricitista residencial e costura industrial.

2. Qual o número de alunos ingressantes no Senai anualmente?

Uma média de 600 alunos por ano.

3. Qual a porcentagem de alunos que desistem dos cursos e porque?

Ocorreu uma média de desistência de 20% no decorrer dos cursos (com total de 344 desistências) nos últimos três anos.

Os motivos variam muito, de transporte escolar, preparo para acompanhar o treinamento do curso e mesmo desmotivação e desinteresse.

4. Que tipo de desmotivação e desinteresse?

Muitos acabam achando que não terão possibilidade de encontrar emprego, de utilizar isso de forma produtiva ou mesmo não compreendem (principalmente os jovens), a importância dos cursos.

5. Qual a idade e classe social da maioria dos alunos? E o motivo?

A faixa etária varia entre 22 e 36 anos, principalmente nas classes C e D.

Isso nos indica que se trata de uma tentativa de colocação no mercado de trabalho para pessoas que já deveriam ter concluído o ensino médio ou mesmo universitário e não possuem condições financeiras pra isso.

6. Qual a absorção dos alunos treinados pelo mercado de trabalho?

Apenas 30% dos alunos conseguem trabalho, mas com um fenômeno interessante: tornam-se profissionais liberais ou se empregam em outras cidades da região (Bauru, Botucatu e Jaú).

7. Existe parceria Senai e empresas da cidade?

Não existem parcerias e o interesse por parte das empresas da cidade demonstra-se baixo.

8. Quais modificações estão ocorrendo no Senai?

Atualmente o SENAI de Barra Bonita passa por reformas e será transformado em CVT (Centro Vocacional Tecnológico) desenvolvendo a área tecnológica e do conhecimento.

9. Quais os cursos que serão oferecidos pelo CVT?

Serão oferecidos, além dos já existentes, os cursos de metal mecânica, couro e modelagem, calçados, idiomas, área administrativa entre outros.

10. Qual a perspectiva de entrada de funcionamento do CVT?

Possivelmente na nova administração municipal (2009), mas já estaremos entregando o CVT pronto, remodelado e reaparelhado.

Questionário com o Ex – Diretor do Senai

Antes de iniciar a formulação das respostas, gostaria de deixar algumas informações, que acredito terem importância no seu trabalho. O Centro Municipal de Formação Profissional “Nilson Thomaz Guzzo” teve iniciadas suas atividades em meados de 1997, na gestão do prefeito Luiz Fernando Ortigosa.

Em uma atitude arrojada, o prefeito foi até São Paulo, mais precisamente ao Departamento Regional do SENAI, conversar com o diretor regional, a fim de que fosse criada uma unidade SENAI em nossa cidade.

Como existem estudos para implantação dessas escolas técnicas, (como número de população suficiente para capacitar entre outros), para justificar o tal investimento, e sendo Barra Bonita próxima as cidades de Lençóis Paulista e Bauru, que dispõem de duas unidades, inclusive de excelência e referência nacional, optou-se em criar um centro municipal a fim de que o mesmo tivesse gestão municipal e ao mesmo tempo pudesse formar parcerias, trazendo cursos do SENAI, SENAC e SEBRAE.

Foi cedido um prédio, onde funcionava uma antiga indústria, e criada toda uma estrutura e criado inclusive um departamento, que ficaria vinculado ao departamento de educação.

Com isso a prefeitura deveria manter toda a estrutura funcionando, mantendo os salários dos funcionários e professores, bem como os insumos dos cursos implantados. Cabe ao pessoal do SENAI, fazer a gestão técnica, bem como capacitar os professores. Foram montados cursos na área de calçados (corte e pesponto), eletricitista residencial, costura industrial, padaria (doces e salgados), reparador de eletrodomésticos, corte e costura, informática e artesanato (pintura em vidro e cerâmica), pintura em tecido.

1. Quais são os cursos que foram extintos ao longo destes anos?

No decorrer dos 10 anos de implantação do Foram extintos cursos como reparador de eletrodomésticos, pintura em vidro e cerâmica, pesponto, padaria

artesanal (doces e salgados), corte e costura e os cursos voltados a artesanato.

2. Porque existe pouco interesse das empresas pelos aprendizes do SENAI?

Boa pergunta. Os cursos devem nascer de uma necessidade da indústria em ter em seu quadro de funcionários pessoas devidamente treinadas, prontas para assumir postos de trabalho. Treinados em uma escola especializada, com professores e equipamentos adequados, sem que fosse colocado diretamente em uma linha de produção. Nesse local aprenderia também de procedimentos e normas de segurança e segurança no trabalho, por exemplo.

3. Quais são os motivos das desistências dos alunos?

Uma das premissas para se entender, o motivo de desistência, consiste em entender que essa modalidade de curso é diferenciada. São cursos intensivos, com cargas de variam de 200 a 600 horas, em um curto espaço de tempo. Quem frequenta, deve ser alfabetizado, e ser maior de 14 anos para o período da tarde e maior de 16 anos, para o período da noite. São gratuitos e muitas vezes são tão concorridos, que a fila de espera é grande. Portanto, as desistências podem ocorrer por vários motivos e podem ter motivos diferentes em cada curso. Irei generalizar os motivos de desistência, ok?

Primeiro, poderia ser por não se identificar com o curso, ou criou outra expectativa em relação ao mesmo, ou até mesmo por não conseguir acompanhá-lo. Por trabalhar o dia todo, o cansaço acaba vencendo, ou mesmo por ficar com um considerável número de faltas. Falta de transporte, e/ou transporte ser gratuito, também é um dos motivos. Outro motivo, por mais absurdo que possa parecer é que os cursos deveriam ter uma taxa, pois assim, poderiam ter mais valor. Muitas vezes, o que se é ofertado gratuitamente, não tem valor, pois o aluno abandona e tudo bem.

Nesse abandono, a única penalidade é não poder fazer o mesmo curso dentro do mesmo ano.

4. Porque os aprendizes não são absorvidos pelo mercado de trabalho?

Quem disse que não são absorvidos? O que ocorre é que nem todos são absorvidos, outros são absorvidos por cidades vizinhas, por pagarem melhor. Há também a seleção de mercado. Existe alguma instituição de ensino, em que seus alunos são 100% absorvidos? Não acredito nisso. O que pode ser feito, é que esses alunos recebam um treinamento de empreendedorismo, o que levaria muitos a montarem sua própria empresa de prestação de serviço. Somado a isso, poderia haver na retaguarda uma proximidade com a incubadora de empresas, já existente em nossa cidade. É uma questão de se pensar macro. Outra hipótese, não descartada é a falta de envolvimento das empresas com o Centro Profissionalizante.

O que tem ocorrido por vezes são empresas que no intuito de "testar" alunos formados por semanas sem contrato, fazendo-os produzir em suas empresas e depois alegam que não estão foram selecionados. Isso não é uma boa prática, concorda? Isso mancha a reputação, mas é claro que não ocorre com todas.

5. Qual o ano de fundação e os cursos da época?

O ano de fundação é de 1987 e os cursos da época foram informática, costura industrial, modelagem e pintura sobre vidro.

ETEC

Entrevista com a Diretora da ETEC João Rayes

1. Quantos alunos há atualmente na ETEC?

Aproximadamente 520, dos quais 320 no ensino técnico.

2. Além dos atuais cursos, quais já não são oferecidos e porque?

Estruturas Navais, pois não houve continuidade com o convênio com a CESP para a implantação da Hidrovia e os alunos não foram aproveitados, com isso houve queda na procura nos anos seguintes.

Um detalhe importante é que os concluintes desse curso estão trabalhando na área, sendo 90% fora da cidade e do Estado.

3. Qual a absorção pelo mercado de trabalho, dos alunos da ETEC, pela cidade?

A maior parte busca qualificação profissional e um melhor emprego, mas a grande maioria dos empregados continua em seu emprego.

4. Há mercado de trabalho em Barra Bonita para os alunos da ETEC?

Falta principalmente no turismo, mas ocorre alguma procura em informática e administração.

5. Qual o principal intuito da ETEC: formação profissional ou colocação no mercado de trabalho?

Os dois, mas ocorre dificuldades na colocação por algumas áreas, como o turismo, terem pouca oferta.